

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL



ANO I

Nº 10

ATLANTIDA

DIRECTORES :

NO BRASIL — João do Rio
EM PORTUGAL — João de Barros

SECRETÁRIO : Elísio de Campos — EDITOR : Pedro Bordalo Pinheiro

N.º 10

15 de Agosto de 1916

SUMÁRIO

<i>Brasil e Portugal — A Guerra e a Preparação Militar Portuguesa</i> , entrevistas com os Snrs. Presidente da República e Ministro da Guerra	João de Barros
<i>A honestidade de Etelvina, amante</i>	João do Rio
<i>Sonho do Desejo</i>	M. Cardoso Martha
<i>Eça de Queiroz</i>	Augusto de Castro
<i>Versos</i>	Coelho de Carvalho
<i>Evocação</i>	Xavier Marques
<i>Nomen . . . Numen . . . Lumen</i>	José S. de Rezende
<i>Os Zepelins sobre Paris</i>	Paulo Osorio
<i>A dívida portuguesa</i>	Anselmo de Andrade
<i>Cego</i>	Delfim Guimarães
<i>Sóror Água</i>	Nuno Simões
<i>O pôrto-franco de Lisboa nas suas relações com o Estado de S. Paulo</i>	Vasco Morgado
REVISTA DO MÊS	
<i>Afirmações da Consciência Nacional</i>	Jaime Cortezão
<i>O mês literario</i>	Joaquim Manso
<i>Crónica do Norte</i>	Julio Brandão
<i>Teatros</i>	Avelino d'Almeida
NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS	
<i>Reprodução de</i> : Roque Gameiro.	
<i>Desenhos de</i> : Antonio Carneiro, Raul Lino, Santos Silva, Manuel Gustavo, Almada Negreiros, Hipolito Colomb e F. Mesquita.	
<i>Fotografias de</i> : J. Benoliel.	

CONDIÇÕES DE ASSINATURA

PORTUGAL, ILHAS E COLÓNIAS

Um ano (12 números) 2\$80
Seis meses 1\$50

PAÍSES DA UNIÃO POSTAL

Um ano (12 números) Frs. 15

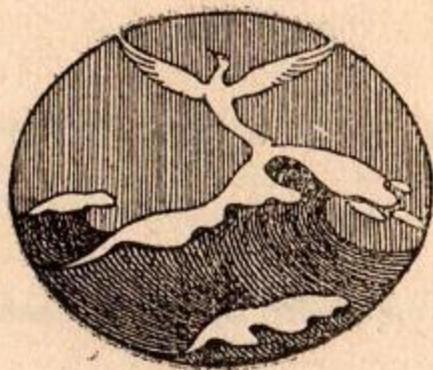
Número avulso em Portugal \$25

REDACÇÃO: Rua Antonio Maria Cardoso, 26 } LISBOA
ADMINISTRAÇÃO: Largo do Conde Barão, 49 }

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.^{AS}
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRAZIL
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL



VOLUME III

ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO
LITTERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX. A
OS MINISTROS DAS RELACOES EXTERIORES
DO BRAZIL
E DOS EXTRAINGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL

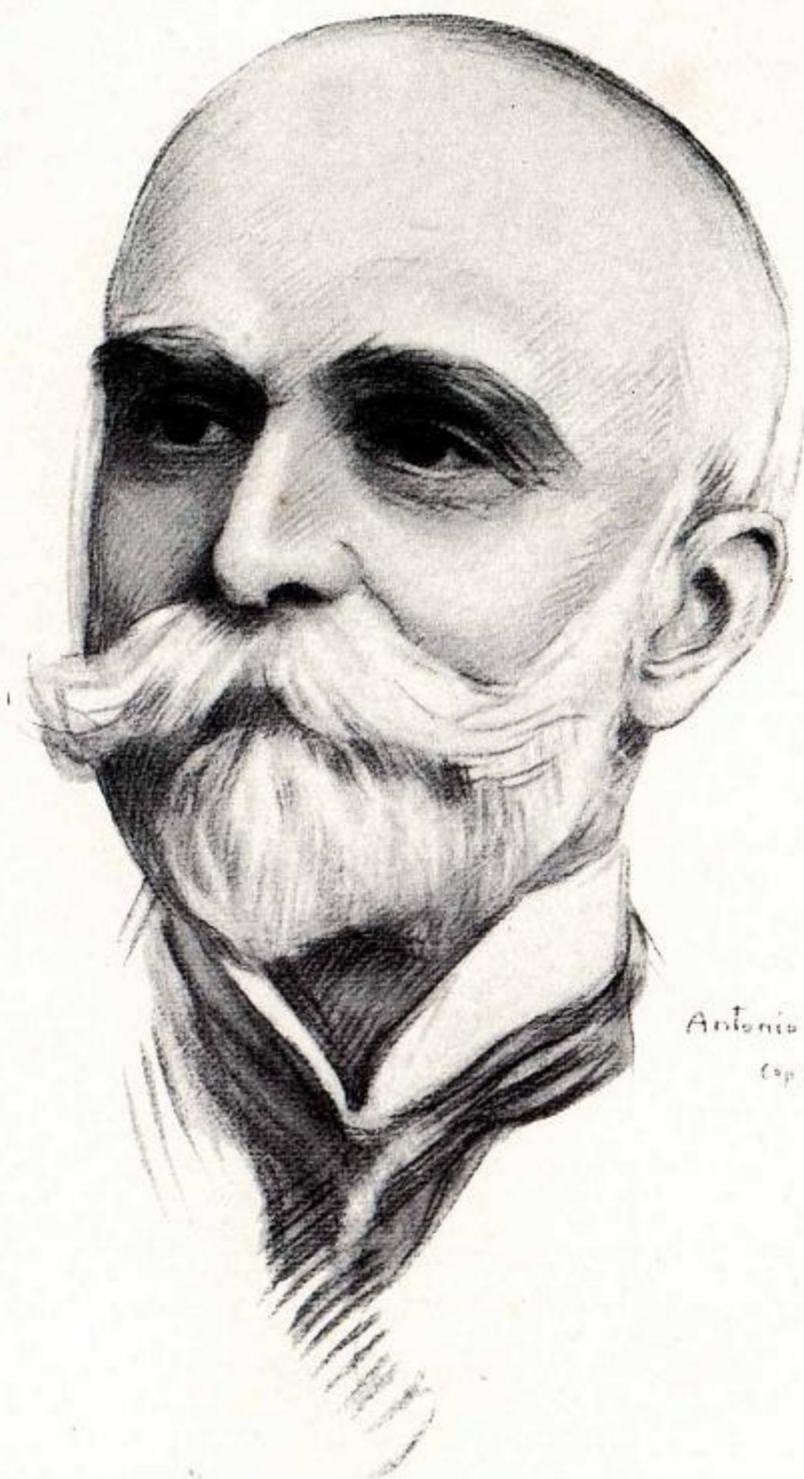
DIRECTORES:

João do Rio e João de Barros

EDITOR: Pedro Bordalo Pinheiro

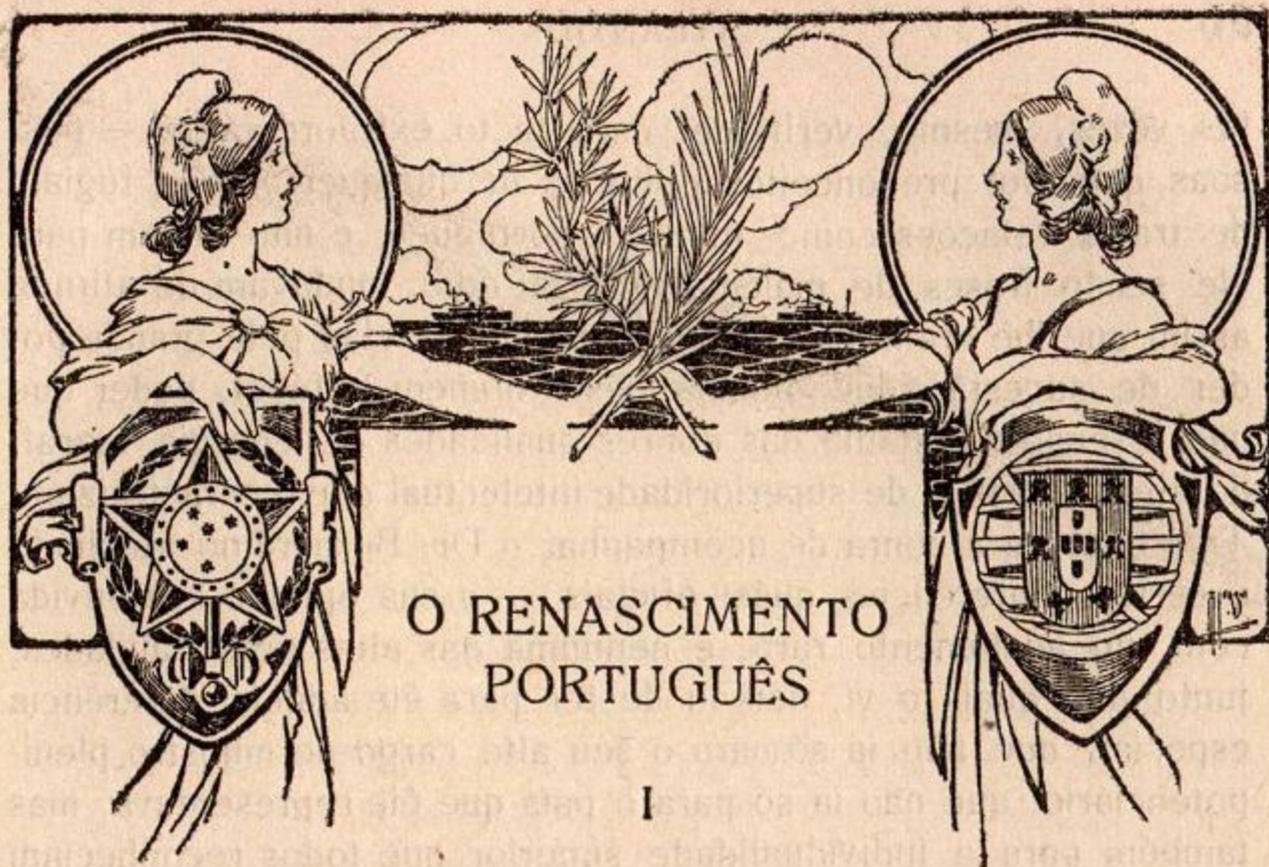
REDACÇÃO: Rua Antonio Maria Cardoso, 27

IMPRESA LIBANIO DA SILVA, Travessa do Fala-Só, 24 — LISBOA



Antonio Carneiro
cop. - 1916 - VII

DR. BERNARDINO MACHADO
Presidente da Republica



Brasil e Portugal

FALA O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Quando, entre a agitação elegante de uma noite de festa no Palácio de Belém, eu disse ao Senhor Presidente da República o quanto honraria e lisongearia a *Atlantida* que Sua Excelência nos falasse do Brasil e da missão de aproximação luso-brasileira que a *Atlantida* se impôs — logo compreendi que o eminente político e diplomata que é o chefe do Estado acederia ao meu pedido, não sómente com a sua habitual amabilidade, mas com inegável prazer. Não pela *Atlantida*, decerto. Mas pelo Brasil, que sempre mereceu ao Dr. Bernardino Machado, mesmo antes que êle desempenhasse os cargos de ministro e de embaixador de Portugal junto da grande República irmã, um affecto, uma simpatia e uma ternura tão brilhantemente, tão proficuamente exteriorizadas a todo o instante. Eu fui, em 1912, durante a minha rápida e, para mim inolvidavel passagem pelo Rio de Janeiro, uma das testemunhas fiéis da obra do Dr. Bernardino Machado no Brasil. Vi, senti, *palpei* o seu prestígio enorme, no meio brasileiro e entre a colónia portugueza. Toda a gente o admirava e o amava. Os políticos, os escritores, os artistas, os jornalistas consideravam-no, estimavam-no, respeitavam-no. Mui-

tas vezes, mesmo, verifiquei êste facto extraordinário: — pessoas que, por preconceitos políticos de qualquer ordem, fugiam de travar relações com o ministro português, e não tinham para êle senão frases de maledicência ou ódio, mudavam de attitude assim que lhe eram apresentadas. Eram atraídas pelo grande poder de sugestão que dimanava d'êste homem notável, poder que não é senão resultante das nobres qualidades de energia moral, de affectividade e de superioridade intelectual que o caracterizam. Tive também a honra de acompanhar o Dr. Bernardino Machado a certas conferências quasi officiais: — a sua opinião era ouvida com um acatamento raro, e nenhuma das altas personalidades, junto das quais o vi, deixou de ter para êle aquela deferência especial, que não ia só para o seu alto cargo de ministro plenipotenciário, que não ia só para o país que êle representava, mas também para a individualidade superior que todos reconheciam no ministro português.

De resto, o prestígio e o valor do eminente diplomata ficou bem acentuado por uma obra vasta, de máxima utilidade para o estreitamento de relações entre os dois países. Dessa obra, basta destacar dois aspectos, para que ela ressalte imediatamente aos olhos de todos: — a criação da Embaixada e a união da colónia portugêsa. A criação da Embaixada teve, além de outras vantagens facilmente reconhecíveis, a de dar ao representante da República Portugêsa, e, portanto, a Portugal, um lugar de justo e necessário destaque entre as outras representações estrangeiras. Só, além de Portugal, a América do Norte tem, com efeito, um embaixador no Rio. E é bem que assim aconteça, como o Dr. Bernardino Machado o faz notar mais adiante. É bem que os dois Embaixadores do corpo diplomático acreditado junto do Itamaraty sejam o Embaixador da tradição, da continuidade histórica, dos grandes factores da nacionalidade que são a língua, a raça e o ideal patriótico; e o Embaixador do país que representa, em toda a América, a continuidade geográfica e, também, a vida comercial e industrial em toda a sua pujança, e o modelo de todas as organizações económicas do outro continente... Mas a criação da Embaixada Portugêsa foi, acima de tudo, uma alta prova de consideração que a República deu ao Brasil, querendo demonstrar-lhe por êsse modo o quanto e como compreendia a situação respectiva dos dois países fraternos, o quanto e como desejava que o futuro internacional de ambos tivesse directrizes

semelhantes, e uma inteira e, creio, indispensável unidade de vistas. Só por êsse motivo, que foi decerto o que mais pesou no espírito do Dr. Bernardino Machado, o trabalho, coroado de êxito, da criação da Embaixada, merece o reconhecimento e a gratidão de todos os portugueses.

Da união da colônia portugueza — nada há que dizer que toda a gente não saiba: — basta a fundação da Câmara de Comércio, em que todos os nomes mais respeitáveis da colônia foram congregados, para o verificar. Se não fôsse o seu esforço admirável, paciente, persistente; se não fôsse a sua tão discutida, mas tão real e encantadora *cordealidade*, que é o permanente ritmo da sua energia, a forma harmoniosa em que vaza e molda a sua vontade inquebrantável e firme, nunca teriam cessado as discórdias, as rivalidades, as zangas. E, decerto, nunca se poderia ter dado, como se deu e se está dando em face da declaração de guerra da Alemanha, êsse belo, ardente, maravilhoso movimento de solidariedade pela mãe-pátria, de carinho e de amor que tem havido entre todos os portugueses do Brasil, vibrando, comungando, palpitando no mais sagrado, no mais nobre, no mais puro dos entusiasmos! . . .

De resto, a obra do Dr. Bernardino Machado continuou-se, no ministério a que presidiu: — é a criação do Pôrto Franco, sobretudo, que a distingue. Obra sempre clara, sempre patriótica, sempre elevada, visando sempre e cada vez mais ao completo estreitamento e à inteira união dos destinos luso-brasileiros.

Foi pensando no valor desta obra, na sua significação e na sua beleza, que eu me dirigi uma noite destas para Belém, a ouvir Sua Ex.^a o Presidente da República. A entrevista que eu pedira foi, com efeito, benévola e imediatamente concedida. E eu lembrava, pelo caminho, a frase do Secretário Geral da Presidência da República, o meu amigo Barreto da Cruz, dizendo-me: «Só o Brasil e v. podiam ter conseguido, no meio dos afazeres que preocupam e assediam o Presidente, meia hora de palestra calma». Só o Brasil; eu não: esta era a verdade. E as declarações de Sua Ex.^a em breve confirmariam a minha certeza . . .

A noite, pela pureza extática do céu e pelo brilho ardente das estrêlas, evocava uma noite do Rio de Janeiro. A noite — ou a minha saudade? O automóvel corria para Belém: — e eu recordava certas corridas pela Avenida Atlântica, quando me diri-

gia à legação portuguesa, entre um jantar na *Rôtisserie* e um baile em casa do Conde Fernando Mendes. Não haveria baile desta vez, nem tinha havido jantar . . . Mas ia encontrar, decerto, o mesmo homem sorridente, amável e tão agudamente inteligente que no Rio de Janeiro presidia aos destinos da legação portuguesa.

E, na verdade, assim acontece. Ao chegar a Belém, o Presidente ainda jantava. Logo me quis receber à sua mesa. E, salvo a diferença de cenário, encontro o mesmo meio, terno e amável, que foi sempre a casa do Dr. Bernardino Machado, onde uma ilustre senhora, esposa e mãe de excepcionais virtudes, espalha a bondade e a doçura do seu acolhimento. Um dos filhinhos mais novos recebe-me com um sorriso de boas-vindas, que é quasi um sorriso paterno. Um soldado, rigorosamente fardado, entra e cumprimenta-me quasi militarmente : — é um dos filhos do Presidente, que esteve com êle no Brasil, e que hoje, como voluntário, faz serviço num dos regimentos da capital . . .

Ao vê-lo — a guerra, e toda a agitação que ela tem trazido a Portugal, acode-me ao espírito. Penso nas preocupações e nas inquietações que, por causa dela, decerto apoquentaram e apoquentam o homem ilustre que hoje me recebe. E então mais resalta, nesta hora de tão graves, de tão profundas responsabilidades para o chefe do Estado, a atitude de serenidade simples em que o vejo, o seu sorriso eternamente moço, a sua invencível boa disposição, a juventude perene da sua fisionomia e da sua conversa. No Tejo, próximo, rouquejam os gritos das *sereias* dos navios que fazem a guarda das águas portuguesas, e os holofotes rasgam a noite com o seu clarão vigilante. A guerra paira, com efeito, nêste ambiente de paz . . . Mas o jantar termina . . . E é, eu sinto-o, com a sua alma inteiramente voltada para o Brasil, que Sua Ex.^a o Presidente da República me faz as seguintes declarações que, se me não engano, cuidadosamente registei :

«Desde a independência do Brasil pode-se dizer que em geral, — embora uma ou outra vez se falasse de tratados entre as duas nações, mal se pensava em organizar as nossas relações internacionais, tanto elas se julgavam naturalmente orgânicas. E, se é certo que um ou outro dos nossos pensadores e homens públicos puseram em foco essa questão, a verdade é que vivíamos da velha rotina tradicional. Nos últimos tempos da monarquia, mesmo, o movimento político das duas nações tinha-se tornado tão discordante que não era fácil que os dois governos se entendessem

para intensificar e estreitar a nossa vida mútua de relação. Aconteceu, também, que a decadência das instituições em Portugal, envolvendo no seu descrédito a própria nação, afastava dela o espírito público no Brasil. De aí, infelizmente, a depreciação que sofria a nossa grande colônia, para que se olhava com verdadeiro desapêgo; e a depreciação da própria metrópole, que nem já atraía a visita dos brasileiros, a ponto de que, ao embarcarem, em viagem nos transatlânticos, nunca diziam que vinham para Portugal, mas unicamente: à Europa, ainda que por aqui se dirigissem!

«Parecia que só havia que ver em Paris, em Londres, em Berlim — e nada entre nós!

«E, comtudo, estava e está aqui o *solar* do Brasil; e era preciso que todos os brasileiros se habituassem a vir de lá visitá-lo religiosamente!...

«A culpa — reconheçamo-lo — era nossa, que nem as nossas grandes tradições zelávamos, caminhando na vanguarda da civilização, e por isso não podíamos estranhar que as não zelassem também os nossos irmãos brasileiros, impelidos pela onda ardente das modernas inovações arrebatadoras. Por isso mesmo, confrontando o seu progresso com os nossos desfalecimentos, chegavam a pôr em contraste o seu engrandecimento juvenil com a aparente consunção da nossa velhice. Era preciso como que acordar de novo o sentimento recíproco da nossa indissolúvel união.

«Êsse *fiat* foi obra da República, como o anteviu, com a adivinhação do seu grande coração, Paulo Barreto, o ilustre escritor, que desde então bem merece de todos nós o título de *cidadão português*.

«Ao proclamar a República — o nosso sangue de família pulsou com orgulho no coração do Brasil. Por isso, ninguém acorreu primeiro do que êle a dar-nos o amplexo do seu reconhecimento oficial! E dir-se-ia que, desde êsse momento, o velho Portugal ressurgiu para êle, avivando-lhe a consciência de que não tinha propriamente de iniciar uma civilização, mas de no novo mundo continuá-la, sendo Portugal e Brasil o desdobramento de um povo em duas nações, igualmente vivazes, enlaçadas entre si pelo dever comum do cumprimento do mesmo destino.

«O Brasil, que geográficamente é americano, historicamente é português ou lusitano. E estas duas correntes cruzam-se certamente e confundem-se, mas sem que nunca a acção externa do

meio possa obliterar e destruir a acção profunda da herança original. Hoje, o Brasil tem logicamente em frente uma da outra, no Rio de Janeiro, as duas embaixadas: — a de Portugal e a dos Estados-Unidos. E é interessante ver como — ao passo que os portugueses cimentam a sua aliança com a Inglaterra, os nossos irmãos do Brasil estreitam por sua parte, cada vez mais também, os seus laços políticos connosco e com os norte-americanos, irmãos dos inglêses. De modo que a confraternização luso-brasileira tem ainda a apoiá-la internacionalmente a íntima solidariedade, fraternal também, entre a Inglaterra e os Estados-Unidos. Tanto é certo que o mesmo génio glorioso nos conduz e nada hoje no mundo pode criar atritos que nos apartem! . . .

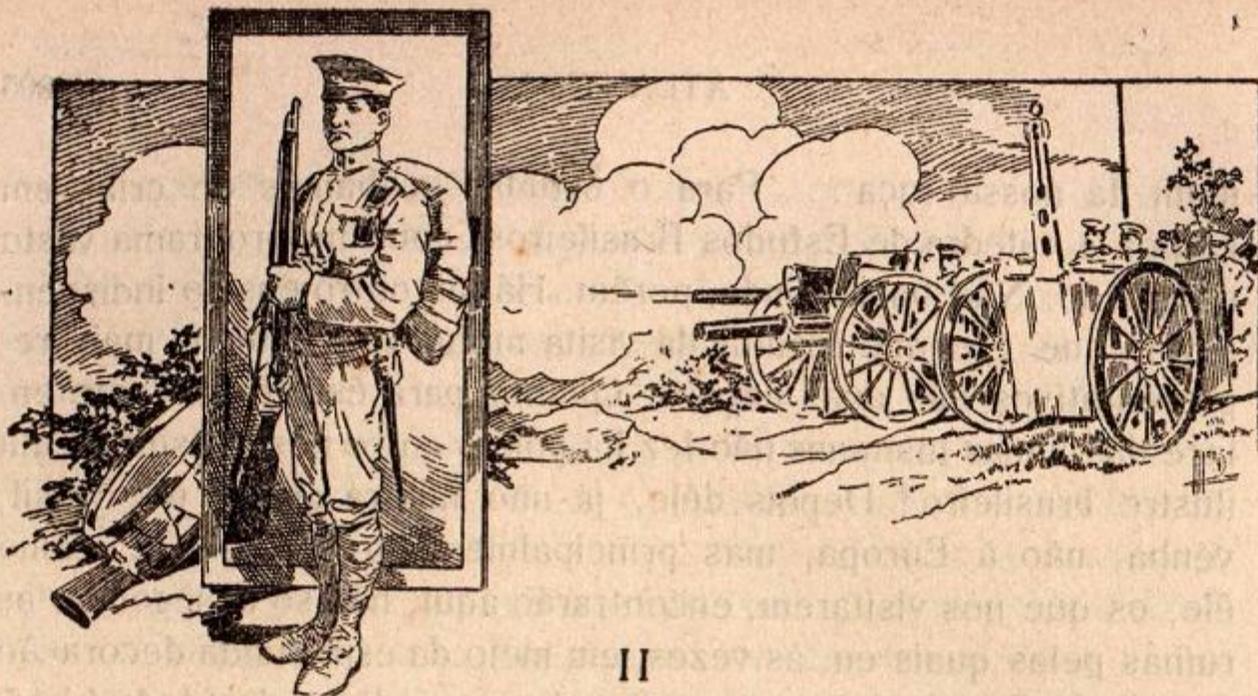
«O que é necessário é que tudo aquilo que não fez a monarquia e que, por fim, não podia mesmo já fazer pelo seu espírito de reacção — e que é organizar, sob todos os aspectos, as relações entre os dois países — o façamos nós hoje, intensamente, caminhando ao lado uns dos outros, na mesma marcha progressiva e ascendente, resarcindo o mais de pressa possível o tempo perdido. A consonância das instituições políticas deve ser acompanhada do mais harmónico intercâmbio dos nossos interesses económicos. Estabelecemos para isso consulados em todos os Estados mais prósperos do Brasil. E, por todos êles, organizámos Câmaras Portuguesas de Comércio. Associados assim, intimamente, os portugueses no Brasil, e ligados às suas autoridades pelas nossas, resta que o Oceano, que nos separa, volte outra vez a ser nosso pela navegação e que os portos de Portugal sejam o entreposto do comércio brasileiro na Europa, como, reciprocamente, os portos do Brasil o sejam do comércio de Portugal com a América do Sul . . .

«Disso nos ocupamos urgentemente.

«Breve, inauguraremos a nossa carreira de navegação para o Brasil; e tudo já auspícia o mais largo desenvolvimento ao *Pôrto Franco* do Brasil em Lisboa.

«Não basta, porém, tratar só do intercâmbio material. Portugal e Brasil devem atraír-se também íntimamente pelo comércio intelectual. Temos já muito que aprender com o Brasil. No Brasil há uma literatura, uma arte, uma filologia, uma sciência, um direito — que se afirmam com relêvo, com pujança e com brilho. E o que o Brasil sente, pensa e faz, é inseparável do nosso próprio desenvolvimento espiritual. Tudo isso constitui o património co-

mum da nossa raça . . . Para o estudar acabamos de criar em Lisboa a cátedra de Estudos Brasileiros, com um programa vasto e cuidado. Não basta ainda, porém. Há um outro ensino indispensável, que é o que resulta da visita mútua dos homens mais representativos das duas nações. Quanto para êste fecundante enlace das almas lusitanas não fez há pouco entre nós a visita de um ilustre brasileiro! Depois dêle, já não faltará quem, no Brasil, venha, não à Europa, mas principalmente a Portugal. E, como êle, os que nos visitarem, encontrarão aqui, não só as legendárias ruínas pelas quais eu, às vezes, em meio da esplêndida decoração juvenil do Rio de Janeiro, suspirava, e que dão solenidade histórica grandiosa à visão do nosso Passado; mas sentirão conjuntamente os estos do nosso ardente labor, ancioso de conquistar novos títulos de honra com que, de mãos dadas com os Brasileiros, contribuamos para os futuros *Lusíadas*, tão eloqüentemente anunciados pela voz profética de Olavo Bilac . . .»



II

A Guerra e a Preparação Militar Portuguesa

FALA O SR. MINISTRO DA GUERRA



Ainda no deslumbramento dêsse espectáculo prodigioso que foi a *Parada de Tancos*; sob a impressão fundíssima de ter visto ali um exército admirável que na elegância do seu ritmo heróico parecia — de tal modo a larga ondulação do movimento se erguia serenamente do solo — um grande gesto da Terra em combate e em defesa, fui pedir ao senhor Ministro da Guerra que dissesse aos leitores da *Atlantida* o valor e o significado do esforço imenso que S. Ex.^a tem feito e a que se deve a rápida e perfeita reorganização das nos-

sas fôrças militares. Nesta hora de nobre ansiedade patriótica,

quando a nossa cooperação na guerra europeia vai ser um facto — e um facto honrosíssimo e de incalculáveis e fecundas consequências para o nosso prestígio e para o nosso futuro — era necessário ouvir do homem que preparou e afeiçãoou o supremo *instrumento* de glória e de grandezas nacionais que deve ser mais uma vez o nosso exército, o espírito que presidiu a êsse trabalho, o ideal que o mantêm, a aspiração que lhe deu alento e fé. Só assim, de resto, a obra do Ministro poderá ser completamente apreciada pelo público. Reorganizar um exército é, com efeito, uma expressão demasiadamente gasta para que à primeira vista ganhe ante o nosso critério todo o seu valor. Há quem lhe dê apenas uma significação material! E no entanto, como toda a obra superior da energia humana, êsse trabalho só será proveitoso e grande, se viver de uma ideia alevantada e de uma crença pura.

Era essa *ideia* e essa *crença* que eu ia tentar surpreender nas palavras que o Ministro da Guerra se dignasse dizer-me. Mas, confesso: no momento em que me dirigia para casa de S. Ex.^a, acompanhado de um amigo comum, receava bem não conseguir o meu intento. O Ministro é, na verdade, um homem que fala pouco e que não gosta de dizer tudo o que pensa. Com o seu aspecto de comando e de fôrça contida; com o seu ar um pouco desdenhoso e altivo; rápido e decidido de maneiras — não é uma pessoa que a gente goste de perturbar em pleno trabalho, quando as mil preocupações do seu cargo e deveres o assediam e fatigam. No entanto, sabia também que êle é um patriota insigne e apaixonado, e que não lhe seria desagradável poder, mais uma vez, falar das suas esperanças no engrandecimento de Portugal. Depois, êlle possui — e isso há muito que o sei — todas as qualidades, infelizmente pouco vulgares já hoje, do português antigo — simplicidade, afabilidade, um singelo carinho hospitaleiro e, sobretudo, rizeza de carácter, honestidade de pensar, firmeza de princípios e convicções. Tudo isto lhe dá uma fisionomia moral que atrai e que subjuga, um incontestável poder de sugestão, e uma faculdade de simpatia, que não irradia, talvez, mas que seguramente domina para sempre todos aqueles que a sentem. Olhando-o, temos a sensação imediata da FÔRÇA. Uma vida de trabalho, ainda que excessivo, de realizações, ainda que dolorosas, de luta e de glória, é a que êle instintivamente deseja e quer, ainda que nela sacrifique a saúde, o sossêgo, as comodidades e as alegrias da existencia . . .

* * *

A pequena sala onde o Ministro nos recebe, é uma sala de recordações. Há nas paredes, nas mesas e num *tremó* várias lindíssimas peças de faiança da Índia. Contemplo-as com admiração. E é êsse o pretexto para começarmos a falar do tempo em que o Ministro parecia ter destinado todo o seu esforço aos assuntos coloniais e para eu perguntar a razão da sua brusca passagem para o Ministério da Guerra.

«A razão, diz-me S. Ex.^a, foi terem insistido comigo para que eu aceitasse a pasta que é hoje a minha. Mais nenhuma. Na minha longa vida de serviços públicos, nunca solicitei cargos nem lugares. Só uma vez — em circunstancias que não quero referir por agora, se bem que se tivessem dado há alguns anos — pedi, não um cargo, nem um lugar, mas uma comissão de serviço. Tratava-se de conquistar para Portugal, em campo de batalha, vantagens e glória. Não quiseram!... Arrependi-me quási de ter saído da minha costumada linha de conduta. Bem vê o meu amigo: — desde muito que me ocupo principalmente de assuntos coloniais. E não podia aceitar por prazer que me fizessem abandonar essa ordem de trabalhos para esta, tão diversa, em que me encontro metido...

— Mas o espírito patriótico de V. Ex.^a, tão conhecido já, indicava-o naturalmente para o ministério que dirige.

— «Se realmente possuo, como julgo, um fervoroso, um ardente espírito patriótico, creia que o devo em grande parte à minha estada nas colónias, sobretudo na India. Ah! a India! O que ali se vê e se adivinha do velho esforço portuguez, da nossa tenacidade, da nossa inteligência, do nosso ideal é uma constante lição de civismo. Eu, que era talvez um pouco scéptico sôbre os destinos da raça quando parti para a India, fui profundamente influenciado pela grande alma de Portugal que ainda lá vive e domina. O meu carácter enrijou, a minha fé aumentou! Compreendi tudo de quanto eram capazes os portuguezes — e senti, melhor de que nunca, o quanto a nossa decadência se deveu sobretudo à falta de energia e de crença dos homens que dirigiam a Pátria. O povo é grande — perpétuamente grande e forte, pois não podem perder-se as qualidades que dantes o fizeram temido, respeitado e admirado. Acreditar que se perderiam, era quási o mesmo que dizer que nunca tinham existido!... Creia: a criação do

nosso domínio ultramarino foi uma obra enorme, tão grande que por ela existimos, que para ela devemos continuar a existir. Se visse a fortaleza de Diu, a histórica fortaleza das nossas glórias, havia de sentir bem a nossa capacidade de construtores e de criadores de Impérios. Na sua grandeza de pedra, é tão monumental quasi como o foi a obra de Afonso de Albuquerque, obra que não se apagou ainda na crença popular, que vê no grande capitão um santo — o santo que protege as causas justas e que ainda pode distribuir justiça, quatrocentos anos depois da sua morte! Nenhum herói teve ou tem maior consagração no mundo. A sombra da sua memória ilumina. E só nós, talvez, é que não admiramos bastante essa grande figura...

— A falta de educação patriótica da monarquia, lembrei.

— Sim. Decerto. É preciso educar patrioticamente as crianças, o povo. Êsses livros de leitura escolar que por aí há são detestáveis pela sua falta de espírito nacionalizador. O povo, a raça, são magníficos. Tudo o que se tem feito no Ministério da Guerra seria impossível de realizar se o povo não fôsse o grande povo que a história glorificou. A fé, a fé instintiva dessa gente no resurgimento de Portugal é enorme. É preciso ver de perto os soldados para o compreender bem. Vibram de entusiasmo onde eu chego -- não por mim, mas pela Pátria e pela República, de que sou para êles o representante.

— Mas, objectei, toda a gente dizia que o exército português era falho de entusiasmo...

— A explicação dessa afirmativa é simples. A nossa preparação deixava muito a desejar. E essa falta traduzia-se por um mal estar grande e justificado no meio militar. Mas todas as perturbações, todas as agitações, todas as inquietações resultavam do facto de o exército sentir que à sua existência não correspondia uma função definida. Pode dizer-se que o exército não tinha a consciência do papel que devia desempenhar, por deficiência de preparação e de organização. E sem essa consciência não há possibilidade nem de trabalho, nem de sossêgo criador!

«Isto era tanto mais sensível quanto o estado de guerra trazia ao próprio exército o desejo e a necessidade de estar preparado e organizado. E, note-se, o estado de guerra, em Portugal, existe virtualmente desde a conferência de Berlim! Desde então, viu-se bem que a Alemanha cobiçava as nossas colónias e que contra ela, mais dia ou menos dia, teríamos de combater e de nos de-

fender. É, por isso, que não é exagêro dizer — e o povo sentiu-o bem — que a declaração da nossa fidelidade à Aliança Inglesa, feita poucos dias depois do início da conflagração, foi uma declaração de guerra à Alemanha... Tínhamos nós exército pronto para combater, nêsse momento? Não tínhamos! E como isto devia pesar aos nossos valentes militares, oficiais e soldados! A Ditadura mais desorganizou tudo, como sabe. Mas como sabe também, o 14 de Maio — revolução do povo — teve em grande parte a intenção de terminar com esta anomalia e com êste mal estar. De aí o grande número de oficiais que tomaram parte nêsse belo movimento.

«E o que era preciso? Fazer do exército uma realidade. Eis o único merecimento da minha obra, se algum ela tem... Obra que é só portuguesa, afinal, e não é quási minha. O que me anima é a consciência das nossas tradições, é a certeza de que um povo que fundou um império colonial como o nosso, pode conseguir tudo o que quiser!

— Então, pergunto, não há o chamado espírito militarista na nossa preparação militar?

— Nenhum. Há o espírito patriótico, intenso, ardente e sincero. Todos sentem que temos de conservar as nossas colónias: — somos actualmente a terceira potência colonial! E que temos de manter a vida de *nação forte* que essa responsabilidade magnífica nos impõe. O nosso ressurgimento militar — creio-o — corresponde a um estado de alma do país. A Alemanha — repito-o — queria as nossas colónias. Se vencesse, deixar-nos-ia, talvez, só com a metrópole, quási sem razão de viver, portanto! Todos sentimos êsse perigo. E, por isso, todos, todos queremos agora um exército que nos defenda, e que mantenha o nosso prestígio. Nem de outra maneira se conseguiria a sua reorganização com a rapidez e perfeição com que se está conseguindo.

Não observo ao Ministro que êle se apagou demasiadamente, ao falar de uma obra, que é sua obra. Para quê? Não só protestaria, como talvez se irritasse. Os homens como êle vivem da fé: — e a fé, para ser grande e criadora, vive da certeza de um apostolado; quero dizer, da certeza de interpretar e explicar a aspiração oculta da alma colectiva... Prefiro perguntar-lhe por Tancos.

— Tancos, responde o Ministro com o entusiasmo que pusera em todas as suas palavras, Tancos é também, é ainda e

sempre um produto do fervor patriótico nacional. O que ali se fez foi extraordinário! O brilhantismo da parada foi excepcional e muita gente duvidou, até ao dia da sua realização, que ela assim fôsse uma tão grande manifestação de ordem, de método e de disciplina. Parece que todos os soldados, que todos os oficiais sentiam e sabiam o verdadeiro significado da parada: — mostrar ao mundo que estamos prontos para o que a nação precisar de nós, prontos desde já a caminhar ao primeiro toque de clarim.

— Então V. Ex.^a não dá por perdidos os seus esforços e o seu formidável trabalho?

— «De modo algum! Sinto-me recompensado e reconfortado, ao lembrar-me da grande vitória de organização que foi Tancos. E também, por ter reconhecido mais uma vez, no nosso soldado, o descendente legítimo dos heróis da Africa e da India, dos constructores de fortalezas de além-mar, dos fundadores do Império Colonial que, nos campos de batalha da Europa—como de antes nas regiões longínquas—vamos defender agora... Dentro de poucas semanas—declaro-lho com profundo orgulho de patriota e de soldado—devemos estar a combater na frente ocidental, contra os nossos inimigos: os alemães—ao lado dos nossos aliados de sempre: os ingleses—e junto dos nossos amigos de alma e de espírito, daqueles cujo país representa a mais alta expressão da civilização que é a nossa: os francêses. Assim consagraremos, depois do angustioso período de decadência que terminou com a monarquia, a permanente energia da nossa raça, e o idealismo sempre triunfante do nosso sentimento da Pátria...

Depois destas nobres e comovidas palavras, nada mais tinha a ouvir. Mas prendia-me ainda a curiosidade de saber quaisquer detalhes sôbre a nossa participação na guerra. Indago, pois.

— Basta dizer-lhe que os nossos ministros foram recebidos lá fora admiravelmente. Não há o menor exagêro nas notícias dos jornais. Pelo contrário. Afonso Costa afirmou mais uma vez á sua estatura mundial. O ministro dos estrangeiros foi apreciado, como devia, na sua alta intelligência e no seu tacto diplomático. De resto—nem podia deixar de ser assim. Êles eram os intérpretes da alma gloriosa do nosso povo...

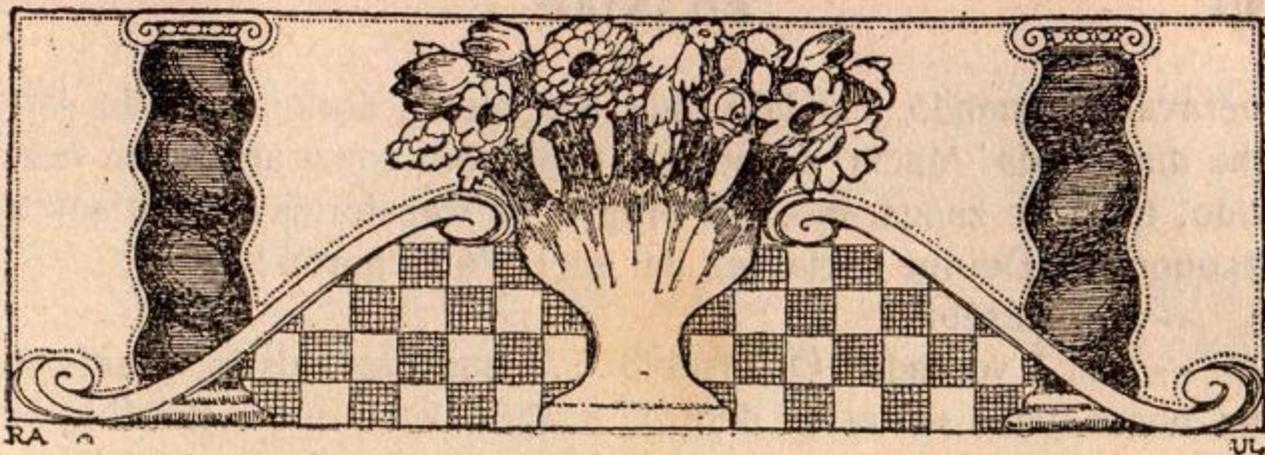
— Mas a Inglaterra pediu ou não pediu o nosso concurso?

— Em termos honrosíssimos, num convite moralmente secundado pela França, que deseja também ver a nossa bandeira flutuar ao lado da sua. Lord Grey é um velho e grande amigo

de Portugal. Conhece muito bem a política portugueza, tanto a da metrópole como a colonial. Não podia ser senão amável e justo connosco. Foi o que succedeu...

Não quero insistir. Sei que a respeito de Lord Grey e da nossa política colonial o Ministro podia falar muito mais. Lord Grey conhece, com efeito, de há muito Norton de Matos, cuja administração em Angola lhe mereceu os mais quentes elogios. Mas é tarde. O ministro vai trabalhar ainda. Despedimo-nos. E, pela rua fora, no silêncio da noite calma, nenhum de nós, o amigo que me acompanhava e eu, se atreveu a fazer o mais leve comentário às afirmações e às ideias do Ministro, tanto elas tinham ficado vibrando, em fé e ardor patrióticos, dentro das nossas almas, no mais fundo dos nossos corações...

JOÃO DE BARROS.



A honestidade de Etelvina, amante...

(Conclusão)

A porta fechou-se. Enquanto subíamos as escadas, íamos como pisando nos ais do pobre homem em baixo. — «Etelvina! Etelvina!» gania a criatura. Agarrada a mim, na treva, Etelvina tinha as mãos de gelo. Desgraçadamente tenho visto comigo, que não sou melhor nem pior que os outros homens, o efeito desastroso do choque dos preconceitos sociais sôbre a nossa animalidade. Eu era abjecto. Aquela criatura que se agarrava a mim era refinadamente miserável. Abandonara a filha, deixara um homem a soluçar, por outro a quem não podia ainda amar e que ainda não a amava. E apesar de tudo, talvez por tudo, o desejo como uma alucinação queimava-nos. No meu quarto era impossível falar. A vizinhança protestaria. Se tivéssemos falado, talvez nos contivéssemos. As palavras fizeram-se para desvirtuar a vida... Calados, ela tremia, eu tremia. Rolámos no leito. Foi a noite de mais exasperado prazer que conheci...

— Cáspitè!

Fiquei prêso. Podia dizer-lhe, para fazer literatura, que ficara no desejo de decifrar o monstro. Não. Tinha vinte quatro anos, idade em que os homens tanto se importam com a psicologia das mulheres como com a sua certidão de idade. Também não era amor. Fiquei simplesmente porque ela se fazia carinho, ternura, o dia inteiro. Fiquei por sensualidade. Nunca lhe vi os filhos e a mãe. Ela achava inútil. Nunca perguntei quantos anos tinha. Obedecia-me de tal modo que eu era muito mais velho sempre. E quanto à ordem, à dedicação — que dona de casa e que esposa! Falava pouco. Nunca me fez uma scena. Eu era o seu Deus. Es-

perava-me quando mandava que esperasse; dormia quando não lhe dizia nada. Macia, silenciosa, boa. Para comprar-lhe um vestido, tinha de zangar-me. Ela própria os transformava. Fazíamos economias. Dei-lhe certa vez um anel. Pois chorou!...

— E o Eusébio?

— Ah! é verdade! O Eusébio... Enquanto existiu, manteve na nossa união um ar de delírio. Imagine você que o Eusébio ia para o teatro com a pequena. O teatro inteiro censurava Etelvina. Etelvina amimava a filha como se amima a filha de um conhecido, e não falava ao Eusébio. Levava de capricho. O pobre diabo exhibia de mais a desgraça. Deu mesmo para o fim em ir cear com a pequena, que poderia ter nêsse tempo pouco mais de um ano. Ficava bêbedo debruçado sobre as mesas, enquanto a criancinha dormia nas banquetas. Um horror!

— Isso não os envergonhava?

Exasperava-nos. Era uma raiva... Quando o Eusébio, doente do peito, subiu para a Serra da Estrêla, deixando a filha com a avó, é que notei a normalização da nossa vida. Acordávamos tarde. Almoçávamos. Ela saía para o ensaio. Eu às vezes ia levá-la. De outras ia conversar aos cafés. Voltávamos a jantar. Ríamos, contávamo-nos mutuamente o nosso dia. Era bom. Depois ela ia para o teatro e eu aparecia a buscá-la, indo mesmo cear com camaradas. Passámos assim ano e meio. Devia ser por toda a vida! Ao cabo dessa maravilha de temporada, recebi uma carta

anónima, assegurando que Etelvina entrava em francos colóquios com um jovem cómico, o Justino.

— Desagradável...

— Não sei se era verdade. No momento perdi a cabeça, lembrei o Eusébio, a minha felicidade. Corri ao teatro. A um canto Etelvina justamente conversava com o Justino. Atirei-me vomitando improperios e ali mesmo espanquei o cómico. Houve pânico,

gritaria, sangue, portas fechadas. Toda a companhia berrava, ameaçando-me. Eu sacudia furioso a bengala. Só Etelvina, branca e impassível, assistia à scena. Fiquei louco de ira. Agarrei-a pelo braço, levei-a aos encontrões até à rua, atirei-a num trem



que passava, e, durante a corrida, insultei-a. Insultei-a de desespero, porque ela sem dizer palavra, olhava fixamente a ponta dos botins, distante de mim, cada vez mais distante à proporção que os meus insultos cresciam.

Ao chegarmos a casa subiu rápida. «Vai fechar-se no quarto e chorar!», pensei. Mas quando cheguei acima, Etelvina estava na casa de jantar, de luvas, de chapéu, com uma pequena *valise* na mão.

— «Temos scena?» indaguei colérico.

— «Sabes bem que não faço scenas.

Tomei apenas uma resolução irrevogável». — «Qual?» — «Parto!» — «Estás louca.»

— «Cometeste um acto indigno. Desmoralizaste-me diante da

companhia». — «Minha querida, nada

de farças. O Justino, êsse canalha, já dava que falar até aos anónimos. Olha esta carta! Conheço-te».

— «Deves pois saber que não é meu costume enganar o homem com quem vivo.

Quando a harmonia cessa — desapareço». — «Olha que eu não sou o

Eusébio.» — «Não, porque o Eusébio nunca me insultou!»

— «Etelvina, não me enfuries!» — «Farei o possível. O senhor duvida de mim; o senhor espancou um pobre rapaz; o senhor insultou-me, dando-me nêsse tremendo escândalo como

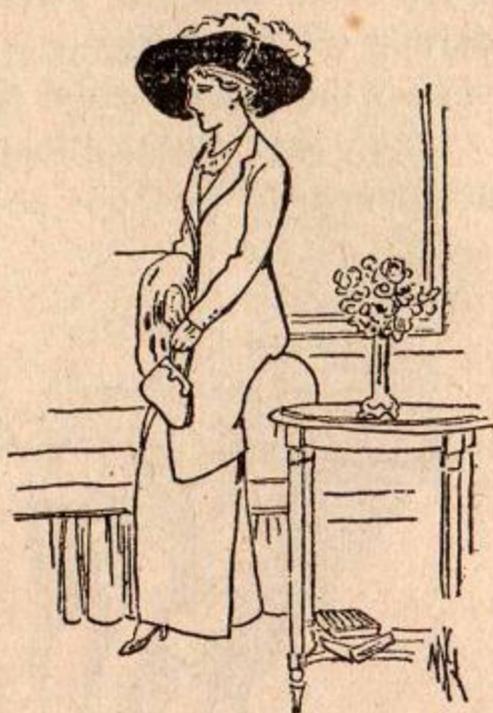
amante de outro. Não podemos viver juntos, para a sua própria dignidade. Seja feliz!»

— «Vais ter com êle, como fizeste comigo quando deixaste o Eusébio?».

Ela voltou-se lívida: — «Juro-lhe que não pensava nêsse homem; juro-lhe que não serei sua amante. Vou de aqui para a casa de minha mãe».

Dei uma gargalhada de desafio: — «Pois até à vista!» — «Adeus, Gastão...»

Ao vê-la sair, esperei um instante, por orgulho, por vaidade. Depois, sentindo o desastre, atirei-me com vontade de espancá-la, de pedir-lhe perdão e ao mesmo tempo certo do irremediável. Desci, chamei. Já não estava. Corri ao Lumiar, à casa onde tinha a mãe. Não aparecera. Fui ao teatro, sem saber o que ia fazer. Etelvina representava. A minha entrada tinha sido proibida na caixa e vinham a mim o vice-cônsul do Brasil e um senhor amável. Etelvina reclamara garantias à segurança e mandara um



bilhete ao vice-cônsul. Aquele senhor amável era da polícia. O vice-cônsul aconselhava-me...

Fiz um enorme esforço para conservar uma certa linha de distinção. Como as mulheres humilham! Com que rapidez aquela criatura me reduzia de amante a desordeiro inconveniente. Disse algumas palavras de ironia que as duas autoridades ouviram a sorrir com receosa piedade. O vice-cônsul convidou-me para dormir na sua residência. Era solteiro. Conhecia a vida... Devia ser doloroso ver um lar vazio...

Fui. Não dormi a noite. Pela manhã, saí. Era evidentemente acompanhado por um polícia secreta. Entrei na minha casa. A



impressão foi a de quem revê-scenários depois da representação da peça. Estive enojado alguns momentos, -- não dela, mas do meu acto. Abri as gavetas, li cartas. Todas as cartas de minha família mostravam o susto pela minha demora. Deixei os criados atônitos, fui de caminho a uma agência de leilões e à agência de vapores. Oito dias depois embarcava para

o Rio. Antes informara-me dela. Não estava com o Justino. Escrevi-lhe uma carta pedindo-lhe perdão. E até à hora de embarcar esperei a resposta...

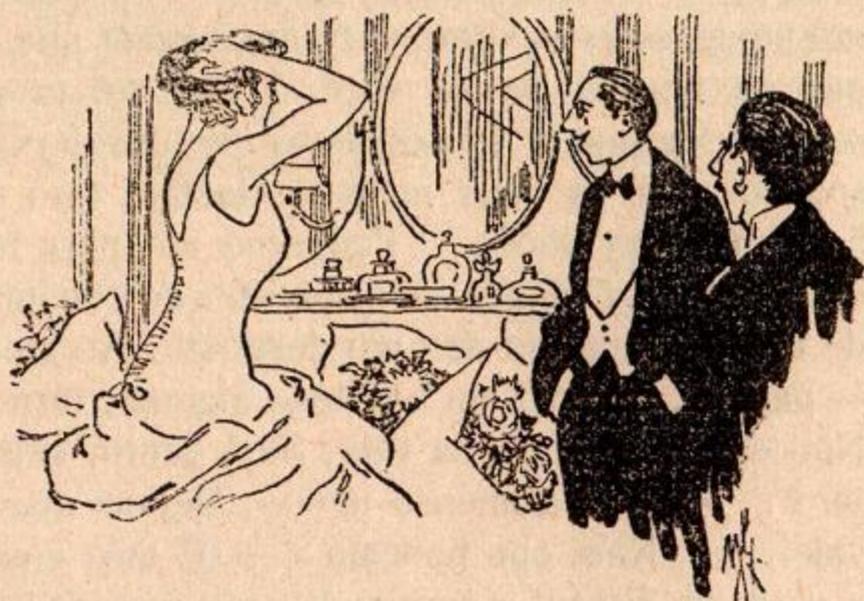
— É sempre triste o fim...

Esse foi lamentável. Tanto mais quanto, perdendo-a, livre da sedução, a curiosidade tornara-se enorme. Eu desejava conhecer o coração daquela mulher, saber ao certo o que ela pensava, o que ela sentia. Há um ano, ela reapareceu no Rio numa companhia de operetas. A pretexto de abraçar os amigos fui a bordo. Etelvina ia desembarcar com o seu novo amante, o segundo tenor, um sujeito bexigoso, que tinha anéis em todos os dedos das mãos. Olhou-me calma. Não me cumprimentou. Era como se nunca nos tivéssemos visto. Fiquei de novo irritado. Mas o procedimento dela fôra de tal ordem que eu, o violento, o estouvado, eu sentia a timidez de um rapazola, a vergonha de qualquer acto menos polido. Assim, em vez de atacá-la, de ter uma explicação, voltei a ter uma frisa permanente no teatro, a mandar-lhe diária-

mente flôres, a ser de novo o namorado! Quando estava nêsse ridículo, pensava: — «Ela deve ficar agradecida. O meu romantismo sobrepujará o estúpido tenor!» Ela continuava de gêlo. Da sua permanente impassibilidade nasceu a pouco e pouco a minha irritação. Comecei a encarar o tenor com insolência, a rir da sua voz... O tenor pareceu ter medo. Fiquei mais insolente e resolvi ir à caixa. Note você que não era paixão. Era despeito só talvez...

— Compreendo.

— Não ria. Despeito ou paixão, o certo é que eu ameaçava ex-



plodir. E na minha terra não haveria autoridades que obstassem uma campanha desagradável ao pobre tenor e àquela imperitina mulherzinha... Pois estava eu assim uma noite e entrava na caixa durante o intervalo, quando vi o tenor desaparecer no camarim e a Etelvina vir a mim com a maior calma: — «Boa noite, Gastão!» Senti-me desarticulado: — «Afim, falou-me, grande ingrata!» — «Ó homem, não falava porque você não me cumprimentava. Os cavalheiros saúdam sempre primeiro... Depois, julguei que tivesse o pouco senso de não me ter dado razão no nosso rompimento... — «Não houve rompimento da minha parte.» — «Ainda bem. Foi uma terminação só...»

Depois, sem transição, levou-me naturalmente pelo fundo do palco, o braço enfiado no meu. E baixo, amigável, carinhosamente: — «Fez você bem em vir cá ao palco. Tenho de lhe falar. É aliás um pedido. Gastão, que brincadeira é essa? Porque me persegue você?» — «Eu?» — «Como criança, creio, já basta! Como cavalheiro, o Gastão nunca teria repetido tal pilhéria, se pensasse no que faz!» — «Ora!» — «Antes, bem. Mas agora, depois de um bom momento que passou e não poderá já mais voltar!...» — «Porquê?» — «Gastão, para que frases inúteis? O encanto rompeu-se. Sabe bem. Nem eu nem você poderíamos

recomeçar senão para mutuamente nos odiarmos. Depois, não quero, não recomeço nunca. É estupidez querer fazer novo um copo que quebrou . . . » Fiquei um momento calado, como criança teimosa que ainda insiste: — «Mas eu gosto tanto de você . . . » — «Estamos a falar sério.» — «Mas podia ser só uma vez: mais . . . » — «Que tolíce Gastão!» — «Creio que não ama o tenor bexigoso?» — «Para você basta dizer que o respeito. Quereria que eu fizesse contra você o que me propõe contra êle? De resto é mesmo a seu respeito que desejaria falar. O rapaz tem sofrido com os seus modos, Gastão. Isso é tão triste para um homem como você . . . Pediu-me até para falar-lhe. Conto com um favor seu. Deixe-se de disparates de conquistas, seja camarada de quem nunca lhe deu um desgosto. Ao menos. O que foi, foi, — passou. Nunca, em hipótese alguma, torno a ser sua amante. Não envenene a minha vida. Seja gentil, seja amigo. Posso contar? . . . » Olhei-a imenso tempo. Depois disse: — «É exquisita a valer.» — «Não, sou honesta.» — «É uma explicação.» — «Não, é a verdade. Eu fui e continuo a ser sempre honesta.» Curvei-me: — «Será satisfeita, Etlvina . . . »

Deixei a caixa e nunca mais voltei ao teatro. Sinto uma sensação indecifrável quando a vejo. Como não consegui compreendê-la, evito os cumprimentos, o mal estar das saudações . . .

Houve um silêncio. O outro cavalheiro perguntou, como continuando:

— Agora, porém, parece-me que ela não veio com o tenor?

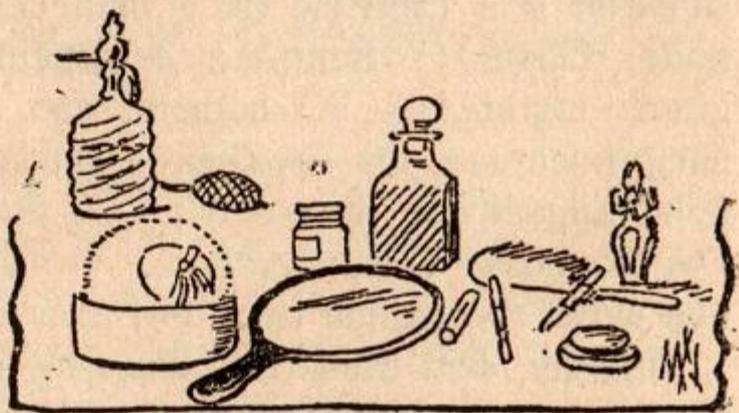
— Não, está com o secretário da companhia e já esteve com um jornalista.

— Cada vez mais menina e mais honesta? . . .

— Tal qual como comigo, com o Eusébio, os anteriores e de certo os futuros . . .

O cavalheiro pensou:

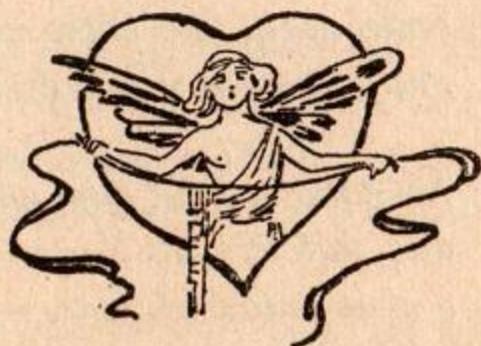
— De aí talvez seja um género. Honestidade é uma questão de interpretação. No fundo Etlvina não tem vício porque só ama um de cada vez; é digna porque tem a lealdade de não enganar aquele com quem está; é mulher porque não gosta só de um para



toda a vida. Quanto a honestidade, de facto ninguém pode dizer que não é das mais honestas. Talvez de um modo singular. Honesta por partidas, honesta sucessivamente . . .

Mas no saguão do teatro as campainhas retiniam. O cavalheiro riu com deleite da sua frase. Quanto a Gastão da Fonseca não riu, talvez por não ter ouvido. Estava preocupado, à procura da cadeira. A honestidade, sucessiva ou absoluta, aparente ou real é das qualidades que na mulher mais interessam ao homem. Porque quando a possui o homem vive na preocupação de vê-la roubada pelos outros, e quando a vê com os outros só pensa em corrompê-la . . .

João do Rio,
da Academia Brasileira de Letras.





Sonho do Desejo

Nuvem, sonho impalpável do Desejo!
Anthero.

*Vivo a sonhar uma encantada ilha
nas praias orientais do mar Egeu,
onde mais que entre nós o sol rebrilha,
mais que entre nós é claro e alegre o céu.*

*Na concha azul dum gôlfo abrem-se as velas
das galeras de Rodes e do Egipto ;
e a asa dos alcions — gémea das velas —
aflora a vaga e ergue-se ao infinito.*

*Em baixo, à beira de água, uma cidade ;
lá dentro um povo artista ; e um tirano
regendo-o com justiça e com bondade,
tão sábio como Péricles e humano.*

*Nesta ilha feliz vivemos ambos ;
tu, tratando da casa, amiga minha,
e eu compondo hexâmetros e jambos,
e bebendo o licor da nossa vinha.*

*O nosso vinho! As virgens de Cibele
(cujo templo, ao erguer-se, Apolo doura)
veem comprá-lo aqui — tão doce é êle! —
para oferecê-lo à deusa criadora.*

*Do limiar da casa onde vivemos
só nós os dois — ela é tão pequenina! —
pode contar-se a gente nos trirremos,
e ela avista-a do mar sôbre a colina.*

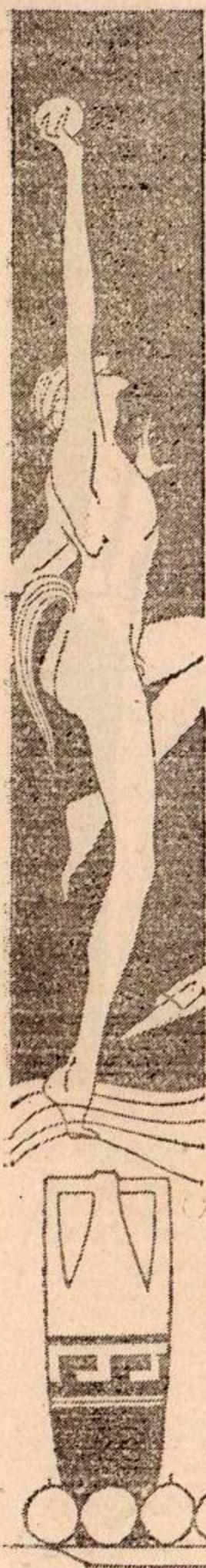
*Mal doura o sol as fugidias linfas
e mal aquece o dorso dos outeiros,
ouve-se Pan desafiando as ninfas
para orgias de amor entre os loureiros.*

*Esvai-se à luz a névoa láctea e rosa
suspensa sôbre o vale; e a terra, agora,
recolhe no seu ventre a piedosa
chuva de orvalho que lhe envia a Aurora.*

*Olha o regato, onde horas esquecidas
nas translúcidas águas remirava,
como setas argêntas despedidas,
fugir os peixes sôbre a areia flava.*

*Arregaçando a veste, as virgens passam;
e os faunos, espreitando-as dentre os álamos,
surgem às vezes, súbito as enlaçam,
e das relvas da margem fazem tálamos.*

*Sobem à tarde, esbeltas como driades
ao monte as raparigas; vão cantando
buscar o mel doirado, que miríades
de abelhas de oiro andaram fabricando.*



*Com a mão, onde esmaiam ametistas,
— tua mão longa e fina — em minha mão,
tu pasmas de que os melros — os trocistas!
saibam de cór sentenças de Platão...*

*Na estrada que entre acantos desce ao mar,
erra um aroma sensual de rosas...
se fôssemos à praia, procurar
conchas raras, de curvas caprichosas?*

*Mas teus olhos, rasgados em amêndoas,
seguem bandos de pombas para o sul;
e sentes não ter asas, porque tendo-as,
eras pomba também, cortando o azul...*

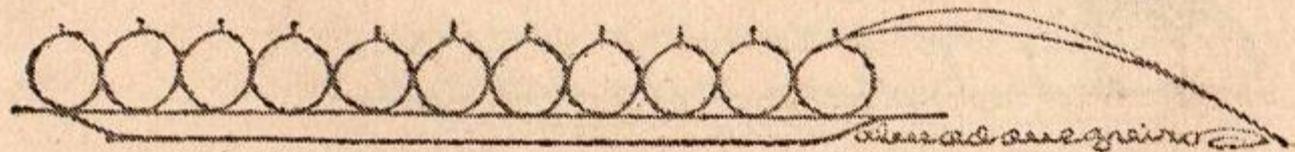
*A hora é de oiro e pérolas: escuta!
Sentado à nossa porta, lento e brando,
canta um moço pastor de côma hirsuta
o caso triste de Hero e de Leandro.*

*E ao nosso lado, quando a noite desce,
junto à fonte que canta sob os ramos,
uma Vénus de mármore adormece
e sonha o amor que nós realizamos.*

*No céu veludo escuro assoma a lua;
a ilha é prata líquida e violeta...
e ali ficam sonhando, de alma nua
de cuidados, a musa e o poeta...*

*Mas tudo isto é sonhar; que, se o não fôra,
enchera o nosso amor êste horizonte;
e então talvez — quem sabe — alguma hora
de nós nascesse um novo Anacreonte!*

M. CARDOSO MARTHA.



Eça de Queiroz

O desembargador José Joaquim de Queiroz foi um dos implicados no movimento de 16 de Maio de 1828 e, como tal, um dos perseguidos pelo ódio de D. Miguel. Enquanto Palmela, Saldanha, os condes da Taipa e Vila Rial fugiam, com a flor dos liberais, no *Belfast*, o avô do romancista teve de exilar-se.

Mais tarde, o govêrno de D. Pedro houve por bem recompensar o perseguido e valoroso companheiro, nomeando-o ministro da justiça, em 18 de Dezembro de 1847. O desembargador foi ministro até Março do ano seguinte — e, dois anos depois, em 1850, vinha para o triste e humilde cemitério do Outeirinho, perto de Verdemilho, dormir o último e eterno sono.

Na vida do aguerrido magistrado houve uma entranhada e fecunda paixão. Em Mangualde, onde o destino da sua carreira judiciária o teve algum tempo, Queiroz amou, com um profundo e viçoso amor, uma forte e linda moça de Fornos de Algôdres, com quem veio mais tarde a casar. A boa e amorosa Teodora Joaquina, que chegou a espiar na sombria humidade duma cadeia os ímpetos revolucionários de seu marido, deu ao desembargador seis filhos. O terceiro dêstes, José Maria, nasceu no Brasil e veio, muito novo ainda, para Verdemilho. Coursou as aulas de direito na Universidade, e formou-se em 1841, aos 21 anos.

Não foi de todo avêssô às musas o filho do sempre intrépido e sempre fiel liberal. Deixou versos nos jornais de instrução e recreio do tempo e cantou pelos salgueirais do Mondego as tristezas das noites de luar. No ano da sua formatura publicou um poema em verso branco e em sete cantos «O castelo do Lago»,

talhado à moda severa e romântica dos «Ciúmes do Bardo» e dos versos de Castilho, — em que um leal cavaleiro que vai à Palestina pena de amores por D. Branca, sua traidora dama. D. Aleixo, enlouquecido de ciúmes, mata o rival e, pelo silêncio e segrêdo da noite, arrasta, vingativo e fero, a ingrata castelã para a capela, antiga, em que o cadáver do desleal D. Fernando jaz insepulto... A castelã, ignorante e tímida, caminha, com passo mal seguro, até ao altar; topa uma loisa, adiante um crânio; tropeça num vulto negro e, sobressaltada e medrosa, cai... A luz da lâmpada apaga-se e, no mistério triste da noite e da escura capela, D. Branca levanta o pano preto que encobre o vulto — e reconhece o esbelto D. Fernando, pálido e frio... Assim morre a amante perjura

*«não foi por mão d'Aleixo assassinada,
mas vítima morreu das paixões suas».*

José Maria de Almeida Teixeira de Queiroz deixou as Musas lânguidas e inconstantes e seguiu a carreira judiciária. Na sua passagem por Vila do Conde, um vivo amor o lançou nos apaixonados braços duma senhora que ali conheceu, D. Carolina Eça. Dêsse amor veio ao mundo em 1843, na Póvoa de Varzim, um filho que mais tarde foi o romancista José Maria Eça de Queiroz. Justamente três anos depois, em Aveiro, nêsse ano de 1846, a filha mais nova do desembargador José Joaquim de Queiroz, a desditosa Ana Libânia, morria, tísica, dum amor fatal por Mendes Leite...

José Maria Eça de Queiroz, nascido nessa encantadora e clara terra da beira-mar, foi educado nos colégios do Pôrto. Algumas férias vinha-as passar à *casa dos Queirozes*, a Verdemilho. E foi só em 1861, com dezoito anos de idade, que Eça foi para Coimbra matricular-se no primeiro ano de Direito. Estava então Antero no quarto ano, António de Azevedo Castelo Branco no segundo e Teófilo Braga no quarto ano de matemática. Manuel de Arriaga ficou condiscípulo de Queiroz. Guerra Junqueiro ainda não estava em Coimbra. Foi só em 1866 que veio frequentar a faculdade de Teologia, que depois abandonou, para em 1868 vir cursar o 1.º ano de Direito, em que foi condiscípulo do boémio e parnasiano João Penha.

Coimbra era ao tempo um encantado e feudal país de divina e irriquieta graça, de dispersiva alegria, de estúrdia e de idealismo. De fóra vinham as ideas novas, as coisas novas, toda a ne-

vrose do século — e aquella soberba mocidade, sensível e dramática, aprendia a ler em Proudhon e declamava Hugo. Antero, com o seu forte perfil teutónico, alto e ruivo como um escandinavo, era o Príncipe dêstes idealistas. Uma tarde, nêsse verde e fresco vale de Santo António, triste e fecundo, foram todos, como uns pagãos, festejar Pan, o deus da fôrça e das searas. E, de noite, Antero, a cavalo no peitoril da janela, enorme e todo negro, lançava aos ecos da rua a pergunta esfíngica, com uma voz fatal: «Sabes quem era Manu?» E o doce e amêno Gonçalves Crespo contava que os transeuntes faziam o sinal da cruz...

Depois, Antero fez-se o cavaleiro andante de todos aqueles insubmissos. Deram-se a amar a desditosa Polónia, a Itália de Garibaldi e dos mármoreos. Com grandes gestos, odiavam os tiranos, adoravam a Liberdade, como uns galans, e criam em Michelet. E toda essa boa mocidade, de viva fantasia, começou a armar-se contra o Dogma, contra o Senso Comum, contra os Papas e contra os Reis. Uma vez, em 1862, quando o Príncipe Humberto visitou Coimbra, os estudantes foram duma comoção irreverente. Para êsses rapazes, inquietos e insubmissos, aquele príncipe não era o filho da soberana casa de Sabóia: era apenas o amigo de Garibaldi, o heroe de Aspromonte! E Antero, que foi saudar o príncipe, assim lho declarou com uma majestade imensa e teatral.

A geração embalada pelos lances fortes e agitados de 28 precisava também de conspirar — a mocidade conspirava... Queriam derrubar um tirano: e, encapotados e sombrios, pelos pátios escuros e velhos da cidade, declararam guerra ao reitor — que legislava, como um déspota, o talhe das batinas e pertencia ao Passado.

Tiveram então todo o scenário romanesco das conspirações: a sociedade secreta, os juramentos à lua, os mascarados. A sociedade, criada por volta de Abril de 1851, teve o nome terrível e explosivo de «O Raio». As reuniões magnas e as iniciações celebravam-se de noite, em lugares desertos, sinistramente — no pinhal do cemitério de Santo António dos Olivais, junto do cemitério da Conrada, no Vale do Espírito Santo, no Vale do Inferno, em escavações ocultas, ao pé das estradas, no silêncio e na treva das árvores escondidas... Quem queria entrar para a Associação era conduzido de noite a certo lugar secreto, onde apenas, por entre a espessura da folhagem, luziam os olhos dos mascarados...

Ali jurava, nas mãos do presidente, à fé de cavaleiro, guardar pelas ordens do conselho inviolável segredo e cega obediência. E, nos encontros raros da noite, os enbuçados trocavam as palavras graves da senha: «Leal-sempre».

Toda a sociedade tinha uma organização dum secreto e ardiloso engenho. Havia os cinco membros da direcção, as secções, os chefes; e toda esta trágica hierarquia se agitava na sombra, ignorada e temida. Uma vez, um sócio despreocupadamente falou a alguém do *Raio*. O companheiro era, por acaso, também sócio. O facto chegou ao alto conhecimento do conselho e logo o indiscreto foi chamado a uma reunião, de noite, no salgueiral do Mondego, e aí, entre pistolas e máscaras negras, lúgubrememente ameaçado.

A primeira acção que o *Raio* deu abertamente contra o Reitor foi por uma noite de Junho ou Maio, numa espera a um Bernardo de Albuquerque, candidato ao tempo ao capêlo e a uma cátedra e contra quem se aguçavam os dentes podres da Universidade. O Bernardo de Albuquerque foi aclamado nessa noite, foi lente depois — e de toda a sua vida, que durou o espaço dum bocejo, a tradição conserva apenas a memória duns longos e tristes bigodes.

Ora o tirano não caía — e o *Raio* continuava a conspirar. Uma noite, gravemente, violentamente, houve o plano dramático de raptar e empalmar o déspota durante uma semana...

Mas o dia fatal e decisivo da conspiração chegou a 8 de Dezembro de 1862. Era a festa colegial da distribuição dos prémios, em que naquela escura e doirada sala dos Capêlos, segundo a nobre praxe, o Reitor aparecia cercado de toda a sua solenidade pontifícia. Quando, em seguida ao decano de medicina, o severo Basílio se levantou, com a voz majestática, cheia de conselho e de disciplina, toda a irreverente multidão de conspiradores que enchia a sala, num movimento de retirada, solidariamente combinado por alas, abalou num tropel confuso de vozearia e morras. Ficou deserta a festa: apenas, nas doutorais, os lentes tinham um ar murcho de pensamento, sob os capêlos; os bedéis e os archeiros entreolhavam-se, vagos e antigos, — e na parede ao fundo, entre aqueles riais painéis, só o sr. D. Dinis, imóvel no seu caixilho, achava naturalmente muita pilhéria aos rapazes!

Basílio, despeitado e vencido, pediu uma licença; de aí a pou-

cos meses abandonava a Reitoria e o govêrno dava-lhe o título de visconde. Antero de Quental bradou ao país num manifesto. Estava finda e coroada a campanha; o *Raio* fulminara e derrubara o tirano. A sociedade perdeu o seu mistério e os seus mascarados. Em começos de 1863 era uma associação maçónica e tirava o chapéu aos lentes.

Depois, em 1864, tiveram todos êles a sua abalada romana para o monte Aventino. O nascimento do príncipe herdeiro D. Carlos tinha sido a 28 de Setembro de 1863 e por tão fausto motivo quiseram perdão de acto. Numa portaria severa e repreensiva, o govêrno indeferiu-lhes a extravagante exigência. Os demagogos exaltaram-se, encheram de revolta e de ruído as ruas estreitas de Coimbra. E, por uma celebrada manhã de abril, com o ruivo Antero à frente, os estudantes, amuados e enérgicos, abandonaram aos soldados e à ordem a cidade e as margens do Mondego — e partiram para o Pôrto!

Por êsse tempo falava-se de Coimbra ao país com a facilidade com que se fala dum primeiro andar para a rua. O país, colhido de mãos nos bolsos, na sua digestão ou no seu passeio, nem sempre ouvia. Mas duma vez ouviu. Foi quando todo êste bando de irreverentes se lembrou de descer também, de gaforina solta, ao meio da rua, e deu mostras de lhe querer tratar os ídolos à pedrada. A primeira pedra foi bater em Castilho — e Castilho era então, sagrado e coroado de louros como um bardo, a última instância da crítica e da literatura portuguesas: legislava o talhe sêco dos versos e pontificava de mitra. E foi ainda o admirável e forte Antero quem apareceu, de chapéu na cabeça, com um desplante soberbo, a falar alto e desabrido ao Poeta vernáculo das «Noites do Castelo».

O folheto «Bom Senso e Bom gosto» foi o estandarte da revolta: durante um ano, a heresia abalou a curiosidade provinciana dos folhetins — e foi dessa famosa polémica coimbrã que saíu para a arte a geração, naturalista e scéptica, de 70.

Para Antero, Castilho era apenas um tirano — e o revolucionário odiava os tiranos. O cego e clássico tradutor de Ovídio fizera numa carta ao editor Pereira, no «Poema da Mocidade» de Pinheiro Chagas, umas referências maliciosas aos herejes de Coimbra. E tanto bastou para que Antero, impulsivo e violento, saísse a descompor Castilho, o tirano. O revolucionário batia-se, como cidadão — êle o diz no opúsculo «Dignidade das Letras»

(Dezembro de 1895) — contra as falsas literaturas oficiais, contra os seus mestres, contra as suas obras, contra as suas opressões! E, com um belo desprendimento, depois de ter denunciado e atacado a tirania, alheio a qualquer propósito literário, depõe as armas — e indigna-se com Elmano da Cunha porque êste, na imprensa, o trata por *tu*, e bate-se em duelo no Pôrto com Ramalho Ortigão.

(Do primeiro capítulo dum livro sobre *Eça de Queiroz e o seu tempo*).

AUGUSTO DE CASTRO.



ROQUE GAMEIRO — Nas hortas (aguarela)

Versos

I

*E porque há-de minha alma, abandonada
Na escura solidão, esperar ainda
Ver resurgir em crástina alvorada
Uma manhã de amor doirada e linda?*

*A tarde desta vida quási finda ;
E nunca, na tristíssima jornada,
Achou para quem fôsse alma bemvinda ;
Que a pobre, quando amou, não foi amada !*

*Coração de velho, alma de criança
Que toma por certeza o que é esperança ;
E o meu, um dia, viu-te, e ao caminho*

*Das ilusões volveu. Na realidade
Amar-se alguém é esperar ; e a mocidade
Refloresce : -- é verão de Sam Martinho !*

II

*O coração num sorriso,
Abres p'ra dar-me entrada;
E a porta do paraíso...
Inda não me foi fechada.*

*E são (não sendo diversos
Os desejos que te animam)
Nossos corações dois versos
Que se completam e rimam.*

*Mas ouve, páscoa florida,
Tu és a rosa de maio;
Vais entrando em plena vida
A' hora quási em que eu saio.*

*São todos os teus cabelos
Côr das castanhas, e os meus?
Tam brancos como novelos
De linhas brancas: — adeus.*

III

*Sonho termos fugido: absorto fico
A ver correndo sôbre o mar, na treva,
Uma corveta airosa que nos leva
À terra ignota dum país longínquo...*

*Mas tua alma não vai! E, se suplico
O teu olhar, que foge e que me enleva,
Eu sinto nele a luz dum sol oblíquo
Em paisagem onde sempre neva...*

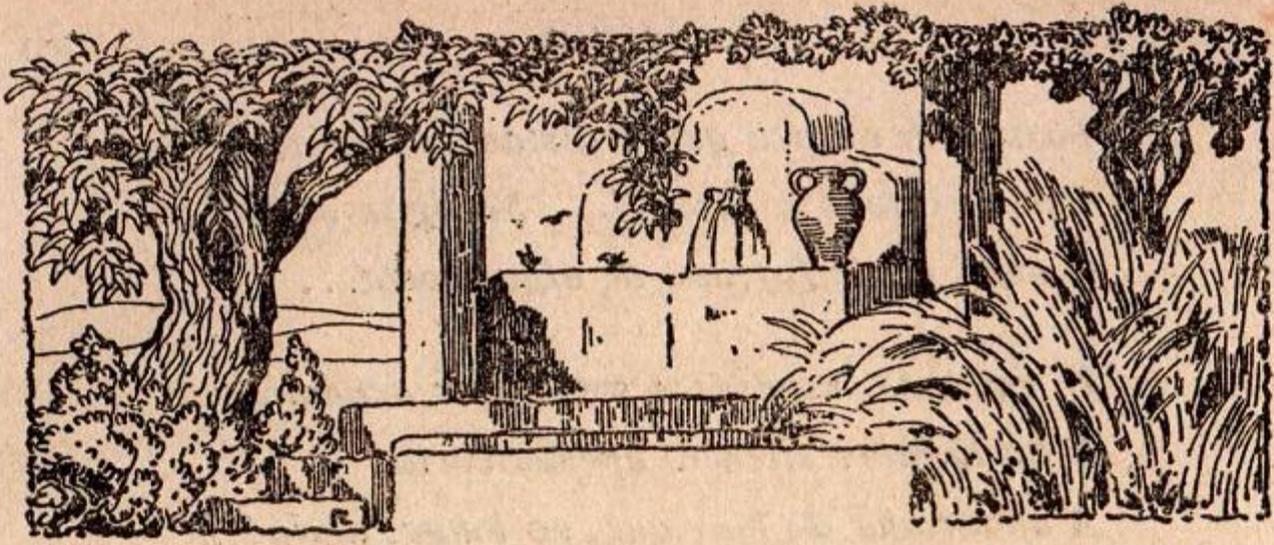
*Paisagem branca que a distância importa
Entre os dous corações!... Na água ondula
O meu, verde farrapo de alga morta...*

*E, em roda, espessa a sombra se acumula;
E ao lúgubre silêncio apenas corta
A andorinha do mar que, ao longe, ulula!...*

Lisboa, 1916.

Do livro inédito — *Verão de S. Martinho*.

COELHO DE CARVALHO



Evocação

(Capítulo do conto *A Cidade Encantada*.)

Vila Velha! Vila de Nossa Senhora do Livramento de Minas do Rio de Contas, outrora rainha dos «gerais», caravancará dêste rico deserto: Sê propícia ao viajante que vem, como o príncipe, despertar a bela adormecida há seculos em tuas florestas. Seu corpo já enverga derreado no dorso da cavalgadura; seus membros mal podem comprimir as espendas da sela. A cabeça embranqueceu-lhe como a catinga ao sol de Outubro. Pesa-lhe até o bernal a tiracolo. Só a alma não quebra, porque a traspassa o prumo de ferro da vontade, enquanto o espírito se regosija na evocação do teu passado, Vila Velha!...

Não foi aqui, sereia do Bromado, que, rompendo serras e selvas, acamparam com seus combóios e tropas mais aventureiros do que aborígenes havia em tuas brenhas? Não foi nestas várzeas que pastaram melhor cibo do que roças e gado as bandeiras dos intrépidos paulistas? Não foi nestas águas correntes que se miraram as cataduras dos nómadas sequiosos, a beber também com os olhos o líquido scintilante onde perscrutavam a boa pinta?

Arraial dos Creoulos, Santo Antonio de Mato Grosso, Serra da Tromba e Monte do Garrote, Bom Jesus e Remédios do Rio de Contas, que turbilhão de vida, que coivaras de ambição, quanto heroísmo e quanto sonho cruel alimentastes! Que perfis soberbos no desgarré da audácia gerada pela visão das «manchas» e dos vieiros! Que braços titânicos a desafiar a dureza dos elementos, a arrancar e a rolar penedos dos flancos destas serras!...

Mineradores de instinto, criaram num repente industrioso a metalurgia bárbara, que por sua vez improvisou seus famosos ourives, lavrantes e douradores, ó filha dos bandeirantes e garimpeiros! Ainda se encontram os despojos do combate, as velhas armas, os vestígios das fábricas, os toscos instrumentos que lhes serviram no saque da terra. Aqui está o forninho que pertenceu a Belchior Moribeca, o sítio onde Pedro Mariz erigiu a casa de fundição, o almocafre com que minerou Sebastião Raposo.

Raça de gigantes, Cresus do garimpo, Neros das rancharias, os seus urros brutais, urros de mando, de ameaça, de raiva, de assombro e de prazer, ainda repercutem nas covoadas destes morros e nas lapas daquela encosta que se vai engolfar nas neblinas do Bromado e do Paramirim.

Lá veem êles surgindo de todos os quadrantes, picando matas vírgens, descendo os tombadouros íngremes, metendo peito à violência das corredeiras, desbordando das grôtas e dos boqueirões. Aquele que primeiro repousa, e assenta arraial à beira de um riacho, traz de menos na comitiva duas mucamas, que se esfalfaram na derrota. Então para que ninguém as recolhesse ao serviço de outras lavras, êle as curou radicalmente das fadigas da marcha: sôbre uma desfechou a carga do trabuco, a outra despenhou-a do tôpo de uma escarpa.

Mal se aposenta, mãos à obra... Ei-lo que desviou o curso do riacho, e entra a socavar, a padejar, a batear. Enquanto as vigias que pôz no alto da serra e as sentinelas que plantou nos caminhos estão àlerta para impedir o passo a adventícios, o grão-senhor cava e recava, e fustiga os filhos e os escravos, índios, columins, mulheres, que bateiam sem cessar, madrugando no ribeiro de ouro. A vergastae a pau, castiga os que lhe entregam, de jornal, só um pêso de libra... Como a noite o surpreende com os pulsos num vieiro, êle acende os archotes e só descansa quando pode sopesar o bloco de arrôba e meia, a que veem se juntar as nove arrôbas apuradas no outro dia... O cascalho faúlhento de granitos fica para os míseros faiscadores que atrás vierem. E essa escória vai fazer a riqueza de outros heróicos scelerados, que já ouviram entre os vivandeiros da rancharia próxima o grito da loucura minerante: «Ouro! Ouro! Ouro!...»

— «Acertastes com a pista?...» diz Sebastião Raposo. E de pronto arma as emboscadas, carrega os fuzis e, tendo posto a bom recato as borrachas atafulhadas de ouro fino, espreita a mul-

tidão dos assaltantes. Reboam tiros, enche-se o campo de alarma, os matos e os barrancos ressoam de correrias assassinas. Depois, silêncio . . . Na poeira dourada dos caminhos e na piçarra preciosa das catas filtram-se córregos de sangue. Aparecem novas manchas, purpúreas, ao lado das «manchas» do minério. Com as mãos resplandecentes, tingidas de rubro, gesticula o déspoia, mandando. Cento e trinta bateias recomeçam o serviço. Grãos pesados engastam-se e brilham nas garras do paulista. Dêsses grãos não poucos se sumiram furtivamente pelas guelas dos negros.

Nisto ecôa no arraial a voz dos garimpeiros, anunciando melhor pinta num ribeirão longínquo. Dois mil lavradores abandonaram a enxada pelo almocafre. Passam além, botando fora a serra, caravanas e tropilhas em demanda do novo El-Dorado.

— «Decampa!» brada Sebastião Raposo.

E depois de apreender as libras de ouro escamoteadas pelos servos infiéis, desmonta a fábrica, arruma as cargas, tange o gado e põe-se em marcha através do sertão sem fim, com seus duzentos escravos e umas oitenta «arrobinhas» atacadas nos canudos de borracha.

Eis agora um fantasma de outra casta, herói das «entradas» temerárias em busca da mesma inesgotável fonte de ouro. Êste investiu com o bruto deserto pela barra do rio, — o que te deu o nome, Minas do Rio de Contas . . . Com trinta e cinco peões marcha dois meses, seguindo as voltas da corrente, contornando as serranias e trepando aos morros de pedra, onde as águas se encachoeiravam. Em breve os índios da comitiva o abandonam, porque avistaram à noite os fogos das suas antigas aldeias. O resto da bandeira foge às setas do selvícola, mas alguns já tropeçam de fadiga e fraqueza, e vão ficando como marcos do horrível itinerário, sepultados ao longo do caminho sem termo.

Restam só onze que mais adiante, aos cinco meses de viagem, se reduzem a cinco, sem mantimentos, desprovidos de pólvora e bala para caçar, e sem remédio para as malinas e outras doenças que padecem. Sabem que a morte os escolta, mas avançam, de rastos, famintos, esfarrapados, febrentos, atraídos pelo velocino das cabeceiras. Ainda estão longe de ti, Vila Velha, e não são mais que dois, dois os sobreviventes que um vaqueiro vai achar sem acôrdo, nas urzes de Campo Sêco, de onde os carrega por misericórdia para o rancho. — Quem és tu, desgraçado sertanejo? — «Sou Pantaleão Rodrigues, o cabo da parti-

da». E acrescenta gemendo: — «Estou aqui, senhor, com oito meses de viagem e mais de duzentas léguas nas solas dos pés...»

Ai! fonte das águas de ouro, que nem com uma gota humedeceste, nas ânsias da morte, a bôca sedenta dos tristes aventureiros!...

Mas não é razão, tanto martírio, para que desistam da jornada os fanáticos do divino bezerro de aquêm do Opara. Êste deserto verá um povo de quarenta mil cabeças. Hordas de mameucos, negros de mocambos, colonos alucinados, guardas-mores dos descobrimentos, oficiais de ordenanças, dragões do vice-rei Vasco Fernandes, pretendentes a contratador, bandidos, foragidos, criminosos de Sêro Frio e Minas Novas, continuam a trupitar na serra, a surdir dos desfiladeiros, a borbotar à margem dêstes Pactolos. Acodem para o banquete de ouro nas catas desprezadas, nos jazigos apenas encetados, nos pedrouços negros das cascatas, nos espigões dos cêrros onde fulge a scenteilha que os dementa. A faísca descoberta e ventilada gera novos clarões de incêndio subterrâneo. Ainda ouro e sempre ouro: ouro corrido, ouro em lascas, ouro em folhetas, ouro que arma o traidor, o ladrão, o assassino, e que apesar de sonogado aos quintos por bateia, vai levar às arcas da rial fazenda de além mar centenas de arrôbas, de fino quilate.

Cada qual bateia onde melhor lhe pinta. Às vezes de sociedade, em comum. Se a concorrência é grande e maior a ganância, dá-se um súbito eclipse, o filão se esconde. Batendo então com o sacho bicudo nas pedras, urra o inventor da mina:

— «Malditos! não sabem que o ouro não quer ambição nem soberba!...

Socegai, brigões. ☉ que de aqui se some explode e alumbra acolá!... Demais, há caçadas nestas matas que valem rendosas minerações. A um tiro de trabuco lá caiu, nas restingas do norte, o rico Sebastião Raposo, e os seus surrões bem atochados vos entregam, sem maior trabalho, aquilo que vos nega por ora o lavrado avarento.

Mas porque no meio da miserável ralé que troca por oitavas de ouro um naco de carne, porque entre êsses nababos de pés no chão e gaforina imunda, fogem, desfilam tão depressa outros capitães de bando, potentados, senhores de cem bateias? É que já desponta o combóio de Miguel Pereira da Costa, o mestre de

campo, enviado do vice-rei, com trinta e sete homens, para contar os descobertos e computar o que rendem e podem mais render. Vem por S. Pedro do Monte, Cabeça de Touro e João Amaro, fazendo carnes, catando pastos quási torrados pela sêca, ouvindo o chiar das flechas do gentio e os rugidos da onça pintada a prear nas matas. Sete léguas mediu, só no plató de uma serra, depois de passar por montes de outras e guindar-se ao vértice da que êle chamou — a estupenda pirâmide da chapada . . . Na subida rebentam-se os peitorais dos cavalos, que insensíveis à ponta das lanças, rodam aos trancos, voltando sempre atrás ou tombando sôbre ossadas de equinos e caveiras humanas. Na descida despenhada, por onde se lançam as bestas a partir os rabi-chos e a cair de cangalhas com as cargas, é o mestre de campo e são os do seu séquito que fazem serviço de recova. Em baixo espera-os o rápido violento do Giboia, que é preciso sondar e atravessar com os costais à cabeça. Nova chapada lá se empina, e até o alto taboleiro carregam ainda os negros as bruacas, porque dos cavalos a maior parte não se levanta mais do solo saibroso.

E que léguas infindas a vencer até à primeira rancharia! Que noites sôb o tormento da chuva e da friagem, na aridez do planalto! . . . E tornam a descer e tornam a subir. Encontros perigosos, mais rios a vadear, mais lençóis de areia a palmilhar.

Emfim, Tombadouro dos Gerais e brumas do Rio de Contas . . .

Agora que tudo viste, mestre de campo, volta no fundo da tua rêde para S. Salvador, onde narrarás trabalhos e maravilhas, quando puderes mover os braços mortos e as pernas paralíticas.

No inferno dos caminhos cruzarás com o teu sucessor Pedro Barbosa Leal, superintendente das minas. Não é comovente a audácia dêste ancião, amarado nos altos e profundos desertos, a revolvê-los, sítio por sítio, para dêles dizer com tal segurança «como se descrevera as ruas da cidade da Baía»? Passa das missões às lapas das feras. Erige uma vila aqui, outra àlêm. Levanta a fôrca e o pelourinho, com que fortalece a autoridade e a justiça contra os destemidos e absolutos. E por uma estrada que rasga através da serra e dos agrestes, encurta as léguas em que se entrevavam boiadeiros e mercadores, entre Jacobina e esta vila de Nossa Senhora do Livramento.

Foi com o môtto dourado dêstes lagares que o servidor do rei, pesado de anos, bebeu mocidade e brio para vagar no desconhecido, arrostando as fôrças desencadeadas daquela baixa humanidade.

E bem que mais moço e válido, não é sem o golpe dêsse mesmo vinho na cabeça que Pedro Leolino Mariz, o novo superintendente, vem surpreender nas cabeceiras, num labirinto de morros, o ribeirão de Nossa Senhora dos Remédios, e segue-lhe o canal tortuoso que compara a uma espada colubrina, e quando lhe descobre a pinta já tem perlustrado vinte léguas para o poente, além dos areais de Paramirim. É êle quem vem recolher o guarda-mór Carlos Pinto, que, a morrer de fome, se obstina como uma fera acuada, nos socavões auríferos cintados de montanhas.

Um mês consome a resolver as contendias dos régulos, conhecendo dos crimes e maldades desta Babilónia sem rei nem roque. As noites não o assombram nem com o estrondo das roqueiras, que não sabe se destroçam pedras ou se aniquilam vidas.

Vaga de descoberto em descoberto, arbitra os rendimentos, calcula os quintos a receber; impõe tributos à entrada das cargas, dos escravos, dos gados, e ameaça de confisco os fraudadores; arrenda as passagens dos rios, põe as datas em almoeda, organiza e expede novas bandeiras, e funda a casa de fundição, por onde há-de passar todo o metal colhido nas minas do distrito.

Sua existência se confina nêste degrêdo, em trabalhos forçados, escaladas de serras e explorações de matas e caudais, como esta onde naufragam os companheiros do mal escançado André da Rocha, alguns para o sempre, porque afogados.

Tudo para a glória fatal desta Colchida sertaneja, que então se levanta, soberana dos «gerais», vestindo a túnica sempre verde destas várzeas, coberta por um manto roçagante de neblinas todo constelado de ouro.

E que deslumbramento, Vila Velha, que delírio de vida entre os teus vassallos, altivos garimpeiros, em cujas mãos terrosas a moeda mínima é uma barra de ouro e o punhal ensanguentado tem rosetas de ouro no cabo lavorado pelos ourives nascidos e formados, como as pepitas, nesta mesma serra!

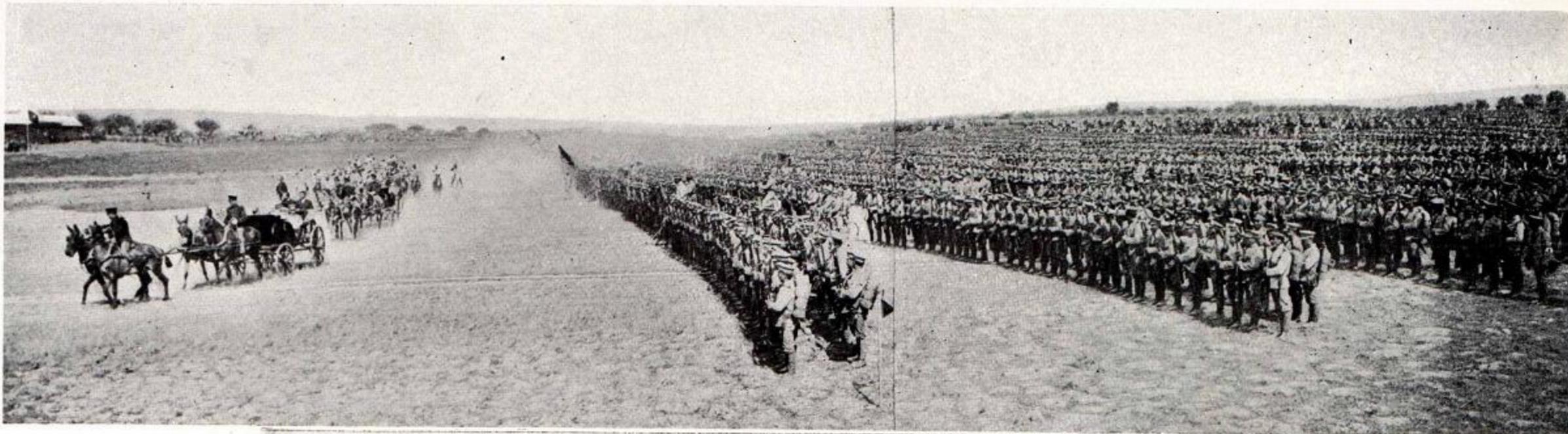
E as tuas festas . . . que orgias fabulosas, que formidáveis bôdas de lapitas e centauros, presididas por um rei e uma rainha

em cujas fronte bárbaras se derramam, em vez de pétalas de flores, cartuchos de ouro em p ! . . .

— Camarada, um adeus a Vila Velha, e toca sem demora em demanda do rio. Mas diga-me sempre . . . em que outro sertão podiam os homens ter construido essa rica cidade, essa cidade misteriosa, que não  , todavia, cousa do outro mundo, nem foi um sonho nem a miragem de um bandeirante? . . .

Baia

XAVIER MARQUES.



REVISTA MILITAR DA DIVISÃO DE INSTRUÇÃO EM MONTALVO

I — O Senhor Presidente da Republica passa revista ás tropas. Aspecto da infantaria.— II — A passagem da artilharia.

Nomen... Numen... Lumen...

Elena... Elena... Elena...!

MEFISTOFELE

*Eras que o pó cobriu de um sono rude e opaco
Trazem, do tempo vão, sombras turvas de Amantes
E eis porque tremo, e inquirio o êrmo lúgubre, e estaco
Nas furnas mortas, onde há sigilos errantes.*

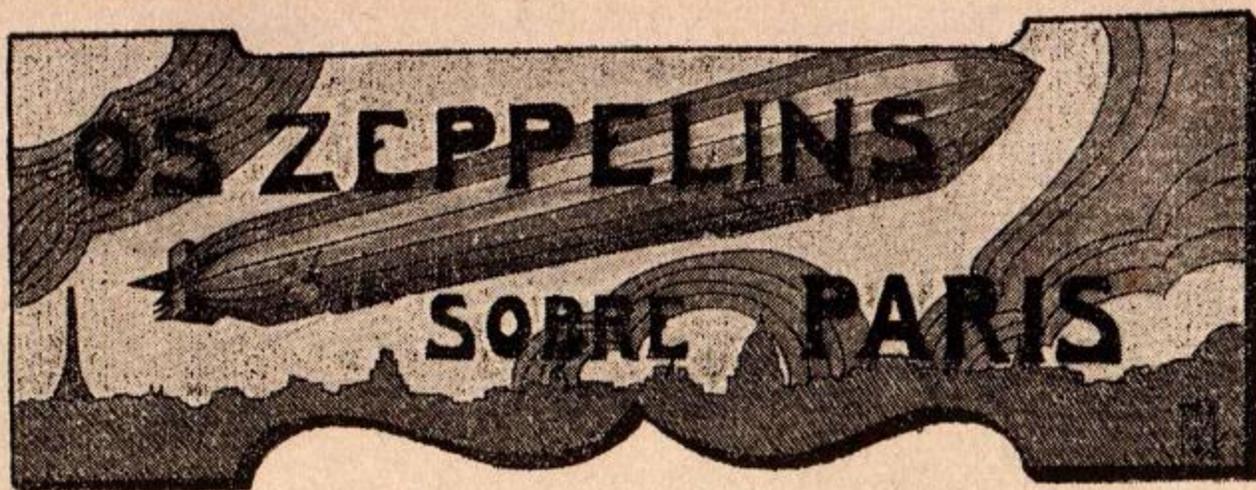
*O antro reza orações e eu, sentindo-as, aplaco
As tentações que o Mal me punha na alma d'antes
E a treva muda sopra ao meu ouvido fraco
Um nome que fremiu nos séculos distantes.*

*Santo e oculto, nem sei se existiu para o mundo,
Porque ela aqui baixou na agrura dos cilícios
E viu que o instinto é mau, o homem vil, o ouro imundo.*

*Nome que o Ideal ungiu contra todos os vícios,
Deixa abrir-se ao meu Sonho, ébrio de amor fecundo,
O esplendor dos teus céus e dos teus precipícios.*

(Dos Mistérios).

JOSÉ SEVERIANO DE REZENDE.



Eu já vi um zeppelin. Mas não me peçam que o descreva tal qual o vi. Outros que, como eu, vagamente o contemplaram, atravessando, veloz, o céu parisiense, definiram-no de tão diferente modo que, hesitante, a memória da minha retina perdeu de toda a confiança em si. Um comparou-o a um charuto, outro . . . a uma catedral! Eu ia dizer-lhes, mas não ousei, que vi apenas uma coisa longa, esbranquiçada, levemente luminosa, como um farrapo estirado da Via-Láctea, movendo-se no céu . . .

Foi numa admirável noite de março de há um ano. Paris já então vivia em trevas; e êsse novo aspecto de uma cidade que, em tempo de paz, é uma das mais bem iluminadas do mundo, servira para revelar aos seus habitantes algumas das belas coisas da natureza que jamais a civilização esplêndida lhes tinha permitido admirar. Em Paris não havia noites de estrêlas, nem noites de lua. A luz eléctrica inundava as ruas e as praças e reflectia-se no céu. Quando o viajante, após o crepúsculo, apercebia ao longe a cidade imensa, sôbre ela uma enorme mancha pálida com laivos côr de rosa, como o clarão de um incêndio, apagava no firmamento o esplendor da lua cheia ou o brilho das estrêlas.

A guerra revelou ao parisiense noctívago a beleza de um céu de que êle não suspeitava e onde a silhueta das suas casas altas, dos seus monumentos, dos seus templos, destacando-se em negro num fundo já sombrio, dão à Paris alegre de outros tempos um inesperado aspecto de cidade medieva povoada de lendas e de dramas, de troveiros e de espadachins.

Era pois, como eu disse, uma noite de março, a primeira da

primavera. Passara a meia noite. Em tempo de paz, começa então a vida estúrdia de Paris : grupam-se os convivas das ceias, regor-gitam os *cabarets*, abrem as *boîtes* chiques de Montmartre. Exac-tamente um ano antes, àquela mesma hora, os primeiros pares desciam dos automóveis de marca, à porta da Abbaye, para fes-tejar com o Pommery & Greno ou o Mumm (hoje execrado) a *première* da estação das flôres. A guerra veio e Paris nocturna criou hábitos novos, mais regrados, mais pacatos, mais salutareos e dizem os moralistas que mais nobres. Os restaurantes fecham cedo, os empresários esforçam-se por garantir a uma clientela económica as correspondências do último *metro*, a polícia perse-gue implacavelmente os tangos clandestinos. Montmartre repouisa ; a Abbaye é não sei se uma cantina se um *ouvroir* ; e, dêsse par-que, um ano antes, descia de um automóvel (hoje requisitado) à porta do restaurante sumptuoso, nessa primeira noite de uma pri-mavera de guerra a dama estaria decerto num hospital qualquer à cabeceira de um ferido, êle batendo-se talvez nas trincheiras da Argona.

Paris dormia quando os bombeiros, percorrendo as ruas, nos seus carros automóveis, com cornetas e clarins, anunciaram à população que os dirigíveis alemães ameaçavam a cidade.

A verdade é que ninguém pensava nêles. Nos últimos dias de janeiro a autoridade militar ordenara, é certo, aos parisienses um série de medidas de precaução contra êsses terríveis e cele-brados zeppelins cuja notória e crescente actividade lhe causava, ao que parece, mais ou menos justificadas apreensões. Aos co-merciantes impôs-se não só a supressão de toda a luz nas vitri-nes, mas ainda as disposições precisas para que a própria ilumi-nação interior das lojas se não pudesse ver da rua. Aos particu-lares mandou-se, mais simplesmente, conservar cerradas as per-sianas e as cortinas, desde o anoitecer. O bom público de Paris, mais do que nunca disciplinado e ordeiro, obedeceu sem custo. E, certa noite em que, num intuito, ao que se disse, de simples experiência, a autoridade suprimiu quási inteiramente a ilumina-ção pública, de ordinário nos últimos tempos já restrita, tão pro-fundas se fizeram as trevas que, vista do alto de Montmartre, Paris era, segundo a expressão dos observadores oficiais, uma imensa mancha negra. Ficou averiguado então que, de um momento para o outro, a cidade poderia, de tal modo, dissimular-se aos olhos dos aviadores que de longe quisessem descobri-la, e que os

seus estabelecimentos oficiais e as suas obras de arte seriam impossíveis de vizar se a esquadra aérea do inimigo, vencendo todos os obstáculos que inevitavelmente se teriam de opor à sua marcha por cima do território francês, conseguisse voar sobre a capital.

Dias depois, um novo aviso apareceu prevendo ainda a incursão eventual de aeronaves inimigas, como em boa linguagem oficial se diz. Por êle se soube que, quando fôsse dado o alarme da aproximação de um desses instrumentos, os bombeiros seriam incumbidos de avisar os habitantes. Se fôsse de noite, a iluminação pública ficaria reduzida a um tímido e frouxo candieiro em cada esquina; e, de noite ou de dia, ao som das trombetas, os parisienses deveriam recolher a suas casas e, uma vez recolhidos, evitar a proximidade das janelas e estacionar de preferência nos sítios abobadados ou nos quartos interiores. Passado o perigo, novos toques advertiriam a população de que de novo lhe seria permitido, em segurança, aparecer à luz do sol ou à claridade do luar.

Conhecedores dessas medidas de precaução, é natural que os alemães se tivessem convencido de que a perspectiva de um ataque de zeppelins trazia apavorado o público de Paris. E contudo quanto essa suposição estaria longe da verdade! Se um desses *kolossaes* engenhos de destruição houvesse aparecido sobre a capital um ou dois dias depois da declaração de guerra, quando a frívola cidade do prazer quási o era ainda e centenas de parisienses mal tinham tido tempo de repouso das fadigas do último tango, é natural que o estrondo das suas bombas espalhasse em muitos bairros o pavor. Mas, logo depois, o estado de espírito desse público mudou. A França sentiu acordar em si as velhas e admiráveis qualidades que quarenta anos de paz, de bem-estar e de política podiam ter dissimulado aos olhos dos estranhos mas não bastaram para corromper. E fôssem quais fôssem as provocações que o destino lhe reservasse, e sejam quais forem as *provações* que o destino lhe reserve, ela as suportaria e as suportará altivamente com nobreza, com heroísmo e com fé.

Quando vieram os primeiros *taubes*, os parisienses acolheram-nos sem medo e com menos indignação que curiosidade. No primeiro dia de setembro, nas vésperas da batalha do Marne, quando o exército de von Kluck ameaçava já de perto a cidade que Gallieni ia salvar, passando na rua des Capucines, a cami-

nho da agência do *Século*, eu pude ver, em plena rua, indiferente ao perigo, uma multidão composta dos empregados do correio de uma estação próxima, de negociantes, das operárias dos *ateliers*, das *concierges* dos prédios, de nariz no ar, seguindo com curiosidade as evoluções de um aeroplano alemão que lançava bombas, algumas das quais caíram e fizeram vítimas bem próximo de ali.

Atrás dêsse *taube* outros vieram. Em certa época, todos os domingos, à mesma hora, um ou mais engenhos dêsses vinham despejar explosivos sôbre a cidade. E, à *hora do taube*, como então já se dizia, a população vinha para as praças da Étoile, da Ópera, da Concórdia, ou trepava às alturas do Sacré Cœur, para esperar, munida de binóculos, como num teatro, a visita habitual. Se os protestos começaram nessa altura e se o govêrno, então ausente da capital, teve de providenciar com energia, não foi porque o mêdo chegasse aos parisienses, valorosos sempre, mas porque ao seu amor próprio começou doendo o espectáculo impertinente dêsses inimigos que vinham, em dias fixos e a horas fixas, atacar a cidade, sem que ninguém cuidasse de se opôr às suas aventuras.

Organizada a defesa aérea de Paris, os *taubes* não voltaram mais. A população teve de procurar outro passatempo para as 4 ás 5 dos domingos; as crianças puderam brincar nos *squares* sem o risco de ser mutiladas por uma bomba alemã. Correram meses. E eis que de novo se falava de uma ameaça do ar, dêsses lendários zeppelins que já tinham matado gente em algumas cidades de França e em pacíficas povoações das costas inglêsas e que operavam pela calada da noite como os salteadores. No dia seguinte àquele em que apareceu o aviso da autoridade, eu ouvi o comentário de duas *midinettes* que à saída do *atelier*, à luz de guerra de um mortiço candieiro liam as últimas notícias do *Intransigeant*: — *Dis donc! Des sonneries de trompes et clairons; ce que ça va être rigolo!*

Êles vieram, nessa primeira noite de primavera em que falei e, com efeito, não foi trágica a visita. Era uma hora e um quarto da madrugada, exactamente, quando as trompas de alarme passaram próximo de minha casa. Corri à janela. O som sinistro afastava-se, perdia-se, ecoando na noite silenciosa. Nem mais um ruído, nem a sombra de um grito. Decididamente Paris teimava em dormir... Momentos depois, na rua, ouviram-se passos: era um polícia, açudado, que vinha a apagar o candieiro junto da minha

porta. A rua ficou em trevas. Passou um automóvel. E, de novo, tudo caiu no silêncio profundo . . . Depois, às duas horas, duas fortes detonações acordaram, melhor do que os clarins o tinham feito, os inquilinos do meu prédio. Passos nos andares superiores. As portas sôbre a escada entreabriram-se. Alguém acendeu a luz. Do outro lado do meu andar saíram duas damas em *peignoir* com as cabeças coroadas de papelotes. Um cavalheiro do rés-do-chão subia as escadas quatro a quatro para ir acordar a criada ao sexto andar onde ela dormia, como é costume aqui. Dois outros desciam, em sobretudo e chapéu de côco, assás embaraçados com as calças por um evidente olvido dos suspensórios. Em baixo, as *concierges* mãe e filha, com os pés nus metidos em chinelos e uns *chambres* sôbre as camisas de dormir, franqueavam a *cave* aos moradores . . . Novas detonações; o *tic-tac* sêco das metralhadoras; o ruído de um ou mais motores . . . Depois, ainda, o silêncio, um silêncio de angústia, de expectativa, de incerteza . . . Uma hora mais tarde, da varanda de minha casa, via-se o céu cruzado em todos os sentidos pelas pinceladas dos projectores. Um dêles fixa-se teimosamente; dir-se-ia que tinha a sua prêsa e não a queria largar. Era, com efeito, na zona de luz, o zeppelin que passava, transparente, esbranquiçado, rápido, esquivo: o segundo da noite, soube-se depois. De novo, um estrondo formidável. As nuvemzinhas brancas dos obuses perdiam-se no ar. Os faróis dos aeroplanos franceses, quais estrêlas cadentes, apareciam e desapareciam no espaço. E, em breve, todos os ruídos esmoreceram. Ainda uma vez o silêncio. Às quatro e meia ouviram-se novos toques de corneta e clarim. O perigo tinha passado. Soube-se depois que não morrera ninguém . . .

. . . Éste ano, em certa noite de fevereiro, êles voltaram. Os que, como eu, saíam, cêrca das onze horas, de um cinematógrafo da Étoile viram o céu iluminado pela intensa luz dos projectores. Nas ruas e nas praças, grupos de curiosos interrogavam o espaço. Nos pontos onde a linha do Metropolitano passa a descoberto, os últimos combóios transitavam sem luz.

O bairro onde nessa noite foram assassinadas algumas famílias inteiras, o de Menilmontant, visitei o no dia seguinte e, comigo, alguns milhares de habitantes de Paris. Em vão os que aqui veem de passagem interrogarão as suas recordações. Não o conhecem. Direi mesmo que não podem suspeitá-lo. Êle fica num

dos extremos mais populosos da cidade, mas onde não há nem as sumptuosas avenidas, nem grandes armazens, nem os *cabarets* de luxo. É um bairro de gente honesta e humilde que trabalha. As ruas ali são íngremes e, por vezes, tão estreitas que um homem, abrindo os braços, pode, ao mesmo tempo, tocar os seus dois muros.

Através das artérias principais ou embrenhando-se em verdadeiros labirintos, a multidão procurava contemplar de perto as ruínas. Aqui, uma árvore arrancada junto de uma escavação larga e profunda. As janelas de todos os prédios em redor não tinham vidros. Perto, de um parapeito, via-se o teto arrombado de uma casa onde morreram sete pessoas, entre elas um rapaz de oito anos e uma pequenita de dezoito meses. Junto da porta do edifício, cuja frontaria estava intacta, ficara um amontoado de descombros. Mais longe, uma casa de cinco andares fôra cortada de cima a baixo pela explosão. Numa rua próxima, cheia de gente, os moradores contavam as impressões da noite horrível.

— Só aqui, nas traseiras da nossa casa — dizia-me a mulher, ainda nova, de um operário que se bate para os lados de Verdun — êles deitaram cinco bombas em menos de um minuto. Não pode o senhor imaginar como é horrível, assim de perto, o estrondo que elas fazem.

— E não pensou em fugir, refugiar-se? — perguntei.

— Para quê? E para onde?

Com um gesto, ela mostrou-me a rua estreita, abafada entre as casas negras como, em Lisboa, algumas da velha Mouraria. Com efeito, para onde fugir? . . . Em frente, à porta de um casebre mais pobre talvez ainda que os outros, duas crianças, muito brancas e muito loiras, com a graça fidalga de uns pequeninos infantês de Van-Dyc, contemplavam, curiosas, o desusado movimento da rua. Mais longe, da janela de um entresol, uma velha, o traje em desalinho, os cabelos soltos, uma figura de bruxa que se diria arrancada das ilustrações de um conto de fadas, gritava, a cair de bêbada, com voz rouca, estendendo fora da janela os braços nus: — *À bas les boches! À bas les boches!*

Durante uma hora, aos empurrões da multidão, vagueei nêsse bairro de gente humilde, mais apta a guiar-se pelo instinto que pelas razões que os diplomatas lhe não confiam e que ela própria não saberia compreender. Ali, famílias inteiras, sem trabalho, viviam, desde o começo da guerra, do magro subsídio do Estado ou

da caridade dos menos pobres: pais que perderam nos campos da batalha os filhos todos; mulheres que jamais voltariam a ver os maridos, que eram todo o seu amparo; dezenas de lares sem pão, centenas de crianças sem pai. Toda essa gente para quem a vida, hoje, é só miséria, incerteza, angústia, tinha assistido, horas antes, ao mais horrível, ao mais pavoroso dos crimes. Uns, quando os interrogavam, esboçavam apenas um gesto de resignado martírio; outros qualificavam, no vocabulário que se imagina, o imperador de Berlim; alguns vociferavam que era preciso pagar na mesma moeda, fazer o mesmo, e sem demora, a essa canalha alemã que vinha, pela noite, assassinar nos seus berços os filhos dos pobres. *A nenhum eu ouvi falar de paz.*

Tampouco o terror dominava os que, na noite do crime, a polícia teve de impedir que corressem às alturas da colina de Montmartre para ver melhor, e os que, deixando desertas as *caves* cujo abrigo as autoridades aconselhavam, nas praças, nos *boulevards* ou nas janelas dos andares altos, indiferentes ao perigo, interrogavam o céu. Maus psicólogos são os alemães se esperam com êsses crimes abalar a fé dos que na cidade, longe dos campos da batalha, aguardam confiadamente, serenamente, a hora, bela entre todas, da libertação e do triunfo. Sôbre Paris adormecida, pelas noites de bruma, êles veem fazer a sementeira dos ódios que frutificarão terríveis, amanhã. E, depois de cada crime, milhões de bôcas, nos palácios dos ricos como nas choupanas dos pobres, repetiriam aquelas palavras que um francês citava há pouco, atribuídas a Dumas filho e que Vítor Konig encontrou numa brochura, em Londres, no mês de junho de 71:

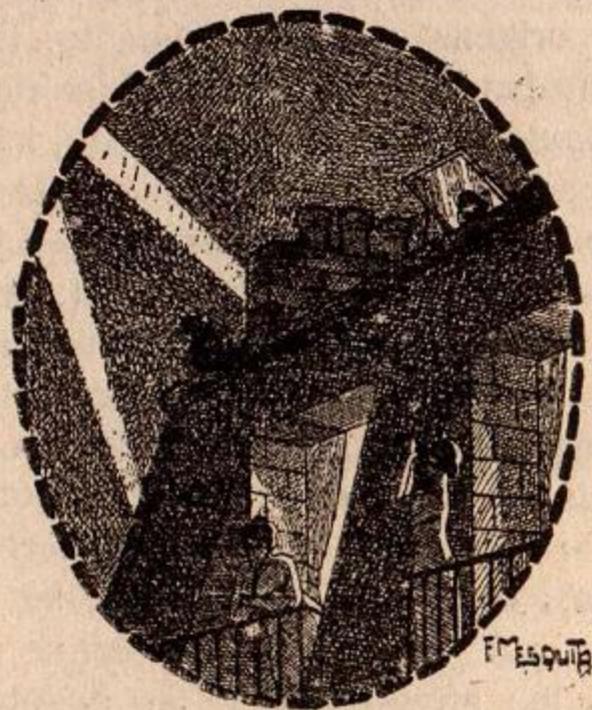
«Ah! como vamos odiar-vos! — dizia o autor aos prussianos — E vós sabeis o entusiasmo, o ardor com que sabemos lançar-nos em emprêsas novas. É aí que vereis a maleabilidade desta raça latina que desprezais tanto. Vamos banir-vos das nossas famílias, do nosso solo, do nosso olhar; o vosso nome deixará de ser apenas o sinónimo de bárbaro e de assassino: faremos dêle o sinónimo de Iago e de Tartufo; não vos quereremos mais nem para amigos, nem para sócios, nem para operários, nem para lacaios (se bem que os vossos próprios oficiais tamanho geito teem para tal officio); e, se um de vós, tendo conseguido introduzir-se em nossa casa, à nossa vista se contorcer de desespero diante da mãe ou da filha moribunda, olharemos para êle e dir-lhe-hemos, rindo: *Manha de esbirro! embuste de espião!* Sempre que ti-

vermos de meter num conto, num romance, num drama, um ladrão, um rufia, um *escroc*, fá-lo-hemos vir da Baviera, do Wurtemberg, da Hesse, de Saxe, do ducado de Bade : será um prusiano ; e, como é a nós que lêem, é a nós que escutam, é em nós que acreditam, desonrar-vos-hemos de antemão na memória das gerações vindouras ; amaldiçoaremos uma filha nossa que aceite o nome de um dos vossos filhos ; e a infâmia das nossas prostitutas só começará para o futuro ao contacto do alemão».

Fórmula magnífica de um juramento solene que os filhos das vítimas de 70 devem hoje pronunciar como seus pais fizeram — mas com uma mais enérgica e mais firme resolução de o cumprir.

Paris, Junho de 1916.

PAULO OSORIO.



A dívida portuguesa

Não é uma história da nossa dívida pública empreendimento para se tentar neste mensário de feitio tão artístico e literário. A poucas linhas se terá por isso de contrair o que sobre este assunto se vai escrever, tanto pela brevidade, a que o lugar obriga, como pelas dificuldades que enturvam e escurecem o assunto nas suas origens e desenvolvimento. É quasi universal o fenómeno das dívidas públicas. Na sua história do passivo das nações, Dudley-Baxter, passando em revista, há cincoenta anos, os Estados civilizados do mundo, só contava, sem dívida pública, a Sérvia na Europa, a Bolívia na América e a Libéria na Africa. Eram apenas três excepções à regra geral. Actualmente nem essas excepções existem já. Passado algum tempo, a Libéria ia receber dos banqueiros americanos êsse baptismo de civilização, a Sérvia fazia a sua primeira dívida, e a Bolívia não só aprendeu depressa a fazer uso do crédito, mas até a calotear os seus credores, porque de aí a poucos anos fazia bancarrôta.

Dos países mais endividados, Portugal, se não é o decano, também não foi o que mais se atrasou em se servir do crédito público. Cedo se lhe afreguesou, e tão devotada e insistentemente, que nunca mais deixou de prestar culto a essa divindade dos interêsses materiais. Tem sido um verdadeiro lausperene. Escreveu-se no primeiro relatório de fazenda da monarquia constitucional que em Portugal não tinha havido dívida pública antes da guerra do Roussilon, tendo só então começado a era dos nossos empréstimos. Há nesta afirmação um manifesto equívoco. Nesse tempo era já velha a dívida pública portuguesa. A forma

de pedir emprestado é que era nova. Antigamente não permitiam as nossas leis empréstimos de dinheiro com vencimento de juros. Dominava o direito canónico, e as leis eclesiásticas sobre o juro eram de grande rigôr e severidade. Juro, usura, agiotagem, tudo era a mesma coisa. Para os canonistas o juro era um ganho parasitário, indevido e iníquo, que o credor tirava fraudulentamente ao devedor. Era o mesmo que levar dinheiro pelo tempo, que é de todos, como disse o teórico da usura S. Tomás de Aquino, pontificando sobre o assunto. Opunha-se-lhe, com toda a sua autoridade divina, a célebre passagem do evangelho de S. Lucas. Interdito o juro pela religião, foi primeiramente a sua proibiçãõ apenas extensiva aos eclesiásticos. Depois estendeu-se aos leigos, mas só por intermédio da Igreja. Mais tarde a legislação civil, cedendo às influências eclesiásticas, e abandonando de todo o direito romano, proibiu absolutamente o juro. A esta doutrina, que prevaleceu numa grande parte da Europa durante alguns séculos da meia-idade, obedeceram os nossos piedosos reis, mandando decidir por direito canónico todas as controvérsias sobre juros, e ordenando, sob penas severíssimas, que fielmente se cumprissem as determinações da Santa Madre Igreja, para a qual o juro era *coisa que trazia pecado e cargo de consciência*. Eram as próprias palavras das Ordenações do reino. Não se podendo pedir dinheiro a juro, por ser crime contra as leis civis, além de pecado contra a religião, e não chegando o que havia para as despesas públicas, a necessidade, que é engenhosa, rompeu o dilema. Fez dívida, sofismando. Não se pediu. Vendeu-se. A venda dos juros e dos censos foi o meio de obter dinheiro sem pecado, e sem violação das leis. Salvaram-se as almas e os princípios, embora nesta fórmula purificadaoubessem as mais excessivas usuras.

A dívida pública começou em Portugal, como na Espanha, pelas tenças, que desde antigos tempos eram impostas nas rendas da corõa a favor de determinadas pessoas, comunidades e congregações, e assentadas nos almoxarifados, alfândegas e casas de direitos reais do reino, para serem pagas em cada ano pelos seus rendimentos. A primeira tença conhecida é do rei D. Fernando. Tem a data de 1421, e é do valor de 600 mil libras anuais, que foram concedidas ao conde Álvaro Pires de Castro. Não se pretende significar com isto que anteriormente se não tivessem feito outras dívidas. Simplesmente não eram operações

de crédito expressas em diplomas especiais. Respondiam por elas os bens da corôa, confundindo-se nesse tempo o príncipe com o Estado, as dívidas dos reis com as dívidas da nação. Mais de uma vez os nossos monarcas deixaram apartados, por disposição testamentária, os bens que julgavam necessários para pagar as dívidas feitas nos seus reinados, ou herdadas dos reinados anteriores. Assim legou a primeira dinastia à de Avis uma grande dívida a que D. João I obrigou uma parte dos seus bens, e que seu filho D. Duarte, tendo reconhecido que eram insuficientes, com outros bens seus teve de acrescentar. Empenhava-se a corôa, e desempenhava-se quando podia, e como podia. A quebra da moeda foi muitas vezes meio de pagamento, de que abusaram fraudulentamente os soberanos estrangeiros, e de que algumas vezes também os nossos reis se aproveitaram. Não sendo, porém, contratos de crédito, nem operações financeiras, e consistindo as antigas tenças em actos de doação, pode-se dizer que as dívidas públicas bem caracterizadas sómente se devem contar desde a data em que foram emitidos os primeiros padrões. Até aí os juros, que se fundaram entre nós, tinham sido estabelecidos apenas para pagamento de propriedades adquiridas pelos reis, para gastos com os casamentos e dotes dos fidalgos e damas, que compunham a côrte, para resgate das dívidas da corôa, ou para as embaixadas que freqüentemente se mandavam a Roma e aos concílios, tendo ficado memorável, pelo que nela se gastou, a de Basileia. Verdadeiras operações de crédito, com o fim de obter recursos para fazer face às necessidades públicas, só pela primeira vez apareceram com a venda dos padrões. Não se tomava dinheiro a juro pelas razões teológicas e jurídicas, que ficam ditas, mas emitiam-se títulos para venda de juros. Realmente a diferença entre essa forma antiga e a moderna não é muito grande. A criação de inscrições leva as mesmas voltas, como se costuma dizer. Emitem-se e vendem-se. Também então se vendia. Sómente se não transmitiam, em caso de venda, por endosse ou pertence, como se faz com as inscrições de assentamento.

Parece que os primeiros padrões reais de juro datam do tempo de D. Manuel. Dêsses títulos se gerou a nossa dívida actual. Emitidos os primeiros padrões, a série nunca mais teve descanso. Entrava-se na via dolorosa, por onde fomos andando, e andando vamos, embrenhando-nos cada vez mais na selva escura. Os pri-

meiros padrões venderam-se bem. A 5 e a 6 por cento. De aí a pouco nem a 20 se vendiam já. Não havia quem desse cinco por um de renda. Só os judeus de Flandres os compravam a 25, dobrando o dinheiro em quatro anos, como se dizia na linguagem do tempo, repetida por frei Luís de Sousa. Compravam um de renda por quatro de capital. Desde 1500, que é a data do primeiro padrão conhecido, até quasi ao fim do século XVIII, em padrões riais consistiram todos os diplomas da dívida pública portuguesa. Pela primeira vez, no texto do empréstimo de 1796, se estipulou o vencimento de juros aos semestres, pelo que se lhe ficou chamando o *primeiro empréstimo*. A fórmula nova substituiu a fórmula antiga, e os títulos, constituídos em padrões, foram desaparecendo, transformados ou convertidos. A quota hereditária dessas dívidas passivas veio assim pesar sobre a geração actual. Escreveu o falecido contador da Junta do Crédito Público José da Costa Gomes que os juristas possuidores das inscrições de 100 mil réis dos números 10.299 a 10.302, e a de 500 mil réis, com o número 5.848, estão ainda recebendo uma parte da tença de juro de 400 mil réis anuais, concedida a Vasco da Gama pelo padrão de 20 de Fevereiro de 1504. Em 1836 foi calculado em 5130 contos o valor dos padrões então existentes, que a lei de 9 de Janeiro de 1837 mandou converter, e que desde essa data ficaram representados por 3.652 contos em inscrições de 4 por cento. Deixando, porém, os padrões riais, e toda a série de operações financeiras, que vieram engrossando a nossa dívida até aos tempos modernos, vai-se ver agora como esta se expressava no recenseamento organizado pela primeira comissão interina da Junta do Crédito Público.

Foi em 1833. Esta data é um marco notável na história da nossa dívida pública. Passava-se do regimen absoluto para o constitucional. Era então a nossa dívida de 38.585 contos, sendo 24.540 com juro, 5.746 sem juro e 8.299 de papel-moeda. Naquela soma se reuniam as dívidas a cargo da junta e do tesouro. Como se sabe, os tempos correram ásperos e difíceis para o governo constitucional. Não havia dinheiro, e o papel valia cada vez menos. Havia, porém, uma grande massa de bens nacionais, que mesmo desbaratados davam para acudir às primeiras aflições financeiras. Era o espólio do antigo regimen. Os adventícios não demoraram por isso o seu confisco. Fez-se o que tinha feito a França republicana, e até com igual, se não maior desbarato. Os

bens dos conventos, capelas, comendas e mais propriedades da Corôa, da patriarcal, da casa da rainha e do infantado, com tudo isso, vendido ou quási dado, se foi acudindo às maiores necessidades do Tesouro, ao mesmo tempo que se satisfazia o apetite da clientela liberal e voraz, vinda, com o novo regimen, à superfície social. Os vencidos foram assim expropriados pelos vencedores, servindo uma parte do despojo os interêsses públicos, e servindo outra, acaso maior, os interêsses particulares. No primeiro ano venderam-se 5.266 contos de bens nacionais, mas no Tesouro só entraram 2.157 em dinheiro. O grosso dos pagamentos fazia-se em papel, títulos de dívida por valores fictícios, recibos de ordenados vencidos, papel-moeda e títulos de indemnização. De 1835 a 1838 o produto da venda elevou-se a 7.584 contos, não tendo sido menor a percentagem do papel, depreciado quási todo, falso o restante. Assim se continuou pelos anos fora, vendendo mais a papel do que a dinheiro. Os bens de 380 conventos de frades foram todos vendidos. Os de freiras, em número de 130, converteram-se em fundos públicos, o que valia o mesmo. Deviam uns e outros render 23 a 24 mil contos, sendo de 1.162 o seu rendimento anual. Pouco mais de metade teriam rendido, e uma grande parte em papelada. Vender era queimar, mas com as migalhas que entravam no Tesouro, e com o papel-moeda que se amortizava, tinha-se a ilusão duma passageira fortuna. Dos 8.299 contos de papel-moeda, legados pelo velho ao novo regimen, já não havia, dois anos depois, senão 3.733. Isto dava a impressão de que não tardaria a cumprir-se a promessa, em tempo feita, do pagamento em espécies. Como, porém, as espécies não entravam, e só entrava papel, era preciso que elas viessem de outra parte. E vinham. Adiante se verá como.

Não foram os interêsses públicos que alumiarão os primeiros governos liberais, porque estes, muito mais que do país, cuidaram dos seus sectários, entregando-lhes em troca de muito papel e pouco dinheiro uma massa enorme de bens, de que só uma parte foi avaliada em 14.000 contos. Fizeram bem? Fizeram mal? Para os seus fins políticos talvez tivessem feito bem, porque, não havendo dinheiro, não havia quem por outro modo pudesse comprar. Assim foi-se amortizando a dívida, e contentando ao mesmo tempo a clientela faminta. O ministro, a quem chamaram uma espécie de Law, foi hábil no seu egoísmo, não se importando com quem viesse atrás. Os outros que fechassem as portas. Êle

abria-as, e de par em par. Tendo encontrado o país exausto de dinheiro, aproveitou os bens, que as leis de Mousinho e Aguiar punham à sua disposição, para amortizar as resmas de papelada, porque, para as despesas públicas, tinha lá fora os seus corretores à caça do dinheiro. O ponto estava em não fazer questão de juros, que na verdade não precisavam ser excessivos, porque tomando nós aos banqueiros cada soberano, que valia 3.750 réis, por 4.120, já nisto ia um lucro de 10 por cento. Assim, e sem grandes dificuldades, porque o reino ainda era bom penhor, o dinheiro foi vindo de Londres, contado pela agiotagem, e a nossa dívida, que em 1834 estava em 44.285 contos, elevava-se a 61.146 em 1836. Depois foi subindo, subindo. Em 1840 já estava em 71.780 contos, e em 1846, como se não pudesse obter mais dinheiro lá fora, tão escarmentados estavam os nossos credores externos dos cortes em capital e juros com que os fraudávamos, decretou-se o curso forçado das notas do Banco de Lisboa. O público ainda repontou, mas teve de se conformar. Era multado em 50 a 500 mil réis quem se recusasse a recebê-las. Uma papelada nova sucedia a uma papelada velha. O govêrno já não podia pagar nem os juros da dívida nem os ordenados dos empregados públicos. Uma quasi total suspensão de pagamentos foi onde nos levou essa comprida rua de amargura em que a finança portuguesa se ia arrastando, desamparada de Londres, e sugada cada vez mais pela agiotagem. Em 1852 pesava já sôbre o Tesouro uma obrigação anual de 4.000 contos de juros e anuidades. Era quasi metade das receitas anuais tangíveis. O país não podia com êsse encargo, e um resolute conselho de ministros do fim dêsse ano proferiu o seu *non possumus*, donde proveio a redução do juro de 5 a 3 por cento. Estava então a nossa dívida pública em 88.211 contos. Sôbre êste capital se fez a conversão, reduzindo-o em 31 de Dezembro dêsse ano a 85.740 contos e passando os juros de 3.491 contos a 2.573.

* * *

Entrava-se na época, que a nossa história política chamou Regeneração, e regeneração financeira foi com efeito. Ao govêrno de então não faltava vontade nem decisão, e lá fora os mercados do dinheiro eram favoráveis. Um aumento extraordinário na produção de ouro na América e na Austrália determinou

a abundância de moeda. Houve uma febre de produção. As sociedades e as companhias fundavam-se às centenas. Os empréstimos repetiam-se, cobertos umas poucas de vezes em poucas horas. Foi assim de 1851 a 1857. Aproveitando essa plethora, estreou Portugal o mercado de Paris com um empréstimo de 12 milhões de francos, e assim se foi usando das facilidades que a Europa nos dava, e até abusando. A dívida pública regularizou-se, e à sombra dêsse acto de reabilitação, mais se animou o govêrno a empreender novas operações financeiras do que a entrar no caminho das economias, porventura mais aconselhado. Estava, porém, no programa da Regeneração a obra do fomento nacional. Dominava na Europa a economia política dos melhoramentos materiais, e Fontes, ministro novo e audaz, foi o seu portador. Dez anos depois a dívida fundada estava em 185 mil contos, que 6 mil de dívida flutuante elevavam a 191 mil. As emissões sucediam umas às outras desesperadamente, mas em conformidade com o novo programa era pelo ministério das obras públicas, de recente criação, que se applicava o produto dos empréstimos. Numa conta, apresentada ao parlamento em 1864, lia-se que durante aquele período tinham sido empregados 45.419 contos em estradas, caminhos de ferro, telegrafia eléctrica e subsídios a obras públicas. Ia-se cumprindo, com melhor ou pior administração, o programa do fomento. Depois as emissões continuaram, mais repetidas e também mais volumosas, e quando em 1910 tombou a monarquia atribuíam as estatísticas internacionais ao nosso país uma dívida pública de 4.860 milhões de francos, correspondente a uma capitação de 810 francos. Era a maior de todas, excedendo muito o dôbro da capitação média da Europa. A nossa situação financeira, comparada à dos outros países, punha-se de manifesto na seguinte lista, referida a 1910, e onde vai designada em milhões de francos a importância das dívidas, levando em frente a das respectivas capitações em francos.

Alemanha	26.440	395
Áustria-Hungria	19.800	385
Bélgica	3.740	490
Bulgária	900	200
Dinamarca	495	180
Espanha	9.950	200
França	31.540	796
Gran-Bretanha	17.950	380

Grécia	980	370
Holanda	2.390	390
Itália	13.430	385
Noruega	490	205
Portugal	4.860	810
Romania	1.650	225
Rússia	25.600	175
Sérvia	660	220
Suécia	840	150
Suíça	115	30
Turquia	3.050	495
Dívida da Europa	162.880	Capitação em francos . . .	390

Os algarismos, que nos tocam nesta relação, e nos dão o lugar de primaz entre as nações mais endividadas, são inexactos. Deverão ser reduzidos a menos de metade, mas as estatísticas indígenas muitas vezes os teem repetido, parecendo até saboreá-los. Tem destas idiosincrasias o patriotismo. Aqueles 4.860 milhões de francos são aproximadamente a tradução em francos de 875.870 contos, em que se expressava, sem nenhuma consideração atenuantes, a nossa dívida pública em 5 de Outubro de 1910, mas como nesta soma estavam incluídos 218.080 contos na posse da fazenda, a 657.790 contos se tinha de reduzir o valor nominal dos títulos em circulação, e como o valor efectivo dêstes títulos era pelas suas cotações de 404.505 contos, a esta soma se terá ainda de contraír toda a dívida pública, interna e externa, consolidada e flutuante, nos últimos dias da monarquia. Não há nisto dúvida, tendo esta conta a sua confirmação no relatório, apresentado às Câmaras Legislativas em 1913 pelo então presidente de ministros e ministro das finanças, Dr. Afonso Costa. Era portanto a nossa dívida efectiva menos de metade do que os números aparentam, e as estatísticas inculcavam. Onde está 4.860 milhões de francos deverá pôr-se 2.250. O pêso da dívida sobre cada português fica assim reduzido de 810 francos a 375, inferior à capitação média de toda a Europa, que era de 390 francos. Passavam dêste modo para cima de nós em capitação da dívida pública cinco países, e ficávamos igualados com quatro. Mudávamos para melhor lugar, mas provindo esta deslocação no nosso número de ordem da subtracção dos títulos na posse da fazenda, e da redução do valor nominal dos que andavam em circulação ao seu valor efectivo, poderá supor-se que, feita a mesma operação às dívidas dos outros países, se deverão neles produzir efeitos

iguais ou parecidos. Acontece, porém, que os outros países não contam nas suas dívidas os títulos na posse da fazenda, e são geralmente de pouca monta os desvios entre os seus valores ao par e os valores cotados. O 5 por cento austríaco e o 3,75 italiano estavam acima do par, a renda francêsa andava-lhe rente, os fundos suecos e norueguêses cotavam-se a 99, os espanhois a 97,5, os belgas a 96,5, os russos a 95, e os outros, quando não rastrejassem pelo par, pouco se distanciavam dêle. Não haverá por isso muito que diminuir nos valores que lhes vão atribuídos, ao passo que em Portugal, estando o seu fundo externo a 68, como estava, perdia-se nêle 32 por cento, e muito mais ainda no consolidado interno, cotado a 39 ou 40. É o que nos custa a teima em fazer dívida de juro falsamente baixo de dívida de juro realmente alto.

Não basta, porém, o simples enunciado duma dívida para se lhe tirar o verdadeiro significado. O aprêço das dívidas públicas tem de ser acompanhado do aprêço dos bens próprios dos Estados, não sendo possível determinar a importância dos débitos sem conhecer a dos créditos. Para um Estado, como para um particular, a situação activa ou passiva resulta da comparação entre o *deve* e o *haver*. Dêste modo, na exposição do estado devedor dum país terá de pôr-se, em frente do que o Estado deve, o que o Estado tem. Há em quási todos os países domínios colectivos mais ou menos compensadores dos seus passivos. A Alemanha tem uma grande dívida, mas os encargos, que pesam sôbre alguns dos seus Estados, são cobertos e até excedidos pelos rendimentos. A dívida da Prússia é de 10 biliões, a que corresponde um encargo anual de 400 milhões, mas os seus caminhos de ferro representam um capital de 11 biliões com um rendimento de 800 milhões. Os caminhos de ferro dos outros Estados valem 6 biliões e rendem 239 milhões, sendo a totalidade das suas dívidas de 6 $\frac{1}{2}$ biliões com um encargo de 265 milhões. Além disso é o Estado, na Alemanha, grande proprietário e grande industrial, explorando florestas e minas e administrando fábricas. Na Áustria-Hungria respondem por uma parte da sua dívida extensos domínios florestais, importantes salinas e propriedades rurais de 400 mil hectares. Na Rússia é também grande a fortuna colectiva do Estado, sendo constituída por caminhos de ferro, extensíssimas florestas e uma parte das terras ainda não repartidas pelas populações agrícolas, estando tudo calculado em

780 milhões de rublos de rendimento, quasi tanto como os encargos da sua dívida pública, aproximadamente de 1 bilião sobre 24 de capital. São estes os países que oferecem maior contrapartida nos seus activos aos passivos do Estado, mas todos os outros teem alguma cousa nos seus patrimónios nacionais a descontar das suas dívidas. De origem histórica e política possuem os Estados as suas fortunas próprias, grandes ou pequenas, restos dos bens dos soberanos, incorporações de terras pela guerra, e modernamente caminhos de ferro construídos ou resgatados pelos governos. A Itália está já na posse de caminhos de ferro no valor de 5.700 milhões de liras, e sendo de 300 a 400 milhões o valor da restante propriedade do Estado, eleva-se esta a 6 biliões. Na Espanha o domínio colectivo é composto de terras do Estado, minas de Almaden e Linhares e salinas de Torrevieja, calculando-se em 21 milhões de pesetas o rendimento dêsses bens. A Bélgica, com uma dívida pública de 3.700 a 3.800 milhões de francos, tem caminhos de ferro no valor de 2.300 milhões, e a Holanda está também na posse de caminhos de ferro, que oferecem para os encargos da sua dívida pública uma contrapartida de 20 a 25 milhões de florins. É na Inglaterra onde a fortuna do Estado é relativamente menor. Mostram os factos que as nações mais prósperas são aquelas onde aos indivíduos mais larga esfera de acção cabe. Na individualista Inglaterra pouco mais conta o Estado, no seu activo de bens próprios, do que 176.200 acções de Suez, compradas ao kediva para fins politicos, e que valiam antes da guerra, à cotação de 4.900 francos, 860 milhões com o rendimento de 31. Não está também o Estado em Portugal desprovido de bens próprios. Em acções e obrigações de bancos e companhias tem 5 a 6.000 contos, possui 17 a 18 mil hectares de matas, e é de quasi 1.200 quilómetros a rêde dos caminhos de ferro do Estado. Não valerá menos de 10 por cento da dívida portuguesa êsse nosso conjunto de bens nacionais.

Todos os países teem assim no seu activo maior ou menor contrapartida para o seu passivo, mas sendo necessário distinguir entre os bens que dão rendimento e os que não dão, e principalmente entre os de valor realizável e os de alienação impossível ou difícil, não é pela importância dos patrimónios nacionais, quasi sempre de realização difícil ou impossível, que melhor se poderão aferir os saldos devedores. É antes com a sua riqueza global que se deve comparar o passivo de cada povo, e para isso

tem-se de fazer o directo confronto da quota devedora com a quota crematística. É êste o meio certo de verificar se o nosso país pode suportar o pêso da sua dívida sem maiores penas do que outros de grande dívida, como são a França, a Inglaterra e a Alemanha. Responde o resultado da comparação das dívidas com as respectivas fortunas. Uma dívida de 31 a 32 biliões, como é a francêsa, representa 11 por cento da fortuna total da França, que é de 290 biliões. A dívida de 18 biliões atribuída à Inglaterra é apenas de 4 por cento da sua riqueza computada em 450 biliões. A de 26 biliões da Alemanha pouco excede 7 por cento da sua fortuna de 375 biliões. A fortuna portugêsa não está avaliada à falta de elementos estatísticos, mas pode deduzir-se de diferentes indicadores que não se cometerá grande êrro computando-a em 2.000 a 2.400 milhares de contos. Nesta hipótese representa a nossa dívida 16 a 18 por cento de toda a riqueza do país, e não se pode dizer que seja absolutamente tranquilizadora a situação dum país, que deve quási um quinto do que tem.

Sem dúvida uma dívida reprodutiva, sendo um encargo presente, pode ser também uma receita futura. O ponto está na boa e útil aplicação dos empréstimos. Importa por isso averiguar, num estudo da nossa dívida pública, que destino tiveram as diversas emissões, de que os mencionados 404.505 contos são o *reliquat*. Desde a Regeneração até 1890 foram emitidos 232.382 contos de dívida interna de 3 por cento, mais 42.699 mil libras de dívida externa também de 3 por cento, e ainda 104.172 contos de dívida amortizável, ao que se tem de acrescentar a importância dos dois empréstimos dos tabacos de 1891 e 1896 no valor nominal de 48.600 contos, e ambos amortizáveis. São ao todo 577.300 contos. Juntando 81.418 contos de dívida flutuante, prefaz-se a soma de 658.718 contos. É esta, ressalvada alguma omissão, e não contando empréstimos com destino especial, a importância das dívidas feitas desde a Regeneração até à queda da monarquia, mas como naquela data se deviam 85.740 contos, em 744.458 estaria hoje a nossa dívida pública, se nada se tivesse amortizado. Como, porém, a dívida portuguesa era, em 5 de Outubro de 1910, de 404.505 contos, vê-se que em 58 anos se fizeram 658.718 contos de dívidas novas, e se saldaram dívidas antigas na importância de 339.953 contos. Pagou-se uma parte da dívida, mas à custa de outra dívida maior. Não podia ser de outra

maneira. É o que fatalmente resulta de se fazer dívida amortizável com o orçamento em *deficit*.

Em país de boas finanças deve-se encontrar sempre para o produto dos empréstimos a correspondente capitalização em obras ou utilidades do Estado, e é nas obras de fomento que principalmente se deve procurar essa justificação, visto que para ocorrer às despesas ordinárias há as receitas também ordinárias. Saber o que se tem feito ao dinheiro dos empréstimos é por isso uma curiosidade legítima, mas difícil de satisfazer. Deve-se porêr dizer que não é para a soma total dos valores emitidos que se tem de procurar a equivalência em melhoramentos públicos, ou obras do Estado. É para o seu produto realizado, o que é bem diferente. Não receberam os governos as quantias de que se constituíram devedores. A maior parte dos empréstimos fez-se, como é sabido, a grande distância do par, andando por metade o que ficou em mãos alheias. Vai-se ver quanto produziu aproximadamente em contos de réis cada um dos seguintes empréstimos:

232.382 contos a 45 p. c.	104.572 contos
42.699 milhares de libras a 45 p. c.	86.465 »
104.172 contos a 75 p. c.	78.129 »
45.000 » » 82 » »	36.900 »
3.600 » » 86 » »	3.096 »
<u>577.300 »</u>	<u>309.162 »</u>

De 577.300 contos de dívidas consolidadas até ao fim da monarquia só entraram nos cofres do Estado 309.162 contos. Ficaram pelos atalhos 47 por cento. Aproveitaram-se 53, mas havendo a acrescentar 81.418 contos de dívida flutuante feita no mesmo período, e que não sofre desconto por ter sido toda realizada, era para 390.580 contos que se teria de procurar a equivalência em utilidades públicas. Não cabe porêr um tão interessante e demorado trabalho de investigação económica nas contadas linhas dêste artigo, a que é já tempo de pôr ponto.

Poucas palavras mais e conclui-se. Da queda da monarquia para cá tem vindo a dívida pública portuguesa em maré crescente. Não afrouxou Mazeppa a sua carreira. Antes terá redobrado de galope. A diferença está em que o grande campo de corridas tem sido agora a dívida flutuante. Tinha-a deixado a monarquia em 81.418 contos. Estava no fim de fevereiro último em 142.610.

São mais 61.192 contos, a que se terá de acrescentar o produto do empréstimo de dois milhões de libras, há meses realizado. Cabem assim à República responsabilidades de 75 a 76 mil contos. Divididos por cinco anos e meio o quociente é formidável. Como acima fica dito, falando da monarquia, deverá procurar-se para esse passivo a sua correspondente capitalização em utilidades públicas. Do confronto resultaria a justificação ou a condenação das operações efectuadas, e assim, pelo que dêsse processo comparativo se apurasse, havia de ver-se o que tem custado, *num e noutro regimen*, o govêrno — ou o desgovêrno — da nação.

ANSELMO DE ANDRADE.

Cego

*Conduzindo o pai cego, a mendigar,
A pequenita leva-o pela mão.
Com desvelos de mãe, sondando o chão,
Não vá o pai cair ou tropeçar.*

*Na tristeza da sua escuridão,
O ceguinho consegue divisar
Uma estrêla fulgente a scintilar,
A inundar-lhe de luz o coração...*

*E assim lá vai seguindo a vida em fora,
Como se a noite pela mão da aurora
Fôsse guiada, neste mar de escolhos!*

*Não lhe roubeis, Senhor, aquela filha!
Que a luz bemdita que em seu peito brilha
Faz-lhe mais falta do que a luz dos olhos!*

Sóror Água

E porque, com guia de marcha, muitos buscam a doce frescura das praias, para fazerem da água amante de momento, resolvemos, eu e o meu amigo, por conselho da sua compleição forte e amorosa de homem à beira-mar nascido, escolher a água para nossa noiva, e ir procurá-la nos seus longos domínios senhoriais de parques e jardins, borbuihando balbuciante nas nascentes e serenamente orquestrando na placidez das fontes suas vozes musicais.

Nada duma tão hilariante graça comunicativa, como a água rutilando ao sol nos aquários, as côres dos peixes.

E nada que tão melancólicamente em nossa alma verta a branca nostalgia indefinida que é saúdade e mágoa, ternura e desejo insatisfeito, como a voz da água nas reprêsas, quando parece que o crepúsculo abre os seus dedos longos e na flauta aquática modula os caprichos velados duma ópera, sempre nova e nunca ouvida.

Por isso a procurá-la vamos, e em nossa companhia vão sómente os grandes artistas que na divina clausura da água criaram seu desejo e riqueza.

Êsse, cuja alma deve errar nas veias da flôr do pilriteiro e no ting-ling das fontes como a dos deuses helenos se encarnou em místicas ovelhas balindo mágoas pela margem dos rios legendários, êsse lavrou a desenvoltura marinha da taça do rei de Tule, soube-a erguer em suas mãos sensuais de cinzelador e na hesitação das últimas gotas a arrojou em vôo curvo para as águas do mar, as mesmas que êle suspendeu e abobadou em quiméri-

cas edificações de algas e de corais, onde viviam as fadas de olhos glaucos e donde saíam ao dorso dos gnomos as fortunas para o encantamento dos belos pescadores morenos, adormecidos ao luar.

Ah! aquela guiga vogando na noite, pelo rio, lento e lento, sem um ruído, à evocação das figuras judias, todas contacto e luxúria, em perigo de perder o remador que se deixou guiar na treva por dois diamantes negros, aquela guiga nunca mais esquece, a quem uma vez no fundo negro pespontado de oiro do pôrto foi deslizando em tranqüilo sonho, sob as estrêlas cerrando as pálpebras no céu e no olhar de Lia, a tentadora!

Outro, o raro sensitivo que inventou a architectura ao mesmo tempo fruste e maravilhosa da água musicada, evocador e encantador de mãos gulosas da volúpia cariciosa e deliciosa das fontes, foi de Córdova a Veneza decorando as frases melódicas dos jactos por jardins e praças dispersos, como versículos perdidos do alcorão, a lei dos sonhos nus e ardentes em que os corpos morrem ensinando a tudo o que os cerca, os segredos saúdosos das linhas rítmicas e coleantes pelo alfange sugeridas ao penetrar a luxúria morena dos colos hetairescos e conjuntamente a lei das architecturas poderosas, edificando palácios ao tempo e templos aos homens por um prodigioso sentido da vida que os árabes sustentam, resumindo-a na beleza nómade e alada dos cavalos e das mulheres — a eterna miragem.

Aquele, o profeta e adivinho, lendo a divina linguagem dos símbolos e das imagens na água parada dos canais, que a um gesto seu ardeu no incêndio dos reflexos policromos, na noite de *Il fuoco*, sob a carícia de água venenosa e amorosa dos olhos da Foscarina, e o criador e intérprete do cortejo simbólico das fontes de Trigento que a um grande escultor motivariam por seu poder alegórico a mais estranha obra de estatuária que suponho, ao recordar aquele, de novo a meus olhos se estende a visão deslumbradora de Veneza, a dogarina encantada da Volúpia e da Morte, mandando acender o fogo sobrenatural que há-de alumiar-lhe a nudez de oferta e de recusa, e deixar ver os desejos subindo nas veias como gôndolas misteriosas que andassem a encher os canais de beijos nupciais e últimos suspiros.

Oh! a dôr imensa de Antonelo, o príncipe que o Passado condenou, tapando os ouvidos para fugir ao turbilhão de maus preságios da música tumultuante na grande fonte dos tritões, to-

dos golfando por suas bôcas limosas, a água fria e clara, numa onda sinfônica de alegria ruidosa e matinal, sob o silêncio crepuscular dum jardim fechado e o enorme silêncio do palácio em que as figuras quási não roçam e, como em veludo os dedos dos doentes, mal passam e logo fogem, em silêncio de água!

Também o paisagista que desperdiça a côr e de chapada bate as melhores telas, tem uma que nunca mais há-de esquecer-me.

E mal reproduzo a impressão que tive ao lê-la. Sei que é a festa da água em Versailles.

E assim me lembra o gôzo visual de amá-la e tê-la muito perto, como o pintor de feeria a surpreendeu. É um milagre de cambiantes caracterizando-se pelos desenhos duma gracilidade e duma elegância infinitas, como só uma perfeita organização de decorador ornemanista poderia fazê-las. A luz beijando a água tem ternuras de pincel, e aos olhos pasmados, cada bôca de jacto liberto é uma voz de ave no ar subindo, hesitando, e depois abrindo em rosa que se desfolha, e em pérolas vem cair no mármore dos tanques.

Esta a pequena obra prima que ficou como eco dos beijos que o monarca e seus amigos lá furtaram para os idílios serenos de Wateau.



Sóror Água vive prêsa e dócil vai-se amoldando à cela que lhe destinam.

Se a saúde a turva, logo as mágoas lhe florescem de nenúfares e fôlhas verdes.

É tão pura que em si mesma se vê tendo o dom de ver os outros e de os poder espelhar.

Bem dita, irmã Água!

Os que passarem, vindo de longe, animais e homens que o calor sufoca e as plantas sêcas que o sol fatiga, hão-de beijar-te a fimbria fresca do hábito, teu hábito líquido bordado a verde e branco, teu longo hábito de caridosa irmã.

Também só a caridade podia levar-te tão longe dos rios pressurosos da cavalgada sonora das vertentes, e apartar-te tanto do mar rumoroso de ventos e de vagas, asas perdidas e gritos de última contenda!

Bem dita, Sóror Água!

*
* *

Neste velho jardim cerrado, meu amor de muitos anos pelas flôres que me oferece, há uma voz de água, todo o dia em cantilena, que se adivinha martirizada só porque apareceu numa bôca feia e torta de granito, sem comissuras heráldicas por que desejar beijos, sem a grave expressão calma, apta a meditativas glórias e nem ao menos gracioso risco de lábios pronto a alegrar os que a sêde ao pé lhe arraste.

E sempre as suas notas monótonamente, repetem na solitude a mesma ária cansada, como se uma tristeza de nascença lhe paustasse a vida toda.

Só quando alguém fazendo bebedeiro, alguma fôlha esquece na bocarra, é que a música se muda e afina e enlanguesce como uma dôr que vá diminuindo e brandamente acabe num soluço.

São assim todos os fios de água de bôcas rústicas, jorrando os mesmos sons dias inteiros.

Só parecem abrandar ao fim da tarde porque o ruído pára em derredor e a monotonia se intimida. Então, veem as môças pedir a Sôror Água que lhes dê a sua bênção.

Colam-se os lábios do cântaro à bôca da fonte e, como o quebranto do beijo lhes ensina a amar, também a música da água lhes diz a cantilena embaladora e as ensina a cantar.

Aquele doce murmúrio! . . .

Vão-se. E Sôror Água fica a recordar o gesto esbelto de erguer o cântaro à cabeça.

— Linda tarde, lindos olhos . . .

«Fonte da vida, quem de ti beber nunca mais terá sêde».

*
* *

Mas certo parque eu recordo, com naves de folhagem, numa *vila* longínqua, em que me foi dado ouvir uma gárrula sinfonia jorrante, toda de *allegros* feita, dando-se por múltiplas bôcas a roseiras e lírios e trazendo à roda uma alegria infinita de florescências e cachos, redondilhas de amendoeiras em flôr e frases de glicínias pendendo . . .

É no comêço da primavera que as águas prêsas ganham ternura e graça.

Depois o verão torna-as claras e débeis pela tortura de as perseguir como um velho, fatalmente enamorado.

Mas é o Senhor Outono, o requintado obreiro dos jardins, colorista e galante que há-de ser o enfermeiro de Sórora Água, que há-de velar-lhe a tristeza, ouvir-lhe a vozita doente e saber-lhe os segredos.

A freirinha sempre noiva há-de esquecer-se no coração dos jardins, ouvindo a própria voz e pelos crepúsculos do outono há-de dizer em delírio o mistério do seu elanguescimento e muito tempo o seu murmúrio lembrará a voz sonâmbula das coisas adormecidas.

Sórora Água . . . Vamos vê-la antes que o Senhor Outono a tome em seus braços como uma convalescente que se abandone de quebranto . . .

Agosto, 913.

NUNO SIMÕES

Do livro *Águas Mortas*, a sair brevemente,
edição da livraria Lelo & Irmão, Pôrto.



O pôrto-franco de Lisboa nas suas relações com o Estado de S. Paulo

(Continuação)

Eis o artigo do Sr. Alberto Veiga :

COMÉRCIO DE SANTOS

«Não pretendemos, nas linhas que seguem, fazer o retrospecto comercial desta praça, embora fôsse e seja isso uma das tarefas mais úteis e interessantes, para o estudo do desenvolvimento geral do Estado de S. Paulo; circunscrevendo-nos a órbita mais restrita, é nossa intenção, apenas, pôr diante dos olhos dos que prestam cuidados a estes assuntos, uma sùmula do movimento da importação, exportação e marítimo, neste pôrto, nos últimos onze anos, exactamente o período em que mais acentuados tem sido os progressos da terra paulista, destacados, principalmente, no derradeiro quinquênio.

«Que êsses progressos tem sido simplesmente assombrosos, asseveração é que os próprios algarismos corroboram; nem de longas demonstrações se faz mister o asserto, uma vez que os próprios factos, de observação quotidiana, aí estão para manter integralmente a veracidade do enunciado. É ver o rápido incremento que tem tido esta praça, no período assinalado; é estender as vistas pela Capital, onde um avanço gigantesco tem operado transformações fantásticas; é passar em célere revista o que vai pelo interior, num verdadeiro estímulo de posições salientes; tudo agrupado, dará a medida exacta da inacreditável

ascensão da terra paulista, sobretudo nos últimos onze anos, impulsionada por factores de expansão, que se intensificam e robustecem cada vez mais.

«Será ocioso afirmar que a dilatação das fôrças vivas do Estado é, em boa parte, devida ao inestimável concurso da imigração, já espontânea, já contratada, e notadamente à colonização do elemento nacional e estrangeiro nos diferentes núcleos do Estado, formando verdadeiros centros agrícolas, com influência decisiva em zonas mais ou menos extensas ; por outro lado, a expansão das indústrias, as vias férreas de penetração, os melhoramentos da lavoura, com adopção de processos mecânicos e científicos modernos, a disseminação do aprendizado agrícola, e outros tantos factores de desenvolvimento, hão contribuído para o conjunto dessa vida intensa que vigora o organismo do Estado e lhe dá os estímulos das compleições capazes de todos os esforços e de todas as resistências.

«Examinemos, agora, em simples algarismos, a rápida evolução do Estado, nos últimos onze anos. O seguinte quadro mostra a assombrosa diferença do valor da importação entre 1902 e 1912. (1)

Movimento da importação e exportação do pôrto de Santos

Anos	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	Mil réis papel	Mil réis ouro	Mil réis papel	Mil réis ouro
1902...	91.136:229\$000	40.031:176\$000	280.131:978\$000	123.479:011\$000
1903...	84.075:499\$000	37.177:948\$000	242.751:430\$000	107.549:536\$000
1904...	88.373:194\$000	39.783:415\$000	254.867:611\$000	115.849:169\$000
1905...	78.372:959\$000	45.791:636\$000	220.230:469\$000	129.326:156\$000
1906...	96.389:395\$000	56.921:119\$000	308.946:606\$000	180.283:452\$000
1907...	134.674:868\$000	75.240:159\$000	342.688:366\$000	191.557:221\$000
1908...	113.797:730\$000	63.286:819\$000	277.022:503\$000	154.034:415\$000
1909...	114.055:264\$000	63.511:507\$000	431.730:722\$000	240.663:309\$000
1910...	141.781:578\$000	84.337:737\$000	282.146:602\$000	175.537:268\$000
1911...	192.865:246\$000	143.102:787\$000	480.900:286\$000	284.733:193\$000
1912...	248.698:304\$000	147.376:770\$000	530.135:051\$000	314.154:103\$000

«Verifica-se dêste modo que entre 1902 e 1912 há um aumento na importação de réis 272 %, algarismo formidável e que por si só diz eloquentemente do vasto desenvolvimento das nossas relações com o comércio do exterior. Em tempo calculámos o valor

(1) Os quadros que seguem foram utilizados pelo Sr. Paulo Pestana (P. P.), em um dos seus interessantes estudos económicos, no *Estado de S. Paulo*, de 5 de Outubro último. Os dados do ano findo referiam-se a Junho ; nós os completamos, agora, até Dezembro.

da importação, pelo pôrto de Santos, no ano findo, em cêrca de duzentos e quarenta mil contos; pois bem, chegou a perto de duzentos e quarenta e nove mil contos, excedendo assim, às previsões mais optimistas, porque é preciso levar em conta as condições excepcionais do nosso pôrto, no último trimestre do ano, tornando embaraçoso, atabalhoado, quasi anarquizado, o serviço de carga e descarga no cais das Docas.

«Dos algarismos expostos temos que a média mensal do valor da importação, no ano passado, foi de 20.724:858\$000, contra 16.072:103\$000 em 1911, e, apenas, 7.594:865\$000 em 1902. A diferença ascensional no período assinalado é daquelas que deixariam fortes dúvidas no espírito do observador, se não estivessem amplamente comprovadas por documentos irrecusáveis.

«Paralelamente ao sensível acréscimo do valor da importação, constatada igualmente pelo aumento da tonelagem de mercadorias, há a notar o desenvolvimento do movimento marítimo entre nós.

«O seguinte quadro diz insofismavelmente dêsse rápido aumento :

Movimento do pôrto de Santos, desde 1902 até 1912

Navios entrados e saídos neste período, à vela e a vapor

Anos	Entradas	Tonelagem	Saídas	Tonelagem
1902.....	955	1.368.150	959	1.375.853
1903.....	930	1.355.480	927	—
1904.....	984	1.511.296	983	1.508.241
1905.....	1.085	1.694.641	1.087	1.687.468
1906.....	1.209	2.120.781	1.213	2.122.950
1907.....	1.358	2.708.040	1.355	2.693.047
1908.....	1.452	3.062.041	1.454	3.071.794
1909.....	1.503	3.336.291	1.505	3.342.063
1910.....	1.575	3.566.780	1.577	3.567.264
1911.....	1.634	3.785.896	1.628	3.773.059
1912.....	1.770	4.113.975	1.758	4.065.055

«Verifica-se, portanto, que entre 1902 e 1912, há um acréscimo nas entradas de 85 0/0; mas, em relação à tonelagem, êsse acréscimo representa o triplo das de 1902, facto expressivo e que testemunha, irrefutavelmente, o enorme desenvolvimento da nossa importação, a par da progressiva capacidade das unidades da marinha mercante, ora acentuada já na existência e construção de vapores colossais, de grande velocidade e formidável tonelagem de registro, apresentando calados que, infelizmente, o nosso cais, com a altura de água que actualmente tem, de modo algum comporta.

«Cotejando, em outros quadros, os algarismos acima expostos, verifica-se que, não obstante as alternativas dos volumes das safras do café, ora maiores, ora menores, o movimento marítimo tem sido sempre ascendente, facto que é preciso atribuir ao rápido aumento da importação e à enorme afluência de entradas e saídas de passageiros e imigrantes. Por via de regra, tem crescido a renda aduaneira, e a tal ponto, que a do ano findo accusou o acréscimo de 264 0/0 sôbre a de 1902.

«O pequeno quadro abaixo demonstra eloquentemente a nossa asserção :

Anos	Embarcações entradas	Valor da importação (Mil réis papel)	Renda geral da Alfândega
1902.....	955	40.051:176\$000	34.969:459\$000
1903.....	930	37.177:948\$000	30.595:740\$000
1904.....	984	39.783:415\$000	32.955:610\$000
1905.....	1.085	45.791:636\$000	36.757:853\$000
1906.....	1.209	56.921:119\$000	43.586:739\$000
1907.....	1.358	75.240:199\$000	52.532:525\$000
1908.....	1.452	63.286:819\$000	46.122:123\$000
1909.....	1.503	63.511:507\$000	43.392:699\$000
1910.....	1.575	84.337:737\$000	55.625:869\$000
1911.....	1.634	143.102:787\$000	72.792:535\$000
1912.....	1.770	248.698:304\$000	92.334:353\$000

«A média mensal da renda aduaneira, no ano findo, foi, portanto, de quasi 7.695 contos, contra 6.066 contos em 1911 e 2.914 contos, apenas, em 1902 ; quer isto dizer que a renda alfandegária, neste período de onze anos, em relação à de 1902, quasi triplicou !

«Com a reforma por que vão passar os serviços aduaneiros neste pôrto, melhorando consideravelmente a fiscalização, a renda anual deverá oscilar entre noventa e cem mil contos, como limite mínimo.

«O quadro acima fica completo pelo seguinte, demonstrando as alternativas dos volumes das safras de café, com aumentos das rendas arrecadadas pela Recebedoria do Estado, mercê, principalmente, da valorização do nosso principal produto nos últimos três anos :

Café exportado (incluindo cabotagem)	Anos	Embarca- ções saídas	Valor exportado (Mil réis papel)	Arrec. da Receita de Rendas
8.717.827 saccas...	1902	956	280.131:978\$000	25.173:118\$000
8.018.755 » ...	1903	927	242.729:430\$000	22.471:923\$000
6.584.042 » ...	1904	983	254.867:611\$000	25.450:042\$000
7.465.120 » ...	1905	1.087	220.230:469\$000	19.611:772\$000
10.172.874 » ...	1906	1.213	308.146:606\$000	29.552:520\$000

Café exportado (incluindo cabotagem)	Anos	Embarca- ções saídas	Valor exportado (Mil réis papel)	Arrec. da Receita de Rendas
11.561.491 saccas...	1907	1.355	342.688:366\$000	29.076:063\$000
8.997.088 » ...	1908	1.454	277.022:501\$000	23.325:104\$000
13.569.886 » ...	1909	1.505	431.730:722\$000	34.284:739\$000
6.836.334 » ...	1910	1.577	282.146:602\$000	39.926:318\$000
8.723.602 » ...	1911	1.628	480.900:286\$000	30.044:776\$000
8.943.521 » ...	1912	1.758	530.135:051\$000	38.859:520\$000

«Nota-se uma forte depressão na renda da Recebedoria em 1905; ela é explicada não só pelo pequeno volume da safra, como pela redução do valor oficial do café, cuja pauta se manteve entre os extremos de 440 e 500 réis.

«Quanto ao valor do produto, basta constatar que, em 1909, numa exportação de treze e meio milhões de sacas, êsse valor não foi além de 432 mil contos; ao passo que em 1912, numa exportação, apenas, de 8.953 milhares de sacas, o mesmo valor atingiu a 530 mil contos.

«Aí ficam simples algarismos; mas, nessa simplicidade, como se revela a grandeza do Estado, que, já agora, parece não medir fôrças ao seu desenvolvimento! E que extraordinárias deduções podem ser tiradas do futuro que aguarda a terra paulista, do simples cotejo algarismal na progressão dêste último undecênio — afirmação exuberante de uma vida que duplica de fôrças, e de um progresso que se atreve às mais arrojadas ascensões!»

Movimento Marítimo do pôrto de Santos em 1914

Entradas e saídas de navios à vela e a vapor

ENTRADAS:	Nacionais	602	} 1.644
	Estrangeiras	1.402	
	a vapor	1.597	} 1.644
	à vela	47	
EQUIPAGEM:	139.009		
TONELAGEM:	4.227.665	kilos	
SAÍDAS:	Nacionais	594	} 1.645
	Estrangeiras	1.051	
	a vapor	1.600	} 1.645
	à vela	45	
EQUIPAGEM:	138.976		
TONELAGEM:	4.243.834		

Da vantajosa situação geográfica do nosso pôrto, parece-me que neste momento, tendo quási todo o tráfego marítimo alterado

e reduzido, muito poderíamos lucrar se aproveitássemos imediatamente.

Do conjunto destas considerações pode-se concluir :

1.º — Que o Pôrto Franco de Lisboa sob o ponto de vista geográfico para as relações comerciais dêste pôrto, é magnífico.

2.º — Que para tirar da sua situação geográfica todas as vantagens, é mistér completá-lo com uma carreira de navegação portuguesa ou subsidiada.

(Continua)

VASCO MORGADO.

Revista do Mês

AFIRMAÇÕES DA CONSCIÊNCIA NACIONAL

IV

A SELECÇÃO NOS MORTOS

— Os mortos dirigem os vivos — disse um filósofo. E não podia fazer uma mais clara profissão-de-fé de tradicionalismo.

Não há idea ou sentimento que não tenha os seus antepassados. Tal co-ração, cuja última pancada bateu há séculos, alimenta, dirige, inflama no seu ritmo as nossas melhores paixões.

Grandes e insólitas ideas surgem por vezes. Vai a gente a olhar e naquele pensamento que parecia agora mesmo ter brotado do Caos, novo, inédito, inesperado, algum velho genealogista das ideas encontra êste sinal, aquele vestígio, aqueloutro aspecto geral, que o vão filiar em antepassados com dezenas de séculos. É assim que o gérmen do bergsonismo, — nata da filosofia nova, se enraíza na leiva secular da Grécia.

Tenho um amigo que se deu ao trabalho de estudar a ascendência do *retour-éternel*, — trave mestra da filosofia nitscheana, orgulho daquele homem, que para divergir de toda a Humanidade, inverteu de alto a baixo a velha tábua dos valores morais. Resultado : aquela idea é tão velha como a própria filosofia.

A poesia maravilhosa da Bíblia, fez-nos pensar que alguns dos seus criadores, como o lendário Moisés, esplendiam na escala suprema da genealidade humana : mas os primeiros e admiráveis temas bíblicos — Génesis, Paraíso, Dilúvio, Abel e Caim, e outros, — preexistiam na arte e na religião assírio-babilónicas, anteriores de muitos séculos.

Valem estas considerações como afirmação de impossibilidade para progredir no mundo do espírito? Não. Valem apenas para afirmar na Vida a existência de um plano de unidade.

Dirigem-nos então os mortos. Mas como? É ainda e sempre segundo os princípios ou leis gerais da Vida, de que a Morte é a última sublimação.

É segundo o princípio de selecção que os mortos nos dirigem.

E se a selecção na vida é tantas vezes imperfeita, vem a corrigir-se ou a acabar na morte.

Quantas glórias actuais, que o sol do oportunismo doira, àmanhã, volvidas algumas décadas, se esbatem na sombra para sempre! E quantos dos que vivem na humildade e na ignorância do vulgo, porque são hostis ao dia de hoje, pobres, obscuros, videntes, sublimes, viverão após a morte na intimidade e na admiração de todas as almas!

Há-os que excedem a sua época. Vivem e trabalham já para o homem de amanhã. Outros, porque trabalharam com o barro genésico, estão sempre vivos e moços na sua obra, tocada de uma primavera eterna.

Deixemos, pois, aqueles que viveram apenas a glória do seu dia.

Para conhecermos qual o sentido da vida que anima certa geração, temos que averiguar quais os mortos que a dirigem. Se fizermos nêsse sentido um inquérito à nossa sociedade, os resultados hão-de compensar o trabalho.

Pelo que diz respeito às letras, vai longe aquela geração que chorou com a *Judia* ou arrancou suspiros fundos do imo peito, ao escutar as plangências da *Lua de Londres*.

Também aquela que bocejou de tédio e sorriu com ar fino e superior, depois de ler o *Primo* ou a *Correspondência*, começa a cansar de tão alto sorrir.

O sentimentalismo piegas e o scepticismo derrancado, flôres doentias da última hora, ou secaram de todo ou pendem murchas na haste.

É cedo talvez para o dizer; mas com mais uma geração, e os nossos netos quando passarem em frente ao mármore do Alecrim, nêste país onde as mais lídimas glórias não tiveram ainda aquela consagração, hão-de pasmar.

Hão-de pasmar e convencer-se de que aquele monumento nunca pode ser o efeito da consagração nacional, mas sim o capricho de meia dúzia de elegantes *blasés*, que se deram à extravagância de erguer na praça pública uma estátua ao seu alfaiate.

Não se agastem os queirosófilos de aquêem e de além Atlântico, sem meditar primeiro que nas praças das nossas cidades ainda se não erguem estátuas a Nun'Álvares, ao Gama, a Gil Vicente, a Garrett, a Herculano, a Camilo, a João de Deus e a tantos outros.

Quais são as figuras literárias que vivem então no culto da geração actual, e que por consequência as dirigem?

Já dissémos aqui como em todo o Portugal se reacendeu o culto a Camões. Foi e será assim todas as vezes que esta Pátria ressurja. Camões colou o ouvido ao coração da Pátria e foi com a própria essência da vida que escreveu. As suas mãos, molhadas em sangue e luz, geraram Eternidade; esculpiram a Pátria divina. O seu culto deve ser o primeiro na religião nacional.

Nos últimos anos um grande Poeta — Afonso Lopes Vieira, envergando a púrpura e a tiara do sacerdócio magno, ensinou e preside agora ao culto de Gil Vicente.

Nunca serão demasiados os elogios a êsse benemérito apostolado, a que o Poeta deu uma tão curiosa solenidade hierática. Já nos nossos teatros, mais que uma vez, o nosso público, assistindo à representação de alguns autos, remiu

as almas manchadas por azias de imundos espectáculos. E, melhor do que isso, nos nossos liceus alguns professores começam a ensinar, a ler e compreender as belezas vicentinas. Podemos assim esperar que aquele rude sôpro de bravura, amor pátrio, independência e coragem moral, que a sua obra exala, venha fustigar um pouco as energias moças.

O culto de João de Deus, êsse é mais íntimo, mas não menos fecundo. Em volta do nome do grande Lírico, autor da *Cartilha Maternal*, juntaram-se muitos professores, intelectuais, artistas e construtores que lançam os verdadeiros alicerces da Pátria.

Em Lisboa, ao alto, junto ao Jardim da Estrêla, iminente ao tumulto, ao falazar e ao trote dos estêreis e dos ambiciosos, que disputam a cidade, lá está o templo do seu culto, êsse belo *Museu João de Deus*, onde, entre as relíquias e as memórias do Poeta, — livros, gessos, desenhos, quadros, — um apóstolo humilde ensina o Método aos futuros apóstolos.

Todo o bom português deve ir um dia a visitar o templo e rezar ali a sua oração.

Outro dos grandes idos escritores em volta de cujo nome se está formando uma verdadeira maçonaria cada vez mais numerosa é Camilo.

Porquê?

Porque a sua obra é o maior e mais íntimo Lar da família lusitana. Todos nós sofremos com as angústias de Simão ou Mariana; todos nos tomamos de amor pelas suas heroínas — as arrebatadas Terezas, as doces Cacildas, as santas Marias Moisés; todos nos interessamos pelas loucuras ou infortúnios dos seus românticos, desiludidos e apaixonados, porque êles — heroínas e heróis — veementes, sombrios, generosos e entusiastas, são os nossos irmãos!

Se examinarmos as estantes dos que lêem ou inquirirmos nas livrarias sôbre o movimento de certas edições, averiguaremos que há ainda um Poeta, que tem em corações lusitanos uma profunda adoração. Esse é Antonio Nobre. É que a sua obra, se de modo algum influi energias ou gera fecundos entusiasmos, pois é obra escrita com gritos e soluços de Dor, é todavia portugue-síssima na sua íntima ternura e reflecte melhor que nenhuma outra o nosso amavioso amor e sombrio modo de chorar.

Eis a selecção que em nossos dias claramente se faz entre os mortos. Não haverá outros que mereçam o mesmo culto? Há decerto.

Mas esta escolha alguma coisa quer dizer. E é que os nossos contemporâneos, em Portugal, querem ser portugueses e bem portugueses, não só no esforço épico, no desejo de enaltecer e realizar de novo uma grande Pátria, na bravura, na rudeza, na indômita coragem, mas também no amor, no êxtase lírico, no esto da paixão, e ainda chorando e sofrendo, com lágrimas de fogo e arrebatado desespêro.

3 de Agosto.

JAIME CORTESÃO.

N. B. Tínhamos prometido dedicar um pequeno estudo aos *Jardins-Escolas João de Deus*. Fá-lo-hemos num dos próximos números.

J. C.

O MÊS LITERÁRIO

O FUMO DO MEU CIGARRO por Augusto de Castro

Este livro cujas páginas ligeiras, de um scepticismo elegante, tão bem se casam com certas formas sentimentais da ironia e da ternura, compõe-se de uma série de piquenas crônicas que, na edição vespertina do *Seculo*, foram aparecendo, como outras tantas notas de graça e vivacidade, rompendo a grave compostura balofa do nosso jornalismo de espírito. Não pesa nada se o avaliar um daqueles severos julgadores que supõem um artista ou um homem de letras responsáveis, perante os grandes tormentos da razão. Mas se o juízo leviano e fútil das mulheres e dos homens, que buscam neste mundo alguma coisa menos severo que a verdade, mas mais humano do que ela, o percorrer com o sentimento de quem se interessa sómente pelos caprichos da fantasia divertida e rebelde, que faz balas de sabugo com as máximas do senso comum, então o *Fumo do meu cigarro* torna-se uma obrinha em que uma experiência e uma sabedoria se armam quasi de uma filosofia recreativa, bastante difficil para escapar aos tolos e suficientemente amável para converter toda a gente que emquanto lê uma página bela se julga capaz de a escrever.



SENSAÇÕES E REFLEXÕES por Mateus de Albuquerque

O autor dêste livro nunca escreverá uma grande obra, porque nêle existe uma forte divergência de índole e educação que o separa irredutivelmente da turba cuja alma vaga e confusa se presta às intuições diluculares dos poetas e às catequeses fumegantes dos oradores. Tem dentro de si a sua própria cidade literária, não tendo necessidade de pedir aos outros que lhe dêem o aplauso do que êle reputa as suas *sensações e reflexões*.

À sua maneira de sentir corresponde uma maneira de pensar e, portanto, uma maneira de escrever. É um escritor, sem dúvida. Detesta a vulgaridade, o gesto lasso e impreciso, as metáforas fáceis que a fantasia não doira com o seu fulgor matinal, a eloquência da frase em que o espírito se não instala como a juventude na graça do riso. Precisamente por causa desta invencível antipatia, terá de contar com as suas próprias emoções para constituir o facho dos seus sonhos, receando profaná-lo, se o abrisse às curiosidades modestas dos sujeitos que vão passando. Não podendo ofertar-se em holocausto à galeria, será no fundo um tímido, um ironista, um scéptico e um monge em cuja cela o mundo entrasse por uma fresta, embaraçando-lhe peccaminosamente a serena posse das virtudes angélicas.

PÃO ALHEIO por Luís de Almeida Braga

Nêste livro em cujo autor a melancolia reveste aspectos cândidos dignos de um pincel conventual, adivinha-se logo um temperamento de português que, para melhor provocar a revelação do seu ser nativo, percorre terras estranhas, evocando nelas o que as suas paisagens, a sua história, a sua lenda e o seu misticismo teem de mais fulgido, a fim de digressivamente sonhar com a sua pátria amorenando ao sol, à beira do Atlântico, umas vagas memórias de epopeia e de naufrágio. Pelas velhas cidades de Flandres e Brabante, Luís de Almeida Braga alonga a sua peregrinação de moço cheio de cuidados, os quais já lhe ensombraram os olhos, que interrogam as coisas com a ansiedade de quem busca a sua alma, além da banalidade odienta em que o mundo se sufoca.

Chega a encontrá-la? O *Pão Alheio* a êste respeito não é de uma clareza por aí além. Percebe-se perfeitamente que o seu autor não o escreveu por mero capricho, para satisfazer qualquer preocupação literária passageira. Determinou-o uma atitude fixa, um gôsto firme. Ao chegarmos, porém, à sua última página, ainda sob o encanto discreto das suas confidências, nós inquirimos: — «Este português que comeu o *pão alheio*, para conhecer certamente quão saboroso é o pão da sua terra, chegou porventura a consumir as suas experiências?» —

CASA DE PAIS por Agostinho de Campos

Educar é sobretudo uma arte e uma arte fácil, quando as gerações seguem umas após outras serenas e crédulas, regendo os seus instintos e os seus passos com a prudência que os séculos afeiçoaram.

Nas épocas agitadas e inquietas como esta em que vivemos o educador luta com grandes dificuldades, porque nem sempre êle sabe qual o melhor exemplo ou lição que há-de propor ao seu educando. Os homens andam tão divididos e as ideas tão inconciliáveis que a formação de um ser corre sempre o risco de ser perturbada pela acção inibitiva de forças hostis. O livro que o professor Agostinho de Campos agora publicou com o título acima encerra uma série de *experiências*, avisos, conselhos e noções claras que muito aproveitarão aos pais que uma dúvida ou uma hesitação já uma vez haja surpreendido, perante as revelações de um carácter que se define ou de um sentimento que se entremostra. Não coloca a educação no sentido largo de uma cultura em que os indivíduos só assumem o seu pleno valor, quando a sua personalidade exprime o máximo de civilização. Encara-a no seu aspecto doméstico e escolar, pondo pais e filhos quasi no mesmo plano para mais harmónicamente se completarem, resolvendo o chamado problema de felicidade. A família toma assim um alto relêvo moral, visto ser no seu seio que as criaturas adquirem o senso necessário para conhecerem toda a responsabilidade do seu destino, enquanto a vida se desenvolve, através os anos, como um facto que os raciocínios nem sempre dominam, porque a sensibilidade é que lhe desbrava as rotas e lhe traça os horizontes. A educação carece de inspirações, talvez ainda mais do que regras e leis. Para formar um bom coração, não há melhor disciplina que a da bondade. A *Casa de Pais*, cujos capítulos uma prosa clara e castiça torna quasi eloquentes, pregam esta doutrina com fervor incansável.

JOAQUIM MANSO.

CRÓNICA DO NORTE

ALFREDO CARVALHAIS

Venho falar-lhes dêste poeta, que teve no Pôrto, há perto de trinta anos, uma larga e justificada notoriedade. Quem se lembra hoje dêle?

Poetou bastante. Os seus versos, contudo, quási se perderam em jornais e publicações efémeras. Apenas nos deixou, em opúsculos, três poematos camonianos. As restantes composições, que o sagraram um poeta ilustre, tiveram a sorte das de muitos outros: dispersou-as o vento, que tudo dispersa e esfarrapa... Venturosamente, de quando em quando, mão piedosa e amiga vem procurar, na poeira dos arquivos, as joias que por lá jaziam sem aprêço e sem brilho — à maneira de pedras preciosas, que a sombra do tempo e o egoísmo dos homens deixaram tristemente apagar. Ninguêem mais que os artistas sofre da ingratição ambiente. Os exemplos são deploravelmente abundantes. O culto póstumo, as homenagens aos que bem mereceram da sua terra, não teem ainda entre nós profundos alicerces morais. Nas letras, nas artes, na política, todos os dias nos surpreende como é tardia, quási sempre, a hora de justiça — quando essa hora chega! Falta lamentável de educação cívica, e, sobretudo, dêsse pedaço de gratidão e de bondade, que dorme encantado ou sepulto em nós mesmos, mas que leva tempo a encontrar, muitas vezes, como o filão de ouro das minas. Para julgar os homens neste mar embravecido, é preciso descer, como os mergulhadores, às profundidades já tranquilas do oceano... Temos de olhar a vida no sentido do amor e da beleza. Na hora esfíngica em que vivemos, mais do que nunca reconhecemos que o valor das acções tem de pesar-se na nossa própria consciência. As obras hão-de valer pela suprema luz que derramarem e pelo doce lume de amor que espargirem!

A obra de Alfredo Carvalhais vai ser brevemente publicada pelo sr. Álvaro de Castelões — que é um belo poeta e um grande nome. Honra lhe seja. É sempre grato ver que alguém leva às sepulturas esquecidas dos desventurados um fresco ramo de violetas...

Os versos de Carvalhais não encerram claridades guiadoras e augustas; a sua luz é lívida, como a que precede as tempestades, no mar alto; tem, contudo, relâmpagos admiráveis, que iluminam os precipícios por onde o poeta andava, a agarrar-se, com as mãos crispadas, aos alcantis que lhas rasgavam. Esse volume será duma alta significação moral, como lição aos que procurem auscultar os marulhos da vida; vem laivado de sangue e de loucura; são na verdade estranhos os fogachos que o alumiam.

Creio que foi Guilherme Braga quem chamou ao Pôrto uma terra *poetizada*. Tinha razão o grande poeta. Ele próprio foi levado em plena florescência e em plena glória. Alfredo Carvalhais pertence também ao número dos que morreram cedo — e que ajudaram a cavar, por suas mãos, a cova em que repoisam. Foi daquele grupo de boémios que fizeram da vida um carnaval de pesadelo, em que os risos, afinal, retinem como lágrimas, caíndo cristalizadas nas taças esvaziadas da orgia. Era um temperamento acentuadamente mórbido, e a época em que poetou e a vida que viveu serviam-lhe a exacerbar os nervos meio doidos. A sua biografia é, no fundo, um drama doloroso, que ressalta sangrento e fúnebre, como uma flôr demoníaca e lutuosa,

dos seus versos, das suas *boutades*, dos seus sarcasmos e misérias. A sua musa já não traz as rosas dos românticos; nos cabelos revôltos ennastram-se-lhe cinerárias e goivos. É de qualquer sorte semelhante àquela *Femme au Serpent*, de Clésinger, «marbre où la douleur ressemble au paroxysme du plaisir». Dos seus poemas exala-se um aroma perturbante e doentio. Carvalhais é um romântico transviado, do grupo a que o génio excelso de Junqueiro chamava «Lamartines de *Salpêtrière*».

Na adolescência de Alfredo Carvalhais escutavam-se ainda, com enlêvo, os carmes ultra-românticos. Havia brisas lânguidas, luas de teatro, véus a acenar adeuses nas tórras albarrãs, florestas de cenário, belos amantes de ópera, meias-tintas de outono voluptuosas — tudo que houve sempre na vida, pôsto então enfaticamente em melodrama. As inspiradoras vestiam de branco, e apareciam como figurações de sonho, e nas grades de mosteiros e sepulcros. Elvira (e mais tarde a morena cigarreira de Nápoles) ainda sorriam, pálidamente, pela bôca apetitosa de Elisa . . . As paixões eram tempestuosas e elegíacas. Ao piano recitava-se o *Noivado do Sepulcro*; Camilo escrevia o *Amor de Perdição* e depois o *Esqueleto* . . .

Quando Carvalhais se lançára como poeta, tudo se transformava. Os figurinos literários duram pouco; o que resiste e fica não são os figurinos. Nos cafés aclamava-se Baudelaire e os *Castigos*. O Naturalismo chegava, trazido nos ventos de França, inspiradora sempre de Portugal. Era uma época eivada de scepticismo, escarninha, iconoclasta. Alfredo Carvalhais foi, naturalmente, do seu tempo, por contágio e por índole. O seu romantismo cobriu-se com um dominó de realismo satânico. Elisa já não vinha de branco aos miradoiros luarentos; desfolhavam-se-lhe as rosas da fronte; ia também, impudentemente, aos festins libertinos.

Alfredo Carvalhais passa então por todas as vicissitudes da boémia pobre. Alcooliza-se, increpa a burguesia opípara, criva de sátiras cruas o amor, faz espiritismo a sério, e um dia atravessa as ruas do Pôrto, gloriosamente, numa carroça do lixo. Ele próprio se chama umas vezes Falstaf e outras Job. Tem um risinho sêco e cortante; faz jornalismo amargo; é odiado pela maior parte, temido de muitos, querido sómente dos que tinham olhos para ver os lampejos da sua alma e o negrume fatal da sua desgraça.

Nêsse tempo há no Pôrto um grupo de homens de valor: Amorim Viana, Guilherme Braga, Silva Pinto, José Sampaio, Narciso de Lacerda, Manuel Duarte de Almeida, falando apenas de alguns mortos. Carvalhais embirra insistentemente com Amorim Viana. Algumas anedotas completam-lhe o perfil. Certas noites entra nos botequins, e invectiva o autor da *Defesa do Racionalismo*. De bengala erguida, exclama: — Venham ver Falstaf a bater em Diógenes! — O público sorri-se. O filósofo vai-se mudando, atarantadamente, de mesa para mesa; o poeta avança, spectral; o público ergue-se, borborigna, comenta . . . Então Amorim Viana sobe a um banco, bastante enfiado, encolhe-se, abre o velho guarda-chuva contra o poeta, e desata a gritar: — «Tirem-me pr'a lá o borrachão! Tirem-mo p'ra lá!»

Freqüentemente Alfredo Carvalhais cria atritos, havendo pugilatos. Não raro se compraz, parece, em que o agridam. De outra vez, entra-lhe pela redacção em que trabalha um farmacêutico portuense, homem honesto, a quem Carvalhais zurzira com violência. Vendo que o poeta está só, o visitante fe-

cha a porta por dentro. — É o sr. Carvalhais? — Sim, senhor. — Sei que foi quem escreveu a local em que sou injustamente ferido! Venho exigir-lhe uma retratação imediata, aliás parto-lhe esta bengala nas costas.

Carvalhais ouviu em silêncio o adversário possante. Este insistiu: — Vamos, que resolve?! — Em vista de tais argumentos, rectifico... — Bem, volta o farmacêutico, vou então escrever a rectificação, que o sr. publicará na íntegra. — Isso nunca! Isso nunca! respondeu o poeta. O sr. dita e eu escrevo e redijo...

E depois, com o risinho fino como um gume:

— Emfim, velhos preconceitos de Gramática...

De outra feita, o poeta lamentava-se de não exercer um lugar público, diante dum homem de influência, que o estimava. A sua situação era em extremo precária.

— Olhe, Carvalhais, veja se sabe dum lugar em que possa e queira ser provido, e avise-me...

Passaram-se meses. Certo dia entra o poeta, muito açodado, em casa do influente. Ia pedir-lhe auxílio: havia um lugar que lhe servia à maravilha, único que lhe convinha extraordinariamente.

— Em que repartição? — Não sabia: era na Alfândega... E como o influente pedisse mais algum esclarecimento, Carvalhais elucida-o: — Era um lugar delicioso! Bastava ir à Alfândega, e escrever num grande livro esta palavra: *Guedes*. Rendia quinze tostões diários, p'ra mais, que não p'ra menos!

Nesse tempo havia na Alfândega vários empregados com aquele apelido, que assinavam o ponto e não voltavam lá...

Contam-se inúmeras anedotas do poeta, e a anedota é hoje inseparável do retrato e começa a fazer parte integrante da história.

A existência de Alfredo Carvalhais vai correndo como um rio túrgido que perdeu o leito, entre abismos pedregosos. Silva Pinto, seu semelhante em tantas arestas de temperamento, mas sempre generoso e com vivos clarões de affecto, ampara-o muitas vezes. Carvalhais continua espírita, boémio, fatalista, noctâmbulo — encafudado num gabinardo alvadio; passa como uma sombra, alto, magro, lívido de insónias.

De repente, uma aurora de amor ilumina-o; e êle, que só tivera apóstrofes virulentas para a família, para a mulher, para a sociedade, escreve os seus mais belos versos — a Beatrice...

No período dessa paixão obcecante, Carvalhais anda num êxtasi de sonâmbulo. Por noites gélidas, segue de longe a mulher amada, e vai depois beijar o batente da sua porta...

As madrugadas álgidas de inverno encontram-no ainda sentado no umbral da casa dela, como um cão ou um mendigo.

Oiçam-no:

Desmaia-se da rosa a nívea côr,
Da olaia amarelece a imensa côma,
Mas não se extingue o delicado aroma
Dêste primeiro e tempestuoso amor!

Perde o precito a crença, a paz e a fé,
 Desfaz-se no penhasco a enorme vaga,
 E a nossa íntima luz jamais se apaga,
 Passa a procela e permanece em pé.

Crê-se mendigo o avaro, e nunca diz
 Onde oculta seus cofres cheios de ouro ;
 E eu, pobre, sou mais rico : o meu tesouro
 É teu seio de santa, alma infeliz !

Amamo-nos ! e tanto, que não sei
 Quem neste mundo amor já pôde tanto.
 Causa-me até receio, e medo, e espanto
 O saber que jamais te esquecerei.

.....

É de fogo este amor que sinto em mim,
 Como o abraço da morte aflige e oprime.
 Tem a essência do mal, o odor do crime,
 Que nos seduz, endoia e mata enfim !

Nós surgimos nas ondas deste mar
 Entregues aos vaivens de iníqua sorte ;
 E em balde temos invocado a morte,
 A morte — o prêmio de quem sabe amar !

Nos versos a Beatrice, como acontece em Leopardi, não se separa a Morte do Amor. Este, porém, redime tudo num deslumbramento estranho: Os olhos do poeta extasiam-se na beleza dum mundo novo, nunca vista por eles.

Se eu pudesse dizer-lhe como a amo,
 Sem que ninguém me ouvisse a confiança,
 Mostrando-lhe um poema em cada ramo,
 E em cada ninho um berço de inocência...

.....

Ó redentora luz, celeste claridade,
 Teus raios, como o sol, cobrem meus membros vis !

«Ecce Deus !» Tudo se purifica. É uma ressurreição maravilhosa.

Seguem-no através de paisagens de magia, nunca percorridas, visões que lhe segredam palavras eternas, que elle nunca escutara. É o mareante perdido, cuja barca, rôta das tormentas, vai dar a uma ilha encantada.

Na sua lira há apenas essa corda de ouro. Na sua vida abre apenas essa divina flor. Só então vive profundamente ; os outros passos perderam-se-lhe numa jornada extenuante e inútil.

O volume que o sr. Álvaro de Castelões vai publicar, lembrança adorável a reunir aos altos serviços de que há muito lhe é devedor o país, está dividido

nas seguintes partes, com títulos do autor : *Beatrice, Desolações, Poemas do Lupanar, Epopeia da Vizinha*.

Se a primeira parte é, a nosso juízo, a mais bela ; se é nesses poemas que Alfredo Carvalhais se revela, sobretudo, soberanamente, à parte uma ou outra nota de que é culpada uma escola que desnorteou muitos poetas, — em todas há scintilações que lembram as dos diamantes negros... A feição destas crónicas não nos permite transcrever, como queríamos, entre outros versos, alguns sonetos excelentes. As composições de Carvalhais são, na maior parte, decassílabas, poucas em alexandrinos, raras em versos menores.

Não teem cinzeladuras nem esmaltes mais ou menos parnasianos. Não faz isso parte da sua poética, nem se harmonizaria nunca com o seu temperamento.

Metrifica com facilidade, não se lhe adivinham torturas, nem tampouco desvêlos na procura do termo mais sugestivo e próprio. Não é, de modo nenhum, um grande artista ; é nativa e autênticamente um poeta, pobre de ritmos, que nem sequer retocaria os poemas, mas que os salpicou todos com o sangue vivo das suas próprias chagas...

Por isso não se apaga a brasa dêesses versos !

JÚLIO BRANDÃO.

OS TEATROS

Eduardo Schwalbach, o comediógrafo illustre, não quis descançar à sombra dos louros ganhos com *O dia de juízo*, que se manteve sem esforço uma época inteira na Trindade, e incumbiu-se da costumada revista de verão para o República onde triunfara também recentemente com os quatro actos sentimentais e românticos do *Poema de amor*. Sob a canícula, os teatros de Lisboa apenas conseguem atrair público desde que anunciem êsse tão discutido género para o qual vão com a mesma veemência simpatias e execrações. Mas a revista, se quiser agradar em absoluto, não deve pôr de parte a crítica política, o comentário dos últimos acontecimentos, as alusões a pessoas e factos conhecidos. Só por excepção, semelhante falta de transigência com o gosto popular será aceita sem relutância. Tal acontece com o novo trabalho de Eduardo Schwalbach que teve como colaborador um dos nossos grandes líricos contemporâneos, Acácio de Paiva, a quem o humorismo e a sátira teem inspirado igualmente não poucas produções de mérito, algumas delas incrustadas em revistas do ano que alcançaram êxito.

Eduardo Schwalbach fez ao público a concessão de subordinar a nova peça à rubrica de revista-fantasia, se bem que ela quasi nada possua de revista cujos processos se notam apenas em três dos quadros, muito próximos, pelo seu carácter satírico e pela sua feitura literária, de outros que notabilizaram *O dia de juízo, Verdades e mentiras* e a *Feira do diabo*. Os dois actos dos *Castelos no ar*, que assim se intitula a fábula em scena agora no República, e através da qual scintila a graça aristofanesca e a mordacidade vicentina tão dilectas de Eduardo Schwalbach, vêem-se e ouvem-se com interesse e deleite. Para isso concorrem largamente as redondilhas de Acácio de Paiva, que na harmonia perfeita e na inexcedível simplicidade dos seus moldes poéticos incluem conceituosas ideas, coisa rara — a beleza da forma e da essência.

— nos versos desta espécie de teatro, e contribuem ainda a música de Tomás del Negro e Alves Coelho, o cenário e o guarda-roupa.

Os *Castelos no ar* são uma peça simbólica. O moço «João Zagal» herda do pai dois sacos cheios de ouro e que tem ocultos na lareira. Revela o seu segredo a «Maria dos Remédios», a linda pastorinha com quem quer casar, e traça planos de futuro, quando aparece «O espírito da aventura», que o embriaga com a promessa de todos os prazeres e o arrasta, de alforge às costas e dentro dêle o seu tesouro, para a «estrada da vida», abandonando a noiva a quem «A triste realidade» afirma que «João» regressará em breve arrependido. Uma vez a caminho, deslumbra-o «A ilusão» que vive num castelo encantado, à beira da estrada, e começa então a conhecer as misérias do mundo, chega à «feira dos interesses» e transpõe as «portas do vigário». Encontrou «Cada qual» descontente, «Dize-tu» e «Dizei-eu» altercando, «A felicidade» preferindo «O tolo»; veio a saber o que valiam e significavam «O descaramento», «A tranqüibérnia», «A calúnia», «A vista grossa» e o que eram «Cordas de viola»; foi dar à «montanha de ouro» onde se erguia o palácio do «Conto de réis»; jogou o derradeiro escudo; desceu à «choça dos cinco réis» onde «A côdea de pão» alimenta os pobres que fraternalmente o recebem e com êle compartilham as palhas da cama e a magreza do almoço . . . Depois, desiludido, ei-lo na «encruzilhada dos moínhos», onde se movem «A saudade», «A dor», «O amor», «A alegria» . . . Por onde seguirá? «A triste realidade» ressurge para lho dizer: a verdadeira ventura está no bom senso, na modéstia antiga, no afecto de «Maria dos Remédios», na paz espiritual de que se arredara.

O desempenho, confiado a artistas do República e do Nacional, não foi impecável. A impressão no público, apesar da curiosidade e do encanto com que acompanhou os dois actos dos *Castelos no ar*, dir-se-ia principalmente de estranheza. — Com que então uma revista? Não pode ser! Onde os factos, onde a guerra, onde os soldados, onde os políticos? Aqueles símbolos, aquelas virtudes, aqueles vícios não há dúvida de que são de sempre, eternamente actuais, mas queríamos-os mais concretos, mais personificados, mais da nossa terra, do nosso tempo, da nossa casa... Porque sobra em melancolia o que escasseia em malícia erótica? E os de maior cultura, por sua vez, lastimavam sobretudo que a deficiência de recursos de muitos artistas, incluindo alguns dos categorizados, quer na declamação quer no canto, impedisse apreciar melhor os esplêndidos versos de Acácio de Paiva. Entre os intérpretes dos *Castelos no ar* mencionaremos dois: Joaquim Costa, hoje um dos maiores actores cómicos portugueses, que lamentamos ver sacrificando raras aptidões às coreografias inclassificáveis que tanto seduzem e alegam o grosso público, e Judith de Castro, ainda uma criança, cujo precoce talento se evidenciou, recebendo a consagração das plateas, ao desempenhar com extraordinário sucesso o papel de «D. Maria de Noronha» em *Frei Luís de Sousa*.



A pequenina Judith, que cremos reservada para ruidosos triunfos, realizou o primeiro benefício no Nacional, com a sala repleta de admiradores que lhe prodigalizaram os mais espontâneos e comovidos aplausos a que nos

temos associado. Para a sua festa escreveram expressamente Vicente Pinheiro de Melo (Arnos) e Chagas Roquete um breve, gracioso episódio de rua, surpreendido em flagrante: *O Chico*. O velho burguês, que à noite toma o fresco no recanto de certo jardim, é assediado pelo miúdo vendedor de cautelas (Judith de Castro), o qual lhe conta a tragédia da sua vida de curtos anos e lhe implora a compra do jogo, por ser perigoso para a integridade do seu corpinho recolher a casa com êle. Tema genuinamente lisboeta. O velho escuta a história, interessado, mas recusa aquiescer porque não favorece vícios e o jogo constitui um vício detestável. Também condena a esmola, invocando comezinhas razões de ordem moral e social que libertam a sua consciência do remorso de não esportular um centavo. O cauteleiro, porêm, quer ser indenizado do tempo que perdeu narrando as agruras da sua dolorosa orfandade. Tem um irmão valentão e temível que ronda perto. Dois dedos na bôca e solta um longo e agudo silvo. A ajustar contas com o mau freguês, não tarda que surja o «Chico têsô». Mas antes que êle apareça a gingar — mais pequenino que o garoto das cautelas — o velho, espavorido, reclama o jogo, paga-o e, com a pressa de evitar o encontro, nem aceita o trôco . . . Joaquim Costa foi duma naturalidade maravilhosa no burguês; Judith de Castro, que também representou brilhantemente *O gaiato de Lisboa*, a célebre comédia adaptada por Aristides Abranches, deu vida real à personagem típica do cauteleiro infantil. São admiráveis a intuição e as poderosas faculdades assimiladoras desta franzina e pálida rapariguinha de treze anos!

* * *

André Brun subscreve a outra revista de verão que, intitulada *1916*, se representa por sessões no Apolo. O fecundo revistógrafo, como indica o título do seu último trabalho, aproveitou para tema tudo quanto de perto ou de longe se prende com a guerra, — o assunto máximo, dominante e absorvente dêste ano em Portugal como no mundo. Os dois actos de *1916*, abundando em humorismo, — e André Brun sabe provocar o riso franco e perene, — ferem também a nota patriótica com habilidade e fazem a crítica, por vezes não destituída de audácia, do momento político e social, caracterizado pela união dos partidos democrático e evolucionista no poder, pela crise económica, pela preparação portugueza para a guerra, pela ansiedade com que alguns aguardam a hora de legalmente se eximirem aos deveres militares. *1916*, numa palavra, é verdadeiramente revista. O primeiro quadro — a Paz que abandona o palácio da Haia e se refugia numa aldeia da Holanda à espera de que a restaurem — conta-se entre os melhores, com as alegações dos países neutrais que da guerra teem tirado todo o proveito possível. Excelente como acto de pura farça e, no seu traço caricatural, delicioso de intenção satírica, o quadro do montepio familiar. De um efeito empolgante, apesar da modesta figuração e da falta de sumptuosidade decorativa, o desfile das nossas bandeiras nacionais desde os primórdios da monarquia até hoje.

Rodeado de artistas desprezenciosos e muitos dêles obscuros, Chaby Pinheiro é, quanto à interpretação, a vida e a alma de *1916*. Desempenha o grande actor seis diversos papeis, afirmando em todos o seu robusto e maleável talento. Um há, todavia, em que o público se deixa avassalar pela sua

vis cómica: o do «Penetra», explicador de fitas animatográficas, curiosa *charge* a propósito dêsses longos e complicados *films* policiais, cheios de mistérios, aventuras e crimes, que são o enlévo da multidão e a fortuna dos cinemas . . .

* * *

No Éden reapareceu a revista *Maré de rosas* e no Avenida os actores do teatro Nacional representam com agrado e concorrência o velho repertório romântico. *As duas orfãs* de d'Ennery hoje, como sempre, fazem correr sentidas lágrimas e ateiam a piedade e a indignação das platéas . . .

AVELINO DE ALMEIDA.

Notícias & Comentários

DR. VELOSO REBÊLO

Partiu, em gôzo de licença, para o Rio de Janeiro, o conselheiro da Embaixada Brasileira em Lisboa, Dr. Aníbal Veloso Rebêlo. Partiu, deixando profundas saudades em todos aqueles que tinham a honra e o gôsto de conhecer êste homem ilustre, culto, estudioso e patriôticamente dedicado ao estreitamento de relações entre o Brasil e Portugal. Sempre que exerceu o lugar de Encarregado de Negócios, teve dos poderes públicos as mais inequívocas provas de consideração e respeito. Muito conhecido no meio político e no meio literário e artístico, o banquete que em tempos lhe foi oferecido pelos seus amigos portugueses, revestiu o aspecto de uma imponente e eloquentíssima manifestação de aprêço. Ao contrário de tantos membros do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa por ocasião da proclamação da República, nunca teve para com as novas instituições senão uma atitude da mais esclarecida simpatia, mostrando bem que compreendia assim os seus deveres de diplomata, coisa que foi rara num certo momento da nossa evolução política... Por todas estas razões, o Dr. Veloso Rebêlo possuía a estima e a admiração dos portugueses sinceros.

A *Atlantida*, que tanto deve ao eminente diplomata, faz votos pelo seu rápido regresso e de aqui lhe agradece, mais uma vez, o espontâneo e carinhoso apoio que sempre lhe mereceu.



INTERCÂMBIO LUSO-BRASILEIRO

Subordinada a êste tema, realizou o Sr. Tomás Pinto, na noite de 7 de Julho, nas salas da Associação Comercial de Lisboa, uma interessante conferência, cujo alcance no estreitamento das relações entre o Brasil e Portugal, a *Atlantida* não quer deixar de assinalar.

A ela assistiram, além dos representantes diplomáticos e consulares do Brasil, altas individualidades do Comércio de Lisboa, em cujo critério produziu aquele trabalho a mais favorável impressão de aplauso.

Tomás Pinto, que, há tempo já, fixou a sua residência no Brasil, onde, em Santos, chefiou a Secretaria da Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria daquela cidade, tem dedicado aos problemas do intercâmbio luso-brasileiro o melhor da sua inteligência e os cuidados de um grande estudo. Aplicando aos assuntos comerciais fórmulas inteiramente novas de observação e dedução, procurou o conferente investigar nas razões de ordem social, histórica e psicológica, a verdadeira origem do decrescimento das nossas relações comerciais com o Brasil.

Para tal, soube Tomás Pinto traçar a curva evolutiva dos progressos brasileiros, desde o grito histórico do Ypiranga até ao momento actual, destacando, com fina observação, os períodos culminantes da política interna e externa do Brasil, as grandes *étapes* do seu progresso material, e exaltando entusiásticamente o quadriénio presidencial de Rodrigues Alves e a grande obra de Osvaldo Cruz no saneamento do Rio de Janeiro.

A propósito da influência portuguesa naquele país, quer nas razões da verdadeira origem brasileira, quer nos contingentes de emigração que Portugal sempre lhe tem fornecido, relatou vários factos cheios de interesse, e desenhou o programa de reorganização das relações comerciais entre os dois países, pelo estabelecimento de uma carreira portuguesa de navegação para o Brasil e a criação de um empório dos produtos brasileiros no pôrto franco de Lisboa.

Classificando a navegação como verdadeira pedra angular do edifício das nossas relações comerciais com a América do Sul, aconselhou, o conferente, aos nossos exportadores, a seguirem de perto as necessidades dos mercados de consumo, e demonstrou a conveniência de fechar dentro da acção de capitais portugueses as principais artérias da expansão nacional: — a navegação, as vias bancárias e os seguros.

O problema, de tão subtil complexidade, foi encarado com grande probidade e competência, terminando o conferente por apresentar uma moção para que o govêrno português promova o aproveitamento dos barcos alemães apreendidos, a fim de que as carreiras nacionais de navegação para os portos do Brasil, projecto por vezes já discutido e sempre abandonado, sejam, em breve, um facto, nesta excepcional oportunidade que a guerra nos oferece para reconquistarmos, nos mercados brasileiros, o lugar a que temos jus.

Esta moção, entregue à mesa, foi mais tarde apreciada pela Direcção da Associação Comercial, que a tomou na devida consideração, o que deve constituir para o ilustre conferente motivo de justo orgulho, pois dela resulta toda a utilidade prática do longo trabalho, que uma lúcida inteligência prespectivou nos seus múltiplos aspectos, e a que uma invulgar elegância emprestou o maior relêvo e interesse.

JOÃO DO RIO E PORTUGAL

Na entrevista que S. Ex.^a o Presidente da República se dignou conceder à *Atlantida*, há uma justa e carinhosa referência ao nosso director no Brasil. Essa referência dá-nos ocasião a que nós aqui deixemos consignado o enorme esforço feito pelo ilustre homem de letras a favor de Portugal, desde que a Alemanha nos proclamou guerra. João do Rio, que no seu livro *Portugal de Agora*, publicado em 1909, profetizava o próximo advento da República e que em todas as páginas desse volume encantador, comovidamente celebrava a velha Pátria dos seus antepassados, foi sempre um amigo dedicadíssimo de Portugal, e o grande fautor da aproximação luso-brasileira. A êle se deve, fundamentalmente, o estreitamento das relações literárias entre os dois países; a êle, à sua iniciativa e ao seu espírito, se deve a *Atlantida*. Natural era, por isso mesmo, que em face da nossa actual situação internacional o seu coração e a sua alma vibrassem e se apaixonassem pela causa da pequena e gloriosa Lusitânia. De aí — a poucos dias da declaração de guerra — o festival que, pela *Atlantida*, promoveu no Rio de Janeiro em benefício da Cruz Vermelha, festival coroado do maior êxito e iniciado por uma conferência magnífica do promotor — conferência cheia de entusiasmo, de beleza e de elevação, e que dois ou três jornais portugueses publicaram quasi na íntegra, como *O Século*, da noite, *O Mundo* e a *República*. A essa conferência seguiu-se uma série de artigos brilhantíssimos, publicados sobretudo n'*O País*, o jornal que sempre defendeu tão dedicadamente Portugal e a República. E, agora, é uma nova e notabilíssima conferência, realizada na festa do maestro português Adolfo Rosa que, para não servir alemães, que tinham já contratado os seus serviços como professor num colégio, rescindiu o seu contracto e ficou sem meios de vida. Dessa peça de literatura e de eloquência, sóbria, precisa, ardente e forte, e que obteve um esplêndido successo, destacamos os seguintes períodos:

«*Meus senhores* — Venho falar-lhes aqui de patriotismo. Simples palavras. Patriotismo é uma coisa muito séria, muito grave e muito pouco explicável. O dramático do momento contemporâneo, evita ao meu decôro, um crime infelizmente sempre bem recebido pelas plateas de fácil entusiasmo: o da banalidade estridente. Banalidade só a das cigarras, que julgam fazer o verão, quando o verão as faz e não as vê. E nenhum de nós vai pensar por isso em repetir, com grandes gestos e a voz dos momentos solenes, velhos motivos de história heróica.

Por trás deste velarium está pronto a reger um bando de jovens ardentes o homem em tórno do qual esta festa é sentimental e nobre.

Esse homem é uma expressão de patriotismo. Não o conhecia, quasi não o conheço. Há vários meses um amigo pediu a minha presença e o consecutivo elogio à apresentação de um orfeon.

— Imagina tu que os rapazes são uma revelação! Em poucos meses, o Rosa fá-los cantar Wagner a sêco!

— Bem. Mas quem é o Rosa?

— É meu amigo. Tipo de primeiríssima. Sabe matemática, sabe filosofia, sabe línguas, e tem uma grande paixão pela música.

Maestro, compositor, a arte fica para os intervalos, porque o Rosa trabalha quási o dia e a noite.

— Deve ganhar muito.

— Fica com o necessário para não morrer definitivamente de fome. Todo o dinheiro do seu trabalho honrado manda-o para saldar compromissos da família. É exquisito.

Fui aplaudir o Orfeon e observei que o exquisito Rosa era um homem magro e severo. Nunca mais o vi.

Declara a Alemanha guerra a Portugal. Todos os brasileiros deviam estar pró-Portugal, por sentimento, pela raça e pelo perigo que é a Alemanha na absorpção do que êles chamam já: «a Alemanha Antártica». O entusiasmo corria as ruas. Vozeria, cantos, a *Portuguêsa*, no adejar múltiplo dos pavilhões verde-rubros. A cidade certas noites era um orfeon espontâneo. E o meu amigo numa esquina:

— O diabo é o Rosa...

— Que aconteceu ao Rosa?

— Os frades de S. Bento tinham-no convidado para leccionar. Setecentos mil réis. Após a miséria e o trabalho mortal — o confôrto, o respeito, a calma para poder trabalhar.

— Os infames frades demitiram-no? Alemães!

— Não. O Rosa, eu já te disse, é um exquísito. Rompeu a declaração, e o Rosa logo escreveu uma carta não aceitando o lugar. Continuou na miséria — patrióticamente.

Eu fiquei calado. Mas quando de novo vi aquele homem magro, dentro de um fato preto, tão tímido que parece andar sempre desconfiado de que o olhem, tirei-lhe o meu chapéu com um grande respeito. Simples, modesto, ignorado com o orgulho do seu saber, republicano desconhecido da cabotina-gem política — aquela criatura, lutara, amarelecera, emmagrecera, tivera fome. E no momento em que se ia sentar à farta mesa para ter pouco depois o brinde fatal aos seus talentos, deixara a mesa, esquecera o futuro brinde — glória e confôrto, ideais do artista, — e voltara à sombra sem uma estridência, porque dentro da sua alma havia na pureza romântica e grave — a pátria...

Que melhor motivo para ferir um cérebro que sente pensando? Que maior exemplo de uma das formas da razão da virtude essencial? O meu coração batia. Quando soube desta festa corri aos desejos dos seus organizadores. É tão bom admirar os que merecem ser admirados! E mais do que isso, armado do exemplo sensível eu que pensei em vir conversar com os homens, colaboradores da festa, e dizer-lhes antes de levantar o pano:

— A maior rasão da vida está por acaso, agora, nesse homem. Falemos para meditar no patriotismo...

.....

Eu considero a grande guerra o renovamento do mundo. Eu considero a grande guerra o momento em que o homem torna a se ver homem com os profundos encargos da sua herança. Não há mais futilidades. Os elementos virtuais explodem a irradiação do patriotismo. Na América procuro o segrêdo.

do dom superior, a espera da falha, entre os homens estrangeiros que são a maior parte da população urbana. Vi os italianos partirem para voltarem alguns estropiados e contentes.

— Estás contente ?

— Paguei a minha dívida de sangue !

Mas que dívida, se nascera sem pedir e emigrara para viver ?

Conversei com portugueses jovens. Nenhum só teve o riso, o ar de mofa.

— Chega a minha chamada e eu vou . . .

Fóra os que não esperam chamada e vão logo, sem notícia nos jornais. Ainda outro dia acompanhei um que punha sangue pela boca.

— Mas estás a morrer.

— Antes de morrer quero ser útil à minha pátria . . .

Por quê ? Pobre adolescente forte apesar de morrer !

Esses são os são — explicadores do inexplicável sentimento. Mas, no meu alarmado estudo, encontrei também o patriotismo remorso, o patriotismo que escapou a Dante, numa criatura de país beligerante que, no princípio da guerra, socialista por pose e canalha ambicioso por índole, vendeu-se à Alemanha e da capital da sua pátria espiava e mandava informações. Souberam disso. Ele, porém, inteligentíssimo, Arsénio Lupin traidor, desapareceu a tempo, embarcando disfarçado em Amsterdam num navio holandês, que o trouxe ao Rio. Está aí. Não lhe digo o nome. Mas é de certo a figura mais dramática que eu conheço. Com a distância, o horror da sua abjecção tornou-se nítido. Vive nas ruas, à beira dos boletins de guerra, colecciona os jornais. Às vezes não se contém e sobe às redacções, à noite, indagando. Os dinheiros da traição mandou-os aos poucos, em pequenas porções para os hospitais de sangue.

-- Não é possível ! não é possível ! — faz debatendo-se, à notícia de catástrofes.

A sua idea de covarde é a pátria. Julga-se o culpado, o único culpado. O patriotismo dentro dêle abriu como num monturo um heliotrópio. Tem medo de voltar para ser justicado, tem medo de ir para uma legião estrangeira. Mas, pálido, tonto, desvairado, o seu desejo é a vitória da sua pátria, e aos soluços, quando me deixou entrever o horror, a idea que lhe queimava o cérebro era nunca mais poder ver a «sua» terra . . .

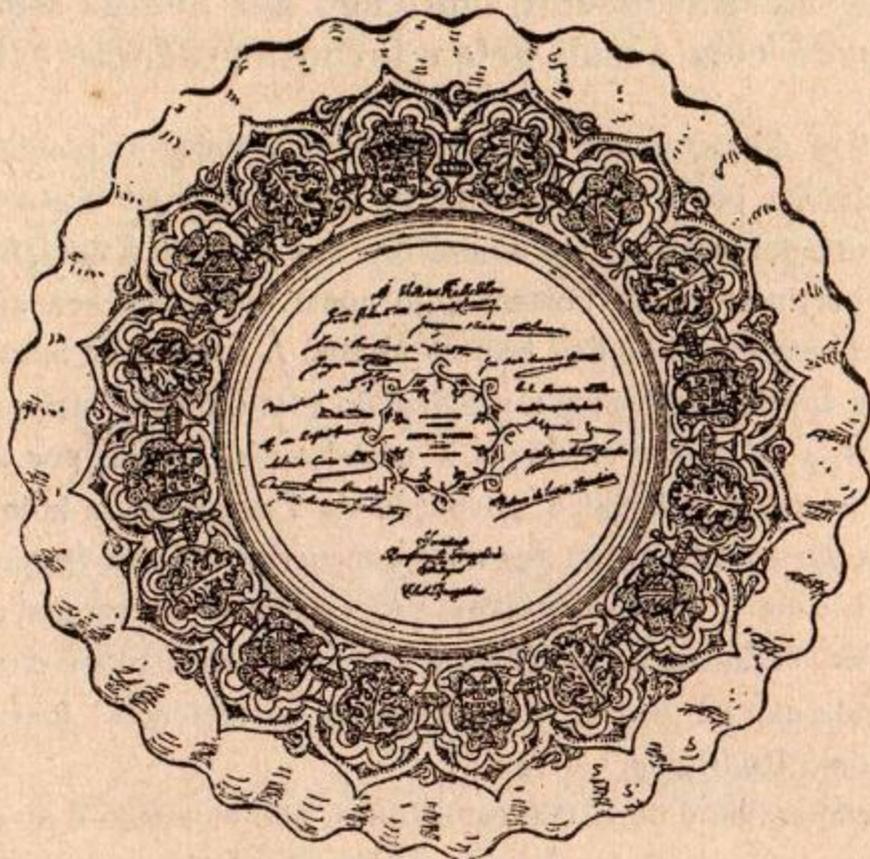
— Nunca mais ! Nunca mais !

Porque no mundo os homens podem ter todas as faltas. Mas nêles existe sempre uma qualidade que quando não é glória é castigo — patriotismo . . .

Além dêstes grandes e valiosos serviços prestados à causa de Portugal, Paulo Barreto — ou João do Rio, como quiserem — tomou uma parte muito activa na organização do festival, também a benefício da *Cruz Vermelha*, promovido pela *Revista da Semana*. E em toda a parte onde passa, em todas as publicações onde escreve, em todos os teatros onde fala — o seu talento, a sua fé, a sua alma, continuamente, persistentemente, convictamente vivem, palpitam e trabalham pela Pátria Portuguesa. Assim, pelo seu director no Brasil, a *Atlantida* se esforça por efectivar todo o programa que se impôs.

HOMENAGEM AO DR. SOUSA DANTAS

Publicamos o desenho da salva de *vermeil* que os amigos e admiradores do Dr. Sousa Dantas, antigo cônsul do Brasil em Lisboa, ofereceram a êste ilustre brasileiro antes da sua partida para fora. No fundo do lindo objecto de arte, executado nas oficinas de Leitão & Irmão, estão gravados os nomes



de todos os oferentes, que são os srs: A. Veloso Rebêlo, J. Roberto Macedo Soares, Joaquim Vitorino de Oliveira, José António de Freitas, Jorge da Costa, Mário de Artagão, J. de Oliveira, M. de Belfort Ramos, Arlindo Correia Leite, António Ferreira Bacelar, José António J. Santos, José M. de Moraes Barros, A. C. Moreira Teles, Aurélio Henrique do Rêgo Barros, Alfredo Correia, José Salgueiro Esteves Brandão, Gustavo de Sousa Bandeira, Sociedade de Beneficência Brasileira em Portugal e Club Brasileiro.

*
* *

NO PROXIMO NUMERO:

Os Drs. Afonso Costa e Augusto Soares falam à *Atlantida* da sua viagem a Londres e a Paris.

A MODA ELEGANTE

O espartilho português

Como êle é admiravelmente fabricado por Santos Matos & C.^a, rivalizando com a mais bela e luxuosa produção estrangeira.

A indústria do espartilho moderno feito com todos os requintes do bom gosto e apetecido por todas as mulheres que primam em vestir-se bem não conta em Portugal meio século de existência e deve-se à iniciativa, à inteligência e à pertinácia dum homem cujo nome honrado e benemérito se lhe vinculou para sempre: João dos Santos Matos. Á sombra da indústria do espartilho, hoje aperfeiçoadíssima e rivalizando com o que de melhor existe nos grandes centros de moda europeus e americanos, surgiu, por assim dizer, onde era a pequena e humilde povoação da Porcalhota, a hoje deliciosa e atraente vila da Amadora, um dos mais concorridos e bem frequentados subúrbios de Lisboa e cujos admiráveis progressos se devem aos dois arrojos industriais, actualmente dirigindo a fábrica de espartilhos e o estabelecimento de venda que na península não deparam competência: José dos Santos Matos e António Rodrigues Correia.

A produção actual é de 75.000 espartilhos, não incluindo a de cintas hipogástricas, *corselets*, seios, *tournures*, etc., e a das fábricas anexas é de 10.000 quilos de barbas de baleia e 200.000 grosas de barbas de aço. Se as instalações da Amadora merecem ser vistas, a casa de Lisboa, na rua do Ouro, 123 e 125, hoje célebre em todo o Portugal, deve ser visitada com verdadeiro encanto e proveito pelas damas que ligam justa atenção aos chamados *dessous de l'élegance*.

A consagração do magnífico espartilho português foi feita nas exposições de Paris (1900), S. Miguel (1901), S. Luís (1904) e Rio de Janeiro (1903). Em todos êsses grandiosos certames recebeu medalhas de ouro. Compreende-se, pois, que a sua expansão seja cada vez maior.

ATLANTIDA Encadernações e Capas

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

(ESTÃO PUBLICADOS OS VOLUMES I E II)

Cada capa \$30 Cada encadernação \$50
Pelo correio \$32 Pelo correio \$56

CADA VOLUME ENCADERNADO **1\$50**
PELO CORREIO **1\$56**

PEDIDOS Á ADMINISTRAÇÃO:

Largo Conde Barão, 49 — LISBOA
e Avenida Rio Branco, 128 — RIO DE JANEIRO

NOTA:— A fim de evitar as despesas de cobrança, lembramos a conveniencia de fazer acompanhar os pedidos de capas ou encadernações da respectiva importancia.

SUMÁRIO DO NÚMERO 9

<i>Letras brasileiras</i>	Candido de Figueiredo
<i>Maria Brandôa, a do "Chrisfal" não foi apeada</i>	Theophilo Braga
<i>O grande Exilado</i>	Mario de Artagão
<i>A honestidade de Etelvina, amante</i>	João do Rio
<i>Soneto de Hamlet</i>	Pereira da Silva
<i>A visão de Alexandre Magno</i>	H. Lopes de Mendonça
<i>A Fazenda da Saudade</i>	Gustavo de S. Bandeira
<i>Rompimento</i>	Santos Tavares
<i>Veras sentimental</i>	Mateus d'Albuquerque
<i>Marcelino Mesquita</i>	Ramada Curto
<i>O pôrto-franco de Lisboa nas suas relações com o estado de S. Paulo</i>	Vasco Morgado

REVISTA DO MÊS

<i>Cartas do Brasil</i>	João d'Alem
<i>Mez Artístico</i>	Aquilino Ribeiro
<i>Notas de Arte</i>	Navarro da Costa
<i>Crónica do Norte</i>	Julio Brandão
<i>As Afirmações da Consciência Nacional</i>	Jaime Cortezão
<i>Economia & Finanças</i>	X.
<i>Portugal e Hespanha</i>	Pedro Blanco

NOTÍCIAS & COMENTÁRIOS

Reproduções de Malhõa, Carlos Reis, V. Salgado, João Vaz e Alvim Menge.
Desenhos de Raul Lino, Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro e Santos Silva.

CAXAMBÚ

A SOBERANA DAS AGUAS DE MESA

